



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 04/2021

CONTRATO Nº 04/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0001693-59.2020.6.22.8000

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 38/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A UNIÃO, por meio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **21.366.809/0001-01**, com sede na Rua Veterano Manoel Avelino, nº 386, Jardim Nazle, Rio Branco – AC, CEP: 69.918-074, Telefone (s) : (68) 9 9213-9424 / (68) 2102-8947 / (68) 99204-8968/ (69) 2141-7351, E-mail: erlande@circuitosengenharia.com.br, erlandesantos@gmail.com; naydson@circuitosengenharia.com.br, neste ato representada pelo Senhor **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS**, brasileiro, engenheiro eletricitista, portador da Carteira de Identidade RG nº 353518/SSP- AC, CPF nº 817.412.272-91 e Crea: 20651 D/AC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 1739/2020-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/GABDG, de 24/10/2020 (evento [0609772](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 35/2021-PRES/DG/GABDG, de 13/01/2021 (evento [0649360](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS E CORRETIVAS E DE REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações no Termo de Referência - TR e seus anexos, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Subcláusula Primeira – Atualmente, os principais edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia encontram-se descritos na tabela abaixo, conforme item 2., I., a., do TR:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL Av. Rogério Weber, 1024, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-832
03	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO, Av. Jaci-Paraná s/n, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS/PATRIMÔNIO Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
05	EDIFÍCIO ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE Av. Rogério Weber S/N, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06	FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM Rua Cândido Rondon, 784, Bairro Tamandaré - Guajará-Mirim/RO, CEP 76.850-000
07	FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional - Ariquemes/RO, CEP 76.872-856
08	FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS Av. Porto Velho S/N, Bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 - Buritis/RO, CEP 76.880-000
09	FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE Av. Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro - Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
10	FÓRUM ELEITORAL DE JARU Rua Princesa Isabel, 028, Bairro Setor 02 - Jaru/RO, CEP 76.890-000
11	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União - Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000
12	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro - Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
13	POSTO ELEITORAL DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, 1763, Bairro Ernandes Gonçalves - Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro - Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
15	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro - Cacoal/RO, CEP 76.963-804
16	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros - Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000
17	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA Rua 545, Bairro Jardim América - Vilhena/RO, CEP 76.980-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro - Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, 4637, Bairro Centro - Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
20	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro - Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro - Santa Luzia/RO, CEP 76.950-000
22	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA AV. Brasil, 3068, Bairro Princesa Izabel - Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
23	POSTO ELEITORAL DE NOVA BRASILÂNDIA AV. 13 de Maio, esquina com a Av. Tancredo de Almeida Neves, 1858, Bairro Setor 13 - Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ AV. Cacoal, 965 Esquina com a Rua Rui Rodrigues de Almeida, Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro - Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
26	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, 1159, Bairro Centro - Costa Marques/RO, CEP 76.937-000

Subcláusula Segunda – O detalhamento do objeto desta contratação consta no item II do TR respectivo.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 5, II, assim como as regras para a eventual contratação de egressos do sistema prisional, conforme detalhado no item 9, VII, ambos do TR correspondente.

Subcláusula Quarta – No item 11., das letras “A” até “B” constam os regramentos a serem observados pela contratada quanto aos seguintes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

temas: DAS DEMANDAS, DAS ORDENS DE SERVIÇOS, DO MEMORIAL DESCRITIVO / CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DO CRONOGRAMA FÍSICO, DO VALOR TOTAL DA DEMANDA / ORDEM DE SERVIÇOS, DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA, DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E ADICIONAIS SOBRE MÃO DE OBRA e DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DEFINITIVO E GARANTIA DAS ORDENS DE SERVIÇOS.

Subcláusula Quinta – A coordenação da execução de cada Ordem de Serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa dos serviços prestados, sendo que, a critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções.

Subcláusula Sexta – A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA se compromete a atender as regras estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência e em seus anexos, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação, inseridas no item 9 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sétima – Mediante assinatura do presente instrumento, a contratada ratifica ter ciência e se compromete com o cumprimento de todas as disposições do Termo de Referência respectivo (TR), incluindo seus diversos Anexos, cujos principais estão a seguir relacionados e devem ser observados na execução deste contrato:

1. PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (evento [0544849](#));
2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (evento [0544850](#));
3. CUSTOS SINTÉTICOS SEMANAL E ANUAL (evento [0544852](#));
4. DECLARAÇÕES (evento [0594156](#));
5. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (evento [0544857](#));
6. DETALHAMENTO DO BDI (evento [0544859](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (evento [0594161](#));
8. MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (evento [0594163](#)).

Subcláusula Oitava – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DO REGIME DE EXECUÇÃO
(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço auferido pela oferta do maior desconto ofertado sobre as tabelas do SINAPI DESONERADA referente à unidade da federação do Estado de Rondônia, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO, sendo que o pagamento será realizado por unidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS, sendo que a subcontratação** observará as regras abaixo:

I. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Nome e CPF do(s) sócio(s);
- d) Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- e) Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados; e
- f) Justificativa para subcontratação.

II. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação.

III. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

IV. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAIS E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA– Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Subcláusula única – Nesta contratação, o prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas Ordens de Serviços, tendo como referência os prazos das composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

DO VALOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA– O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 5.577.881,76** (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), pelo período de vigência desta contratação, conforme abaixo demonstrado e conforme proposta da contratada:

<i>Item da ARP</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>Unid.</i>	<i>Qtd.</i>	Critério de valor em R\$ Valor global <u>bruto</u> (com BDI e sem desconto) R\$	Percentual de desconto ofertado e homologado no certame (*)	Valor global <u>líquido</u> (com BDI e <u>com desconto</u>) em R\$
01	Item 01 do Edital. Manutenção / Reforma Predial. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS E CORRETIVAS E DE REFORMAS PARA MANUTENÇ	Unid	01	6.972.352,20	20%	5.577.881,76



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ÕES PREDIAIS, nos termos e condições estabelecidos no edital de licitação respectivo e em seus anexos:						
--	--	--	--	--	--	--

Obs.: O detalhamento do BDI encontra-se no Termo de Referência e o detalhamento da proposta da empresa encontra-se no evento [0639588](#) do Processo SEI respectivo.

Subcláusula Primeira - O valor deste Contrato é estimativo, conforme a demanda, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 339039-16, conforme Nota de Empenho 2021NE000257, datada de 30/06/2021, a ser reforçada durante a vigência desta contratação, caso necessário.

Subcláusula Quarta - Quanto a eventuais reajustes/repactuação, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 278.894,09** (duzentos e setenta e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A Contratada deverá apresentar a Garantia referida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão Contratante.

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

Subcláusula Quarta – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão deste contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não, bem como poderá ocasionar outras penalidades cabíveis.

Subcláusula Quinta – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

Subcláusula Sexta – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

Subcláusula Sétima – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.

Subcláusula Oitava – A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual.

Subcláusula Nona – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

Subcláusula Décima – A garantia será considerada extinta:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. Após vencido o prazo de 3 (três) meses do término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Subcláusula Décima Primeira– A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para cobrir as despesas necessárias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Quanto aos pagamentos, deverão ser observadas as seguintes condições:

I. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho e ao CNJ;

III. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;

IV. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

V. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;

VI. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

VII. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

VIII. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;

IX. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos, para as Ordens de Serviço com prazo de execução superior a 60 (sessenta) dias, sendo que nas demais Ordens de Serviço será



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realizado apenas um pagamento ao final da execução total dos serviços, observando que:

a) Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas. Apenas a título de exemplo cita: se o serviço se refere a manutenção na rede elétrica com substituição de 20 metros de cabos e somente foram substituídos 10 metros, mesmo que ultrapassado o período de 30 (trinta) dias, o serviço não será considerado concluído.

X. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;

XI. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

XII. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço, sendo que em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais;

XIII. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times \frac{VP}{EM}$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p>
---------------------------------------	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$I = ((TX)/365) \quad I = ((6/100)/365) \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XIV. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

XV. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa; e

XVI. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a GESTÃO deste contrato será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, ou por seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO 004/2008, sendo que:

I. A fiscalização da contratação no TRE-RO será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço;

II. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666, de 1993;

III. O fiscal da Ordem de Serviço anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; e

IV. Poderá ainda ser designado para cada Ordem de Serviço, conforme o caso, servidor responsável pelo local onde o serviço será prestado, para atuar como FISCAL LOCAL, acompanhando os trabalhos e reportando ao FISCAL as ocorrências pertinentes e dúvidas oriundas da CONTRATADA.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a Administração a:

- I.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- II.** Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993;
- III.** Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- IV.** Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações;
- V.** Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;
- VI.** Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;
- VII.** Quando for o caso, informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal; e aplicar sanções à contratada, na hipótese de verificar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450/2018 e/ou Resolução CNJ 307/2019;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII. Expedir as ordens de serviços de acordo com sua demanda efetiva;

IX. Receber ou recusar os serviços, obedecidos os critérios estabelecidos;

X. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, de acordo com as regras definidas nesta contratação; e

XI. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a contratada a:

1. Indicar, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS;
2. Apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, conforme o caso, para cada Ordem de Serviços recebida;
3. Juntamente com a ART/RRT, apresentar cronograma atualizado considerando a data de entrega;
4. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
5. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
6. Coordenar a execução dos serviços e a entrega de materiais e equipamentos;
7. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;
8. Designar Preposto, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
 - o O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
 - o A Carta de Preposição deverá conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) e telefax para contato com a CONTRATADA e com o PREPOSTO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- O preposto deverá atender às ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado.
- 9. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE;
- 10. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei 8.666/93;
- 11. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;
- 12. Cumprir e fazer cumprir o(s) cronograma(s) das ordens de serviços aceitas;
- 13. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;
- 14. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- 15. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
- 16. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;
- 17. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- 18. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;
- 19. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços de manutenção predial nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda;
21. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;
22. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
23. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;
24. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
25. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
26. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - Descrição dos serviços realizados;
 - Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
27. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;
28. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;
29. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

30. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual - EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;

31. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual - EPI;

32. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;

33. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;

34. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;

35. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

36. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;

37. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

38. Os serviços deverão ser executados por mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas no Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;

39. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;

40. Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas para manutenções prediais;

41. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ordem de Serviço e/ou seus anexos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

42. Empregar de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
43. Na hipótese de demissão de funcionários relacionados à Pnat, a contratada deverá:
 - Entrega mensalmente relação nominal dos empregados
 - Em até 5 dias: comunicar o fato ao fiscal do contrato ou responsável indicado; e
 - Em até 60 dias: providenciar o preenchimento da vaga em aberto em decorrência de demissão ou de outro fato que impeça o comparecimento da mão de obra.
44. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, §§ 1 e 2º, da Lei 8.666/93;
45. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;
46. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a ao TRE-RO; e
47. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto deste contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

1. Com fundamento no Art. 7º da Lei 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
- c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
- e) Não manter a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal;

1.1) As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constam do edital do certame respectivo.

2. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, na forma seguinte:

2.1) Atraso injustificado na entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT:

- a) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços, contados da data do recebimento da OS, até o limite de 5 (cinco) dias;
- b) Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

2.2) Atraso injustificado na execução ou entrega dos serviços:

- a) prazo de até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre valor global do respectivo serviço/demanda, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
- b) prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.3) Atraso injustificado das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
- b) De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
- c) Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

2.4) Não observância do subitem DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL do item DO CONTRATO do Termo de Referência:

- a) Na primeira ocorrência, advertência;
- b) Na segunda ocorrência, multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
- c) Na terceira ocorrência, multa de 5% (cinco por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
- d) Sem prejuízo de aplicação das multas, a quarta ocorrência poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
- c) Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

4. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.

5. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

6. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU 567/2015- Plenário**).

7. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011- Plenário**).

8. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei 6.830/80**).

9. As multas e demais penalidades não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.
11. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.
12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13. Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.
14. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.
15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
16. O valor da multa ou condenação, eventualmente, aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).
17. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber o TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).
18. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).
19. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.
20. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados. Logo, é permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, *in verbis*:

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual

Observação: É vedado o reequilíbrio, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta permanecerão inalterados durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;
2. Em conformidade com os **Acórdãos 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados PODERÃO ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;
4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;
5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 7.892/2013, 7983/2013, 8250/2014, 9.488/2018, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010 e 23.474/2016; na Resolução CNJ 201/2015; no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE/RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 30 de junho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/06/2021, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 01/07/2021, às 07:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 01/07/2021, às 08:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 01/07/2021, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0709773** e o código CRC **6128B997**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019; Decreto n. 7.892/2013 (Sistema de RP e suas atualizações) e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a Seção de Manutenção Predial elabora o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja formado um Registro de Preços para a eventual contratação de fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia no âmbito dos Prédios da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

2. DO OBJETO E SEUS DETALHAMENTOS

I. DO OBJETO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a. Formação de registro de preços, para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações deste TR e seus anexos, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. Os principais edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia encontram-se descritos na tabela abaixo:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL Av. Rogério Weber, 1024, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-832
03	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO, Av. Jaci-Paraná s/n, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS/PATRIMÔNIO Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
05	EDIFÍCIO ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE Av. Rogério Weber S/N, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO
06	FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM Rua Cândido Rondon, 784, Bairro Tamandaré - Guajará- Mirim/RO, CEP 76.850-000
07	FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional - Ariquemes/RO, CEP 76.872-856
08	FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS Av. Porto Velho S/N, Bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 - Buritis/RO, CEP 76.880-000
09	FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE Av. Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro - Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
10	FÓRUM ELEITORAL DE JARU Rua Princesa Isabel, 028, Bairro Setor 02 - Jaru/RO, CEP 76890000
11	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União - Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro - Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
13	POSTO ELEITORAL DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, 1763, Bairro Ernandes Gonçalves - Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro - Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
15	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro - Cacoal/RO, CEP 76963804
16	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros - Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000
17	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA Rua 545, Bairro Jardim América - Vilhena/RO, 76.980-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro - Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000
19	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, 4637, Bairro Centro - Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
20	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro - Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro - Santa Luzia/RO, CEP 76.950-000
22	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA AV. Brasil, 3068, Bairro Princesa Izabel - Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
23	POSTO ELEITORAL DE NOVA BRASILÂNDIA AV. 13 de Maio, esquina com a Av. Tancredo de Almeida Neves, 1858, Bairro Setor 13 - Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ AV. Cacoal, 965 Esq/Rua, Rui Rodrigues de Almeida, Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro - Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
26	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, 1159, Bairro Centro - Costa Marques/RO, CEP 76.937-000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b.

II.DETALHAMENTO DO OBJETO

A. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

- i.**Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);
- ii.**Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019** (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.)
- iii.**Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
- iv.**Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
- v.**Decreto n. 2.271/97** (Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.);
- vi.**Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018** (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- vii.**Resolução 6, de 7 de abril de 2015**: Cria o novo Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- viii.**Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;
- ix. Este termo de referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

B. DAS NORMAS TÉCNICAS

Os materiais empregados e os serviços executados, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas;

I. Deverá observar, não exaustivamente mas, em especial:

- a. Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Termo de Referência e seus Anexos;
- b. ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);
- c. Recomendações do "Manual de Obras Públicas - Edificações - Construções" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- d. Recomendações do manual "Obras Públicas - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" do Tribunal de Contas da União;
- e. Orientações Técnicas sobre "Obra e Serviço de Engenharia" do IBRAOP;
- f. Recomendações e instruções dos fabricantes;
- g. Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
- h. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;
- i. Regulamento do [Corpo de Bombeiros](#) do Estado de Rondônia;
- j. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

II.A CONTRATADA deverá, regularmente, verificar, e adotar, se for o caso, as atualizações da legislação vigente, dos normativos da ABNT, orientações de organismos técnicos e eventuais novas regulamentações.

II.DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

a. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br, devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 18h00 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas.

b. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

c. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

d. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante.

e. Como comprovação da visita aos locais onde serão executados os serviços, a licitante deverá apresentar a declaração de visita emitida pela Administração conforme modelo contido no Anexo IV deste TR ([0544853](#)).

2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

i. Atender a solicitações de mudanças espaciais necessárias ao desenvolvimento das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia, com a dinâmica peculiar do TRE-RO, mediante fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia.

2. JUSTIFICATIVA

I.DA JUSTIFICATIVA

a. Justifica-se o presente:

1.Em virtude da necessidade de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de materiais e ferramentários, para atendimento do TRE-RO em seus imóveis em todo o estado de Rondônia, sob demanda, haja vista a real e demasiada necessidade de intervenções de Serviços de Engenharia nos imóveis do Tribunal, conforme demonstrado na Planilha Orçamentária ([0544850](#)), originada no Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)) e as Reformas para manutenções prediais apontadas no Plano de Obra 2021/2022 ([0532904](#)).

2.Da grande quantidade de pedidos de adequações nos espaços físicos dos prédios que atendem a Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia encaminhados à Seção de Manutenção Predial, torna-se necessária a apresentação deste Termo de Referência para atendimento das demandas citadas;

3.Das demandas oriundas das unidades do interior do Estado, constantes do PSEI [0000409-16.2020.6.22.8000](#);

4.Da execução do Plano de Manutenção Predial Preventiva ([0544849](#)) em todas as edificações da Justiça Eleitoral, ou de seu uso, no Estado de Rondônia.

b. A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição servicial pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, o entendimento é claro, in verbis: A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição servicial pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, o entendimento é claro, in verbis:

"4. DEFINIÇÕES DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66 tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento."

c. Municípios do entendimento supra, complementa-se a justificativa, ainda, com a necessidade de constantes realizações de intervenções as quais estão subconceituadas pelo diploma suso mencionado: adaptar, conservar, consertar, demolir, instalar, manter, montar, operar, reparar e transportar. Vejamos:

- i. Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar alterar visando adaptar obras, este será designado reforma.
- ii. Consertar: Promover um bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado: corrigir defeito ou falha.
- iii. Conservar: Conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previstas no projeto.
- iv. Demolir: Ato de pôr abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou sua parte.
- v. Instalar: Atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.
- vi. Manter: Preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.
- vii. Montar: Arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.
- viii. Operar: Fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.
- ix. Reparar: Fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.

x. Transportar: Conduzir de um ponto a outras cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia.

b. Destaca-se que os serviços de manutenção preditiva total, os quais também se enquadram na espécie de serviços de engenharia, serão objeto da contratação pretendida. No entanto, não serão contemplados na contratação os seguintes serviços de engenharia: elaboração de projetos, consultoria técnica envolvendo elaboração de laudos, pareceres e avaliações, bem como assistência técnica à fiscalização de obra.

II. DA COMPETÊNCIA

a. De acordo com a Resolução TRE-RO n. 006/2015 - Regulamento da Secretária deste Tribunal, são atribuições da SEMAP. Veja-se:

Da Seção de Manutenção Predial
Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:

.....

III - inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

.....

VIII - elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;

.....

XXII - exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico.

III. PESSOAL PARA EXECUÇÃO

a. Em seu quadro efetivo, a SEMAP não dispõe de servidores para executar diretamente esse trabalho. Os analistas e técnicos judiciários da Secretaria não possuem especialização ou atribuição funcional para executar diretamente serviços braçais de engenharia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b. Os Contratos vigentes no âmbito do TRE-RO que têm como objeto a manutenção preventiva e corretiva dos diversos prédios do Tribunal estão com seu limite financeiro praticamente esgotado, o que representa riscos às atividades da Justiça Eleitoral por eventual indisponibilidade de contratação para realizar uma manutenção.

c. Por essas razões, opta-se pela execução indireta, considerando a necessidade de contratação de empresa de engenharia, coordenada por Engenheiro ou Arquiteto, para atender à demanda de serviços comuns de engenharia nas intervenções a serem realizadas nas edificações do TRE-RO.

IV.SISTEMA RE REGISTRO DE PREÇOS E SERVIÇOS COMUNS

a. Os serviços de engenharia previstos para serem realizados nos prédios do TRE-RO são atividades padronizáveis, perfeitamente mensuráveis, especificáveis, objetivamente definidos e de amplo domínio do mercado de engenharia de todo o país. Portanto, são classificáveis como serviços comuns.

b. No que se refere à definição do objeto, cada unidade tem arranjos diferentes, que atendem a formas de organização peculiares, não sendo possível a previsão exata do que será demandado.

c. Pela natureza do objeto, onde não há possibilidade de prever com precisão os quantitativos de serviços e insumos a serem demandados pelo TRE-RO, propõe-se que este Termo de Referência adote o sistema de Registro de Preços.

d. Vale ressaltar que a adoção do sistema de Registro de Preços para o objeto está de acordo com o Acórdão do TCU nº 3419/2013-Plenário, TC 015.212/2013-0, relator Ministro José Múcio Monteiro, 4.12.2013. Tal acórdão informa que é admissível a contratação, mediante Registro de Preços, de serviços de reforma de pouca relevância material e que consistam em atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado, e possuam natureza padronizável e pouco complexa. O relator do processo concluiu não haver óbice ao emprego do sistema de Registro de Preços uma vez que "os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenções isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e. Conforme já explicitado, tratam-se de intervenções padronizáveis, com o objetivo de prover serviços de engenharia nos em Fóruns Eleitores da Interior do Estado e na Capital. Fica clara, para o caso em tela, que a motivação para a contratação é a conservação, reparação e adaptação das áreas descritas acima, para que as atividades regimentais do TRE-RO possam ser executadas de maneira eficiente. Tal objetivo está de acordo com o que a Lei 8666/1993 classifica como serviço em seu Art. 6º, inciso II.

V.JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

a. A solução apontada, contratação dos serviços com terceiros especializados, com fornecimento de material e mão-de-obra, vem sendo utilizada por este órgão, sendo a única tida como viável quando comparada com outras possíveis soluções. Permite a execução dos serviços de acordo com o surgimento das demandas e a disponibilidade orçamentária, utilizando-se da estrutura empresarial das empresas especializadas. Contrário senso, a Administração teria que realizar a aquisição de materiais e, em certame distinto, teceirizar a execução dos serviços por meio de postos de trabalho, medida não recomendada pelos órgãos de controle.

b. A decisão pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS** fundamenta-se nas seguintes justificativas:

i. **Aspectos técnicos:** Todos os serviços se referem a um plano uniforme, composto pelo conjunto de edificações da Justiça eleitoral no Estado de Rondônia. Esta unidade técnica entende que não é recomendável contratar serviços descentralizados de manutenção predial, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" onde um fornecedor sinaliza como sendo responsabilidade de outro e vice e versa. Além deste, há ainda a necessidade de compatibilização simultânea entre eles quanto aos prazos e intercorrências de partes de uma ação de manutenção sobre outra. Some-se a esse fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, situação que poderia resultar em maiores custos para o erário e eventualmente até na interrupção de uma manutenção por fatores externos.

ii. **Gestão (coordenação centralizada):** O objeto que se pretende, genericamente pode ser descrito como "contratação de empresa especializada em serviços de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

engenharia para execução dos serviços em todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia". Por experiências já vivenciadas na realização de manutenções prediais, o papel do coordenador, profissional da empresa que vier a ser contratada, é de fundamental relevância na rotina das atividades e na correta conclusão das manutenções. Por outro lado, a existência de múltiplos coordenadores, de empresas distintas, em um mesmo processo sistêmico de manutenções contribui negativamente com o bom andamento das atividades, interesses distintos que poderiam também impactar nos prazos de execução dos serviços, além dos aspectos técnicos já citados.

iii. **Ecomicidade:** A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução por uma única empresa. Quando realizada por mais de uma empresa abrem-se possibilidade de conflitos, principalmente, no relacionamento técnico entre elas e a Administração e na execução dos serviços. esse fator expõe a risco a celeridade nas execuções, como já explicitado. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização dos serviços e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.

c. Em razão disso, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**.

2. A CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

a. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do **art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal**, este Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Referência leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, de acordo com as justificativas descritas neste Termo de Referência, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:

i. **Do Planejamento:** Este Termo de Referência está sendo elaborado com as justificativas técnicas que permitem à Administração conhecer as necessidades e identificar o objeto a ser licitado dimensionado nos limites de sua realidade orçamentária.

ii. **Da Objetividade:** Os serviços pretendidos visam dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de condições de atender adequadamente suas demandas na área de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e investigativa, ante a insuficiência no quadro do TRE-RO de profissionais para exercer a função de responsável técnico, bem como para a execução e o acompanhamento das diversas atividades que demandam especialidades diversas.

b. Esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020) e o PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS para o Exercício 2020, documentos publicados e disponíveis na página da intranet deste Tribunal e está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" - **Ação: Priorizar investimentos em obras/reformas.**

II. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

a. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

b. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido que tem como produto final a prestação de serviço de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6ª da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*especificações determinadas pela ANVISA;
[...]*

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

[...]

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

c. Na execução desta futura contratação, a contratada **deverá utilizar**, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA, conforme disciplinado no Termo de Referência respectivo.

d. Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016 (0307011), estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.

e. Dessa forma, será exigido da futura CONTRATADA que os resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá observar a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente nos Municípios de Porto Velho como também nos demais municípios onde serão executados serviços, caso estes já tenham aprovado leis/atos normativos com essa finalidade.

3. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA - OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL N. 7.983/2013:

i.O valor global **estimado** do registro de preços é de R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), referente aos itens abaixo:

a. Valor estimado de reformas para manutenções prediais R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Este valor foi extraído do Plano de Obras Biênio 2021/2022 - Resolução TRE-RO 13/2020 ([0532904](#));
 2. Incluído na proposta de orçamento de 2021, conforme Decisão 149 ([0578152](#)) e PLOA 2021 Discricionárias - Orçamento Ordinário [0575146](#).
- b. Valor estimado de manutenções preditivas, preventivas e corretivas é de R\$ 5.742.352,20 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos):
1. Este valor foi obtido através de estimativa de serviços a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia para um período de 12 (doze) meses, conforme demonstrado nos **ANEXO II** - Planilha Orçamentária ([0544850](#)) e Anexo III - Custos Sintéticos Semanal e Anual ([0544852](#)), totalizando R\$ 4.612.331,09 (quatro milhões, seiscentos e doze mil trezentos e trinta e um reais e nove centavos);
 2. Os quantitativos das demandas previstas para o período decorrem da necessidade de manter-se regular a infraestrutura física do Tribunal, conforme Anexo I - Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)), com serviços corriqueiros e contínuos necessários para manter a capacidade funcional do respectivo prédio e que foram estabelecidas por exigência da Administração, além das demandas emergenciais informadas na justificativa da contratação do objeto
- c. Na apuração do preço estimado de referência foi observado o **Decreto Federal n. 7.983/2013**, que estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da União e elegeu o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, como referencial de preços. Veja-se:

***Art. 3º** O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d. Dessa forma, a composição dos custos unitários e globais dos serviços e insumos diversos foram obtidos nas TABELAS DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em MAIO/2020, sobre os quais foi aplicando o O BDI de 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), adotado na média definida pelo Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00.

2. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

i. Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade da reserva orçamentária, entendendo não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessário a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

ii. Para fins de Manutenção Predial, foi incluído no orçamento de 2020 ([0571890](#)), que será demandado conforme o caso:

Categoria	Orçamento Ordinário
Agregador	Manutenção Geral
Despesa agregada	Manutenção Predial
Plano interno	IEF MANPRE
Valor registrado	R\$ 818.989,94

iii. Para fins de reforma para manutenções prediais:

Categoria	Orçamento Ordinário
Agregador	Obras
Despesa agregada	Reformas de Pequeno Vulto - Limite Setorial
Plano interno	RO ACARESP / RO ACAROURO / RO RCARCERE
Valor registrado	R\$ 1.230.000,00

iv. Deve ser registrado que a vedação do inciso III, §2º, art. 7º, da Lei n. 8.666/1993 tem aplicação apenas para o exercício corrente, regra que será observada quando da efetivação das contratações derivadas da ARP que será celebrada ao final do certame. Como o eventual contrato celebrado terá sua duração estimada para 12 (doze) meses, para os exercícios subsequentes (2021 e 2022) a despesa será suportada com os recursos específicos incluídos nas propostas orçamentárias da Justiça Eleitoral para esses exercícios.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v. Por fim, ressalta-se que a determinação legal para que os contratos tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários admite algumas exceções dispostas nos incisos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ao qual se incluem as **prestações de serviços a serem executados de forma contínua**.

3. DO CERTAME LICITATÓRIO

1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

a. No entendimento desta unidade deverá ser adotada para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pela oferta do maior desconto ofertado sobre as tabelas do SINAPI DESONERADA** referente à unidade da federação do Estado de Rondônia, **VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO**.

b. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviços que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do **pregão para contratação de serviços comuns de engenharia**: *"O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002. A citada Súmula foi aprovada pelo Acórdão nº 841/2010 - Plenário, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.*

c. O mesmo entendimento foi adotado recentemente pelo TCU, conforme se extrai do **Acórdão n. 1381/2018-Plenário, julgado em 20/06/2018, verbis**:

SUMÁRIO: ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E EDITAIS (ALICE). PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA. ANULAÇÃO DO CERTAME. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA MEDIANTE PREGÃO.

1. A contratação de serviços comuns de engenharia pode ser realizada mediante pregão para registro de preços quando



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e a contratação tenha por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

2. A utilização do critério de julgamento menor preço auferido pela oferta de desconto sobre os preços da tabela Sinapi tem amparo no artigo 9º, § 1º, do Decreto 7.892/2013, desde que os pagamentos dos serviços, durante a validade da ata de registro de preços, ocorram com base nos valores da tabela Sinapi da data da licitação, tendo em vista o disposto na Lei 8.666/1993 sobre reajustes anuais.

3. O instrumento convocatório de pregões para registro de preços de serviços comuns de engenharia deve demonstrar que tais serviços serão empregados em atividades de manutenção predial, observados os conceitos do artigo 6º da Lei 8.666/1993 e das normas técnicas relacionadas à matéria, de forma que não haja margem de interpretação para a realização de obras mediante a contratação.

II.DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

A. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

- i.A formação de registro de preços é o instrumento mais adequado para atender os interesses da Administração porque os serviços demandados devem ser contratados de forma parcelada pelas razões adiantes expostas:
- ii.Pela natureza dos serviços não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pelas diversas unidades prediais. Assim, com o registro de preços, os serviços serão contratados sob demanda, de acordo com as necessidades efetivas dos referidos serviços. Tal situação fática preenche a hipótese prevista no **Art. 3, inciso IV, do Decreto 7.892/2013**.
- iii.Além do mais, a previsão de serviços emergenciais fortalecem, em tese, o argumento de impossibilidade de definir previamente o quantitativo de serviços a serem realizados.
- iv.Pela continuidade constante de serviços de engenharia, há necessidade de **contratações frequentes (Art. 3, inciso I, do Decreto 7.892/2013)**. Assim, não seria razoável a Administração deixar de lançar mão do registro de preços e, do contrário, patrocinar inúmeros certames licitatórios para atingir o mesmo objetivo que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pode ser atingido por uma único certame. Assim, materializa-se também o **Princípio da Economicidade**.

v.A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (**art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892/2013**). Isso implica dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja dotação orçamentária, resultando em **eficiência nas atividades administrativas**.

B. DA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP:

i.O **Art. 4º do Decreto 7.892/2013** estabelece a possibilidade do procedimento de registro de IRP por meio do qual outros órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG podem atuar no certame como PARTICIPANTES, indicando suas demandas que serão consolidadas àquelas do ORGÃO GERENCIADOR. Ocorre que, no entedimento desta unidade demandante, o referido procedimento não pode ser aplicado ao presente certame porque o **referencial de precificação** está restrito às **tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia**. Além disso - e principalmente - a celeridade que deve ser imprimida ao certame recomenda a supressão dessa fase, com duração sempre prolongada em razão do tempo que deve ser reservado aos eventuais órgãos ininteressados para produzirem e aprovarem os atos necessários à participação.

C. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

i.Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

ii.**JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de utilização por outros órgãos por tratar-se de serviço comum de engenharia, especificamente para realização de manutenções prediais. Tais manutenções, sejam



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preditivas, preventivas, corretivas ou detectivas, são necessárias a todas as edificações da administração pública, sendo de grande valia para outro órgão ou entidade da administração pública. Por ser a contratação do tipo ARP, reduz os custos de outras entidades na realização do certame e é de fácil adequação às disponibilidades orçamentárias de cada entidade. Além disso, cada entidade pode facilmente adequar a demanda à realidade de suas edificações porque as demandas não estão previamente definidas e sim um rol de materiais e serviços dos quais a administração pode fazer uso para atender as variáveis de manutenções prediais existentes.

- iii. De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- iv. De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- v. No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU**, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 - e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

D. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

- i. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

- ii. Por sua vez, tratando-se de empreitada por preço global, também **não** é aplicável a regra do art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou da estipulação de cota de até 25% para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

E. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- i. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT - do profissional, expedida(s) pelo CREA ou CAU, **que comprovem que a licitante tenha executado serviços de engenharia com fornecimento de material em edificações, totalizando 6.000 m2 (equivalente a 40% da área total das edificações do TRE-RO de 15.225m2).**
- ii. Somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, por no mínimo 06 (seis) meses.
- iii. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) conjuntamente com a(s) **ART**, devidamente baixada(s), referente(s) ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, "Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)" (grifo nosso).

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente" (grifo nosso).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 14 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função" (grifo nosso).

- iv. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços de manutenção predial com fornecimento de material, expedido pelo CREA ou CAU, através da Certidão de Acervo Técnico - CAT;
- v. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao **quadro permanente**:
 - 1. O Empregado;
 - 2. O Sócio;
 - 3. O detentor de contrato de prestação de serviço.
- vi. Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame**, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08- Plenário e 1.762/2010-Plenário);
- vii. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
- viii. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- ix. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CONTRATADA.

x. Declaração, da própria licitante, nos termos do **ANEXO IV deste TR (0544853)**, de que efetuou vistoria nos locais dos serviços e que conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos locais e dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas em função da renúncia tácita de realizar a visita técnica.

xi. **Declaração** que terá, até a data da assinatura dos contratos originadas nesta contratação, sede, filial ou, no mínimo, preposto constituído pela empresa no **Estado de Rondônia** e que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços (**conforme modelo contido Anexo V - 0594156**), sendo que, a critério da CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica.

F. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

i. A proposta deverá ser apresentada nos moldes do exemplo constante no **Anexo VII - Modelo de Proposta**, evento **0594159**;

ii. Por tratar-se de MODELO, a Licitante poderá adequar o Modelo de Proposta (**Anexo VII**) para atender suas necessidades, desde que mantidos **TODOS OS ELEMENTOS** constantes no modelo.

a. Na proposta apresentada a licitante deverá informar o valor global estimado que é **FIXO** para toda as propostas. De acordo com sua proposta informará o percentual do BDI, o desconto que está ofertando e o **SEU** valor global estimado após a aplicação do percentual do DBI e do desconto ofertado.

ii. Juntamente com a proposta, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a. Detalhamento do BDI conforme **ANEXO VIII - Detalhamento do BDI (0544859)**, obrigatoriamente ofertados dentro dos percentuais máximos definidos no **item 6, i, "d" deste TR**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Declaração de Visita, se realizada, conforme **Anexo IV** ([0544853](#)) deste TR.
- iii. Não serão aceitas propostas com percentual de desconto de valor igual a zero ou negativo ou, ainda, percentuais de BDI superiores aos tetos estabelecidos neste TR.

B. DO INTERVALO MÍNIMO DOS LANCES ABERTOS

- i. Para a seleção da proposta mais vantajosa, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

C. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- i. O critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL ESTIMADO, APURADO PELO MAIOR DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE SOBRE O VALOR GLOBAL ESTIMADO OBTIDO PELAS TABELAS DESONERADA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) DA UNIDADE FEDERATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO.**
- ii. O BDI **máximo** considerado na aceitação das propostas de **24,50%** (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), foi obtido pela aplicação do **Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011**, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00. O licitante **deverá detalhar o BDI ofertado** com o preenchimento do **Anexo VIII** (Detalhamento do BDI) evento [0544859](#).
- iii. **IMPORTANTE: Sob pena de desclassificação da proposta**, o licitante também deverá detalhar, conforme modelo **ANEXO VIII - Detalhamento do BDI** ([0544859](#)), o percentual de BDI para eventuais fornecimentos excepcionais apenas de materiais, obtido pela aplicação do mesmo acórdão do TCU. O BDI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

máximo admito para o fornecimento de materiais será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento).

D. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

- i. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.
- ii. A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI;
- iii. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;
- iv. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- v. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.
- vi. Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vii.É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

viii.A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

ix.Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

2. DO CONTRATO

I.O regime de contratação será de empreitada por preço unitário, onde o pagamento será realizado por unidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

II.DISPOSIÇÕES GERAIS

a. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

b. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-RO.

d. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

e. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

f. A CONTRATADA deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, podendo este não executar suas tarefas nas dependências da CONTRATANTE.

g. O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

h. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

i. A relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

substituí-la ou aterá-la; a Lei n. 5.194/66 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

j. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

k. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

II.DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

a. O prazo de **vigência e execução** do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

b. Tratando-se de **serviços continuados**, os contratos decorrentes do certame licitatório poderão ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

c. Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático.

d. O prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas respectivas Ordens de Serviços, conforme modelo contido no **ANEXO VIII (0544857)**, tendo como referência os prazos da composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

III.DO EVENTUAL REAJUSTE DOS PREÇOS DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos oriundos do certame;
- b. Em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;
- c. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;
- d. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;
- e. Nos casos em que o reajuste forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

IV.DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- a. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

V.DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- a. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

VI. DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

- a. Hora em diante, nos subitens deste item, os textos serão usados da seguinte forma:

1. Para se referir ao **Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018** será utilizado apenas Decreto;
2. Para se referir à **Portaria Interministerial 3 de 11 de setembro de 2018** será utilizado apenas PI3;
3. Para se referir à **Resolução 307 do CNJ de 17 de dezembro de 2019** será utilizado apenas Resolução.

- b. Das Exigências Legais

1. O art. 5º do Decreto prevê:

Art. 5º Na contratação de serviços, inclusive os de engenharia (sublinhamos), com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. O § 2º do art. 5. do Decreto prevê:

§ 2º Na hipótese de ser admitido o emprego de mão de obra de pessoa presa em regime fechado, o edital e a minuta do contrato deverão prever as seguintes cautelas a serem observadas pela contratada, em atendimento ao disposto nos art. 35 e art. 36 da Lei nº 7.210, de 1984 :

I - apresentação de prévia autorização do Juízo da Execução;

II - comprovação de aptidão, disciplina e responsabilidade da pessoa presa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - comprovação do cumprimento mínimo de um sexto da pena; e

IV - observância do limite máximo de dez por cento do número de presos na prestação do serviço.

3.O § 4º do art. 5. do Decreto prevê:

§ 4º A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável.

4.O art. 6º do Decreto prevê:

Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

I - três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;

...

5.O § 1º do art. 6º do Decreto prevê:

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a IV do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

6.O art 2º da PI3 prevê:

Art. 2º A previsão de emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional é requisito de habilitação jurídica, devendo constar do edital e da minuta de contrato, acompanhada de declarações do licitante de que contratará pessoas presas ou egressos nos termos do Decreto nº 9.450, de 2018, bem como do órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo.

7.O art 3º da PI3 prevê:

Art. 3º A efetiva contratação do percentual indicado no art. 6º, incisos I a IV, do Decreto nº 9.450, de 2018, será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato, ...

8.O art 8. da PI3 prevê:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 8º Será responsabilizado, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o agente público que não observar o disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 9.450, de 2018

9.O Art. 11 da Resolução e o Inciso I prevêem:

Art. 11. Na contratação de serviços, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada, na seguinte proporção:

I - quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

c. Da Aplicação Prática do Decreto:

- 1.A presente contratação tem valor estimado de R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), o que supera em muito os R\$ 330.000,00 previsto no art. 5º do Decreto 9.450;
- 2.No entanto, há que se observar que a presente licitação prevê a realização de serviços por demanda, como bem se pode extrair do OBJETO da presente contratação, e de forma detalhada no item DAS DEMANDAS, abaixo;
- 3.Na prática, não obstante possa haver um contrato com valor superior ao previsto no art. 5º do Decreto, a CONTRATADA eventualmente poderá ser demandada para atividades de valores inferiores aos R\$ 330.000,00;
- 4.Há que se considerar ainda o percentual mínimo exigido pelo Decreto, de 3% de trabalhadores quando a atividade demandar até 200 funcionários;
- 5.Considere-se ainda que, quando o legislador prevê três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários, temos uma a cada 33 (trinta e três) vagas a serem destinadas ao cumprimento do Decreto;
- 6.A Resolução do CNJ aumenta este número de vagas para duas a cada 50 trabalhadores;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Ainda dentro do mesmo tema, ressalta-se a dificuldade em precisar quantos trabalhadores são necessários para o cumprimento da demanda/OS;
8. No mesmo tema, estima-se com base na experiência dos fiscais das contratações que as demandas desta Justiça Especializada em raros casos demanda mais do que 20 (vinte) trabalhadores;
9. Outro aspecto fundamental no contexto da aplicação do Decreto é que não há previsão no mesmo de contratos que eventualmente abranjam mais de um município da Unidade Federativa, o que cria uma dificuldade em sua aplicação visto que a contratação ou não de trabalhadores que atendam às premissas do Decreto em cada município depende da disponibilidade de profissionais;
10. Assim, ante o exposto e alinhado com o § 4º do art. 5. do Decreto, a aplicação do mesmo ficará então subordinada ao previsto no subitem d. (abaixo) deste item 10.
 - d. A Gestão das Contratações derivadas desta ATA deverá:
 1. Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, para determinado município, ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), exigir da CONTRATADA o cumprimento do Decreto;
 2. Fiscalizar a CONTRATADA na forma prevista pelo DECRETO;
 3. Fazer constar no conteúdo do Cronograma Físico de cada demanda/OS o quantitativo estimado de postos necessários para a execução da atividade em cada demanda/OS que servirá como base de cálculo para verificação do cumprimento da alínea e. (abaixo) deste subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**.
 - e. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos do Decreto bem como da Resolução:
 1. Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); e
 2. A proporção mínima de vagas a serem observadas é de 4% (quatro por cento) quando os serviços de todas as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município, requererem até 50 profissionais;

3. Outras proporcionalidades em casos de demandas com mais profissionais devem observar os percentuais previstos na Resolução.

f. Compete à contratada comprovar, quando for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, que no município no qual executará os serviços que exijam a contratação de egressos do sistema prisional, não há sistema organizado pelo Poder Judiciário ou entidades constituídas para esse fim que possibilitem a contratação dessa mão de obra.

2. DA GARANTIA CONTRATUAL

i. Segundo

Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).

ii. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

iii. Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b. Seguro-garantia;

c. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 - TCU - Plenário)**

iv.A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.

2. DAS DEMANDAS

A.DAS ORDENS DE SERVIÇOS

i.As DEMANDAS para fins de reforma para manutenções prediais e/ou manutenções prediais serão autorizadas através de **ORDENS DE SERVIÇOS**, conforme ANEXO VI ([0544857](#)), que serão emitidas pelo CONTRATANTE, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade;

ii.As ORDENS DE SERVIÇOS de MANUTENÇÃO PREDITIVA E/OU PREVENTIVA devem ser baseadas em Plano de Manutenção ANEXO I ([0544849](#)), ou outro revisado pela unidade técnica do TRE-RO, a fim de garantir sua execução na periodicidade adequada;

iii.As ORDENS DE SERVIÇOS de MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA e/ou CORRETIVA devem ser separadas das ORDENS DE SERVIÇO de REFORMA PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS em razão de tratar-se de **Contas de Plano interno Contabil** e ações orçamentárias diferentes;

iv.As ORDENS DE SERVIÇO de REFORMA PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS deverão observar a definição de **reforma** contida na [OIT-IBR-002/2009-IBRAOP](#), ou posterior, *verbis*: Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

v.Deverão ser elaborados pelo CONTRATANTE, previamente à emissão de cada uma das ordens de serviço, conforme modelo constante no ANEXO VI ([0544857](#)), oriundas deste Termo de Referência, os seguintes documentos:

a.Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na tabela do SINAPI, de acordo com a Tabela aplicável ao contrato;
 - c. Planilha com as composições analíticas de fontes não SINAPI, quando for o caso;
 - d. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro.
- vi. Os principais tipos de serviços que serão demandados constam no Anexo II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ([0544850](#)) podendo ser incluídos outros, se necessário, que sejam da mesma natureza do objeto deste Termo de Referência:
- a. A relação constante do **Anexo II** não tem a pretensão de ser exaustiva, podendo sofrer alterações no caso de adoção de novos materiais e instalação de novos sistemas congêneres.
- vii. **A definição do preço global e unitário dos serviços e/ou fornecimentos que integrarem as ordens de serviço**, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e/ou insumos diversos descritos nas **TABELAS DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, vigente na data da Abertura do Pregão (apresentação das propostas)**. Adoção da tabela desonerada até 31 de dezembro de 2020, com fundamento no art. 7º, IV da Lei n. 12. 546/2011, para as atividades enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0.
- a. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima oferecer custos unitários de insumos com a Origem de Preço indicada com a sigla AS (para preço atribuído com base no preço do insumo para a localidade de São Paulo)**, a critério do orçamentista, alinhado com as orientações do próprio [Sistema SINAPI](#), verbis: "A utilização de referências com legenda (AS) é decisão do orçamentista, que deve verificar se o preço é adequado para a localidade a que se destina o orçamento, considerando inclusive a relevância do insumo no custo total do orçamento." (italizamos);
- OU
- b. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer composições e/ou custos unitários de insumos ou serviços**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Deverá ser utilizada, preferencialmente, composição existente na Tabela do SINAPI, adaptado-se, conforme o caso, índices e valores de insumos e mão de Obra;
2. Na impossibilidade de adaptação de composição existente, deverão então ser verificadas as Tabelas do SINAPI emitidas após a data de apresentação das propostas;
3. Na inexistência de composição para o serviço desejado, deverá ser utilizada composição de outros sistemas, a exemplo do SICRO;

c. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer custos unitários de insumos ou serviços** deverá ser utilizada outra fonte de precificação, nesta ordem de prioridade:

1. Outra tabela do SINAPI DESONERADA PARA O ESTADO DE RONDÔNIA;
2. Sistema de Banco de Preços;
3. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço, previamente realizada, desde que dentro do prazo de validade, devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações;
4. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações;
5. Pesquisa de mercado fora do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações.

viii. Todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não a tabela do SINAPI indicada no item **11. A, vii, "c"** acima deverão ser reajustados com base no Índice Nacional da Construção Civil - INCC, até o mês da Abertura do Pregão (apresentação das propostas) ou ;

B.DO MEMORIAL DESCRITIVO / CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. MEMORIAL DESCRITIVO é o documento que estabelece as formas e condições de execução dos serviços e entrega ao CONTRATANTE de insumos e equipamentos contidos na Ordem de Serviços correspondente;
- ii. Caberá ao CONTRATANTE estabelecer as condições de execução dos serviços e de entrega dos insumos;
- iii. As condições deverão ser informadas à CONTRATADA com o máximo de antecedência em relação à emissão da Ordem de Serviços;
- iv. É fortemente recomendada a participação da CONTRATADA na elaboração do memorial descritivo, a fim de minimizar o tempo de análise da OS e seus anexos;
- v. SEMPRE, em caso de dúvidas de execução, conflito do memorial com normas e orientações de fabricantes ou outra situação detectada pela CONTRATADA, a mesma deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE para manifestação.

C. DO CRONOGRAMA FÍSICO

- i. O cronograma físico deverá ser elaborado com base no tempo estimado para execução das atividades conforme o previsto nas composições da Tabela do SINAPI dos serviços demandados na OS;
- ii. O período para execução dos serviços de manutenção predial será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno;
- iii. O prazo estipulado para a execução das atividades, uma vez recebida a Ordem de Serviço e entregue a ART/RRT pela CONTRATADA, passará a ser considerado como prazo máximo de execução das demandas e/ou fornecimentos previstos na OS;
- iv. O cronograma de execução deve ser estabelecido no estilo D+N onde:
 - a. D é a data da entrega da ART/RRT mais um dia para o início das atividades;
 - b. N é o número de dias necessários para realizar a(s) atividade(s).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. Em caso de não cumprimento do prazo de execução dos serviços e/ou entrega de materiais/equipamentos, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades prevista neste Termo de Referência;
- vi. Em caso de necessidade de aditivo de prazo, a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, devidamente justificado, com antecedência, o prazo considerado necessário para a conclusão das atividades;
- vii. Caberá à gestão do Contrato, com apoio do Fiscal da Demanda, a manifestação quanto à solicitação da CONTRATADA;
- viii. É fortemente recomendada a participação da CONTRATADA na elaboração do cronograma físico, a fim de minimizar o tempo de análise da OS e seus anexos;
- ix. Com base nos dados das tabelas do SINAPI, constará no cronograma físico, como item OBRIGATÓRIO, o quantitativo total de postos de serviço necessários para execução da demanda/OS, a fim de dar base para cumprimento ao previsto no Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018 e na Resolução CNJ 307 de 17 de dezembro de 2019.

D. DO VALOR TOTAL DA DEMANDA / ORDEM DE SERVIÇOS

i. **A definição dos preços unitários de serviços, materiais, equipamentos e ferramentas, que integrarem as demandas/Ordens de Serviços, e dos seus valores globais**, dar-se-ão por meio das composições dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos conforme item **11.A, vii** acima, somandos individualmente e globalmente, acrescidos dos valores referentes aos respectivos percentuais de BDI conforme o caso e, subtraindo-se do VALOR TOTAL da demanda o valor correspondente ao PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE VENCEDORA no ato da apresentação da proposta.

a. As composições deverão ser organizadas de forma estarem agrupadas por serviço a serem executados;

b. O BDI **máximo** admitido para eventuais fornecimentos de materiais, equipamentos e ferramentas com valores expressivos em relação ao valor total da Ordem de Serviço e daqueles fornecidos sem insumos de mão de obra, será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento), na forma da **Súmula TCU n. 253/2010** e dos **Acórdãos TCU n. n. 1425/2007, 1347/2010 e n. 2369/2011, todos do Plenário.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. **VALORES EXPRESSIVOS:** Para fins deste termo de referência, considera-se valores expressivos ou relevantes os fornecimentos de materiais e equipamentos e ferramentas analisados na curva ABC, de no mínimo 15% (quinze por cento) do valor da ordem de serviço.

E.DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

i. Após ser informada sobre a disponibilidade da Ordem de Serviços a CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para revisar a a OS, seus anexos, e realizar recebimento/aceite:

a. Caso a CONTRATADA considere insuficiente o prazo de dois dias para análise da OS, esta deverá, imediatamente, solicitar dilação de prazo, devidamente justificada, indicando o prazo necessário à realização da análise;

b. Caberá ao Gestor do Contrato aceitar ou não a solicitação da CONTRATADA, justificando seu entendimento;

c. Em caso de não aceitação das justificativas da CONTRATADA pelo Gestor do Contrato, a Ordem de Serviços deverá ser recebida e aceita IMEDIATAMENTE pela CONTRATADA;

d. Caso a CONTRATADA não receba/aceite a Ordem de Serviço, preservados os direitos de ampla defesa e contraditório, estará sujeita às penalidades prevista neste Termo de Referência;

ii. O recebimento da Ordem de Serviços por parte da CONTRATADA, seja através de assinatura da referida Ordem de Serviços de forma eletrônica (recomendado), no Sistema SEI, seja em forma de aceite protocolar em documento físico, implica na aceitação de todas as partes integrantes da OS, incluindo:

a. Cronograma físico e físico-financeiro;

b. Valor do Orçamento/OS, valores unitários e composições;

c. Condições de execução;

d. Prazo de execução.

iii. Após o recebimento/aceite da Ordem de Serviços, conforme item ii. acima, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(cinco) dias úteis para apresentar, conforme o caso, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, devidamente registra(o) junto ao respectivo conselho:

a.A não apresentação de ART ou RRT no prazo estipulado sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

iv.Os serviços de manutenção somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS), **conforme o modelo do ANEXO VI (0544857)** e, apresentação pela contratada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

F.DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

i.A coordenação da execução de cada Ordem de Serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa do serviços prestados;

ii.A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por video conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;

iii.É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto das Ordens de Serviços;

iv.Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego;

G.DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E ADICIONAIS SOBRE MÃO DE OBRA

I.Das Horas Extraordinárias:

a.Somente será permitido pagamento de horas extraordinárias, além das previstas nas composições das Tabelas do SINAPI ou das demandas pela Ordem de Serviços quando:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O prazo de execução obtido para atendimento do item **DO CRONOGRAMA FÍSICO** acima for incompatível com algum outro cronograma do CONTRATANTE, demandando aceleração na execução. *A título de exemplo, citamos atividades com prazo definido pelo calendário eleitoral* e não puder ser prorrogado;

2. O prazo de execução for impactado por decisão do CONTRATANTE e não puder ser prorrogado, ainda que após emissão de Ordem de Serviços, mediante manifestação do Gestor do Contrato; ou

3. O prazo de execução for impactado por motivos externos às partes e não puder ser prorrogado;

b. Todo e qualquer pagamento de horas extraordinárias deverá ser devidamente justificado pelo Gestor do Contrato com auxílio da unidade técnica.

II. Dos Adicionais:

a. Deverão ser incluídos nas Ordens de Serviços valores adicionais sobre a Mão de Obra sempre que a OS emitida pelo CONTRATANTE der causa às seguintes situações:

1. Adicional de Insalubridade: quando a atividade profissional exponha o trabalhador a agentes nocivos a sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do efeito, de acordo com os art. 189, art. 190, art. 191 e art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

2. Adicional de periculosidade: quando o trabalhador, no exercício de suas atividades, estejam em exposição permanente com inflamáveis, eletricidade ou explosivos **em condições de risco acentuado**, de acordo com o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a Lei 12.740 de 8 de dezembro de 2012.

3. Adicional noturno: quando as execuções dos serviços forem desenvolvida horário compreendido entre as 22:00 e as 05:00 da manhã do outro dia de acordo com *Art. 7º, IX,*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Constituição Federal e o Art. 73, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

b. Todo e qualquer pagamento de adicionais deverá ser devidamente justificado pelo Gestor do Contrato com auxílio da unidade técnica.

B.DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DEFINITIVO E GARANTIA DAS ORDENS DE SERVIÇOS

i. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por um ou mais profissional(is) designado(s) pelo CONTRATANTE para a fiscalização;

ii. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor da demanda.

iii. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

a. **PROVISORIAMENTE:** em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO IX (0594161)**, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pelo fiscal da demanda;

b. **DEFINITIVAMENTE:** em até 20 (vinte) dias contados do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO X (0594163)** através de termo emitido pelos fiscal da demanda e gestor do contrato;

c. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

iv. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço;

v. Independentemente da vigência da Ordem de Serviço, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 5 (cinco) anos, contados do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, conforme disposto no Art. 618 do Código Civil (Lei n. 10.406/2002);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- vi. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o contratante.

B. DOS PAGAMENTOS

- i. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
- ii. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;
- iii. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
- iv. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
- v. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;
- vi. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
- vii. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
- viii. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;
- ix. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos, para as Ordens de Serviço com prazo de execução superior a 60 (sessenta) dias. Nas demais Ordens de Serviço será realizado apenas um pagamento ao final da execução total dos serviços;
- x. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Apenas a título de exemplo cita: se o serviço refere-se a manutenção na rede elétrica com substituição de 20 metros de cabos e somente foram substituídos 10 metros, mesmo que ultrapassado o período de 30 (trinta) dias, o serviço não será considerado concluído;

- xi. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;
- xii. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
- xiii. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais;**
- xiv. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>$I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

- xv. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;
- xvi. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

xvii. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário.

2. DA SUBCONTRATAÇÃO

i. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto dos contratos, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:

ii. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

a. Razão Social;

b. CNPJ;

c. Nome e CPF do(s) sócio(s);

d. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

e. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;

f. Justificativa para subcontratação.

iii. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação;

iv. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais;

v. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vi. As subcontratadas também devem cumprir as obrigações previstas no subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL** do item **DO CONTRATO**.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- i. Indicar, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS;
- ii. Apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, conforme o caso, para cada Ordem de Serviços recebida;
- iii. Juntamente com a ART/RRT, apresentar cronograma atualizado considerando a data de entrega;
- iv. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- v. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
- vi. Coordenar a execução dos serviços e a entrega de materiais e equipamentos;
- vii. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;
- viii. Designar **Preposto**, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
 - a. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
 - b. A Carta de Preposição deverá conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) e telefax para contato com a CONTRATADA e com o PREPOSTO;
 - c. O preposto deverá atender às ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado.
- ix. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE;
- x. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xi. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;
- xii. Cumprir e fazer cumprir o(s) cronograma(s) das ordens de serviços aceitas;
- xiii. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;
- xiv. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- xv. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
- xvi. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;
- xvii. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- xviii. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;
- xix. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços de manutenção predial nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- xx. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.
- xxi. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;

- xxii. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- xxiii. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;
- xxiv. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
- xxv. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- xxvi. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - a. Descrição dos serviços realizados;
 - b. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- xxvii. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;
- xxviii. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;
- xxix. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
- xxx. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual - EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;
- xxxi. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual - EPI;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxxii. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;
- xxxiii. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;
- xxxiv. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;
- xxxv. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
- xxxvi. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;
- xxxvii. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

- xxxviii. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis**. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de pára-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;
- xxxix. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;
- xl. Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas para manutenções prediais;
- xli. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ordem de Serviço e/ou seus anexos;
- xlii. Empregar de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- xliii. Na hipótese de demissão de funcionários relacionados à Pnat, a contratada deverá:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Entrega mensalmente relação nominal dos empregados
2. Em até 5 dias: comunicar o fato ao fiscal do contrato ou responsável indicado; e
3. Em até 60 dias: providenciar o preenchimento da vaga em aberto em decorrência de demissão ou de outro fato que impeça o comparecimento da mão de obra.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- i. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- ii. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- iii. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- iv. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa elaborar os documentos necessários e executar os serviços dentro das especificações;
- v. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;
- vi. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
- vii. Quando for o caso, informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal; e aplicar sanções à contratada, na hipótese de verificar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450/2018 e/ou Resolução CNJ 307/2019.

4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- i. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008;
- ii. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993;
- iv. O fiscal da Ordem de Serviço anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- v. Poderá ainda ser designado para cada Ordem de Serviço, conforme o caso, servidor responsável pelo local onde o serviço será prestado, para atuar como FISCAL LOCAL, acompanhando os trabalhos e reportando ao FISCAL as ocorrências pertinentes e dúvidas oriundas da CONTRATADA.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- i. Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:
 - a. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
 - b. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
 - c. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
 - d. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
 - e. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - f. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
 - g. Comportar-se de modo inidôneo;
 - h. Cometer fraude fiscal;
 - i. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.
- ii. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

a. Atraso injustificado na **entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**:

1. Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços, contados da data do recebimento da OS, até o limite de 5 (cinco) dias;

2. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

b. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços**:

1. **prazo de até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo serviço/demanda, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.

2. **prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.

c. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;

2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

3. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

d. Não observância do subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL** do item **DO CONTRATO** deste Termo de Referência:

1. Na primeira ocorrência, advertência;

2. Na segunda ocorrência, multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Na terceira ocorrência, multa de 5% (cinco por cento) apurados sobre o valor total do contrato;

4. Sem prejuízo de aplicação das multas, a quarta ocorrência poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

iii. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

b. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

c. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

iv. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.

v. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

vi. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).

vii.A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

viii.Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

ix.As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

x.O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

2. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

i.As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

3. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

i.As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, foram fornecidas pelo servidores Antônio Roberto dos Santos Ferreira e André Pimentel;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. As especificações administrativas foram fornecidas pelo servidor Frank Cesar Busatto;
 - iii. A elaboração do TR foi realizada pelos servidores Leisson de Sousa Castro e Frank Cesar Busatto;
 - iv. A revisão final do TR foi realizada pelo servidor Leisson de Sousa Castro.
4. **ANEXOS:**
- i. PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL ([0544849](#));
 - ii. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ([0544850](#));
 - iii. CUSTOS SINTÉTICOS SEMANAL E ANUAL ([0544852](#));
 - iv. DECLARAÇÃO DE VISITA ([0544853](#));
 - v. DECLARAÇÕES ([0594156](#));
 - vi. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO ([0544857](#));
 - vii. MODELO DE PROPOSTA ([0594159](#));
 - viii. DETALHAMENTO DO BDI ([0544859](#));
 - ix. MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ([0594161](#));
 - x. MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO ([0594163](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 25/09/2020, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PIMENTEL, Técnico Judiciário**, em 25/09/2020, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANK BUSATTO, Técnico Judiciário**, em 25/09/2020, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0594164** e o código CRC **A89EC037**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO -

www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP/COSEG/SAOFC

ASSUNTO: Definição da modalidade licitatória – Análise do Termo de Referência – SRP - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS.** Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 227 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para a formação de registro de preços **para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS**, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nos dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0544786](http://www.tre-ro.jus.br)).

02. Para tanto foi carreado aos autos o **TERMO DE REFERÊNCIA N. 12 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0594164)**, o qual define os contornos gerais dos serviços com detalhamento do objeto, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, requisitos específicos de habilitação técnica e econômico-financeira, proposta, contrato, gestão e fiscalização do contrato, preço, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, cronograma, obrigações das partes, pagamento, penalidade e rescisão, reajustes,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prorrogações, aditivos, esclarecimentos, dentre outras informações. Acompanha o instrumento como **ANEXO I** – Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)); **ANEXO II** – **Planilha Orçamentária** ([0544850](#)); **ANEXO III** – **Custos Sintético Semanal e Anual** ([0544852](#)); **ANEXO IV** – Declaração de Visita ([0544854](#)); **ANEXO V** – Declarações ([0594156](#)); **ANEXO VI** – Modelo de Ordem de Serviço – ([0544857](#)); **ANEXO VII** – Modelo de Proposta ([0594159](#)); **ANEXO VIII** – Detalhamento do BDI ([0544859](#)); **ANEXO IX** – Modelo de Termo de Recebimento Provisório ([0594161](#)) e, **ANEXO X** – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo ([0594163](#)).

03. O Chefe da Seção de Manutenção Predial – SEMAP faz concomitantemente remessa dos autos para conhecimento a Senhora Coordenadora da COSEG ([0587270](#)) da contratação de empresa de prestação de serviços de manutenção predial e ao GABSAOFC para as providências cabíveis.

04. Recebido os autos, o secretário da SAOFC encaminha a Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP para análise do TR 8 ([0544821](#)) e seus anexos, ou ratificação quanto a regularidade e conformidade com as normas regulamentares no âmbito deste Tribunal.

05. A COMAP, unidade de avaliação de Termos de Referência e Projeto Básico (item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08), diligenciou a unidade demandante e solicitante da contratação SEMAP para o esclarecimento de várias questões relacionadas a contratação. Em resposta foi juntado aos autos o novo Termo de Referência 12 ([0594164](#)), concluindo a unidade COMAP por sua regularidade, consoante Análise de TR/PB n. 123/2020 ([0596979](#)). **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

08. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

09. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III - DA DEFINIÇÃO DO OBJETO EM SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

10. Sobre à delimitação do objeto, é importante ressaltar que no caso de serviços de engenharia, a definição legal inserida no inciso II do artigo 6º da Lei nº 8666/93 elenca diversas atividades, porém de forma exemplificativa. Veja-se:

Art. 6º Para fins desta Lei, considera-se:

I - (...) omissis

II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, **manutenção**, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissional. (sem grifo no original)

11. Ademais, o estudioso Cláudio Sarian Altounian esclarece o disposto no texto legal:

Da avaliação das atividades listadas, parece que o legislador procurou definir serviços de engenharia como aquelas atividades em que há predomínio do emprego de mão-de-obra em relação ao de material e, no caso de obra, o contrário. (Obras Públicas, p. 33. Belo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Horizonte: Editora Fórum, 2009) (sem negrito no original)

12. Outra interessante diretriz para a referida distinção é apresentada por Lucas Rocha Furtado:

O critério usualmente adotado para distinguir esses dois contratos (obras e serviços) é o da verificação da tangibilidade, da materialidade de seu objeto. Será obra o contrato que crie nova materialidade, o mesmo não sendo verificado nos serviços. Assim, no caso de um edifício que necessite de reforma, como será criado novo aspecto material, será licitada e contratada a execução de obra. **Ao contrário, na conservação (serviço), não será criado nenhum aspecto material visualmente novo.**

13. No caso em tela, a descrição do objeto pretendido é a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviço **comuns de engenharia para realizar manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos**, no âmbito dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme descrição na tabela – imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia, item 2.I.a do TR 12/2020 (0594164). Portanto, assiste razão a unidade técnica SEMAP no enquadramento do objeto pretendido pela Administração em serviços comuns de engenharia.

14. Verifica-se que a Lei nº 10.520, de 2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

15. Assim, será comum o objeto que, embora sofisticado, não necessite de uma análise técnica mais acurada, e que possa, por isso, ter suas características definidas de forma objetiva no edital, segundo a descrição tradicionalmente encontrada no mercado. A esse respeito o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 1.617/06, esclarece:

É irregular a utilização da modalidade pregão visando a contratação de obras e serviços de engenharia que possuam complexidade de especificação e de execução inconciliáveis com o caráter comum dos objetos passíveis de serem contratados por meio da citada modalidade licitatória.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Por conseguinte, o assunto está pacificado pela Súmula 257, de 2010, do TCU:

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

17. Em consonância com o entendimento da Corte de Contas, o novel Decreto Federal nº 10.024/2019 dispõe expressamente esta possibilidade no seu art. 1º. Ainda, conceitua serviço comum de engenharia como, *ipsi litteris*:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

(...)

18. Nesse panorama, sempre que a Administração demonstrar que o objeto é comum, o que demandará avaliação de profissional capacitado em análise aos parâmetros mencionados, permitindo que o julgamento se dê com utilização do tipo menor preço, o pregão poderá ser adotado. A esse respeito temos a seguinte afirmações:

Partindo do pressuposto de que os vocábulos comum e usual encerram conceitos indeterminados, é forçoso reconhecer que a avaliação do que é comum ou usual depende da perspectiva do interlocutor, ou melhor, do agente administrativo que deve decidir se a licitação pode ou não ser feita através da modalidade pregão. Isso porque, o comum e o usual dependem da experiência, da vivência, da atividade do interlocutor em relação ao mercado. (Pregão presencial e eletrônico, p. 54. Curitiba: Zênite, 2005)

19. O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02 conceitua, *in verbis*:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

20. Neste contexto, urge trazer à baila trecho do Acórdão do TCU nº 313/04 – Plenário que ensina:

(...) o objeto da licitação deve se prestar a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá propostas técnicas. Caso essas condições sejam atendidas, o pregão poderá ser utilizado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. É o que se verifica nestes autos, nos quais percebe-se a usabilidade dos serviços pretendidos pela Administração dentro do segmento específico de mercado (área de engenharia). **Assim, as propostas dos licitantes serão analisadas e comparadas exclusivamente pelo critério do preço**, ausente necessidade de investigar elementos outros decorrentes da técnica construtiva aqui irrelevante, já que objetivamente definidas no edital por meio de especificações comuns, habituais e frequente no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002.

22. Enfatiza-se que o enquadramento do objeto da licitação como serviço comum de engenharia, por sua vez, implica a análise do mercado e do conhecimento dos padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos em normas técnicas ou por usualmente aceitos pelos profissionais de engenharia. Assim, por depender de conhecimentos que extrapolam a esfera jurídica, **não competiria a AJDG a caracterização do objeto contratual como “obra”, “serviço de engenharia”, ou “serviço comum” de engenharia**. Cabe, sim, à área técnica do órgão fazê-la, de modo justificado, o que foi feito nestes autos (Item 2 – Do objeto e seus detalhamentos - TR 12/2020 – SEMAP).

23. É neste sentido, aliás, a Orientação Normativa nº 54 da AGU, de 25/04/2014. Veja-se:

Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

24. No caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos serviços a serem contratados, **o que viabiliza a adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória** e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

IV – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

25. Com relação à opção pela formação de registro de preços apontada pela unidade solicitante, insta abordar preambularmente duas questões: 1º) a aplicabilidade do sistema de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registro de preço para serviços continuados; e 2º) a aplicabilidade do referido sistema para serviços de engenharia.

26. O Decreto Federal nº 7.892/2013, que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, não faz qualquer distinção quanto à natureza dos serviços a serem contratados por meio de ata de registro de preço. Ainda, prevê a vigência dos contratos oriundos do SRP devem observar o art. 57 da Lei nº 8.666/93 (art. 12, § 2º), levando a entender a possibilidade de sua adoção para esse tipo de serviços.

27. O TCU analisou a matéria, posicionando da seguinte forma:

Sumário: DENÚNCIA. IRREGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. PROVIMENTO PARCIAL. ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA. PERMISSÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, OBSERVADAS CONDIÇÕES PARA IMPEDIR DESVIRTUAMENTO DA LICITAÇÃO. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. (...)

Voto: (...)

Em substituição ao aludido mandamento, entendo mais alinhada com a normatização aplicável e com o interesse público, a permissão de que o SRP seja utilizado para contratação de serviços contínuos, desde que o termo de convocação fixe os quantitativos máximos a serem contratados e que o órgão gerenciador da ata controle as adesões posteriores para que esses limites não sejam superados. (**Acórdão 1.737/2012-Plenário**)

28. Sobre o assunto, o Tribunal já se manifestou no sentido de que é lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas na norma regulamentadora e com expressa justificativa da circunstância ensejadora (Acórdão 3.092/14 e 1.737/12, ambos do Plenário do TCU). Todavia, o simples fato de haver uma possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços não justifica a constituição de uma ata de registro de preços. (Acórdão TCU 1.604/2017-Plenário)

29. Destarte, vislumbra-se a possibilidade da licitação para formação de registro de preço de serviço continuado, desde que preenchidos os requisitos previstos no Decreto nº 7.892/2013.

30. Ainda assim, há tese em contrário. Exemplo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disso, é o juízo da Controladoria-Geral da União – CGU que, em sua publicação Sistema de Registro de Preço – Perguntas e resposta, Edição revisada – 2014, p. 21, aduz sobre a impossibilidade desta contratação via SRP, *ipsi litteris*:

17. Pode haver contratação de serviços do tipo continuado por meio de SRP? Não, tendo em vista que as contratações de serviços continuados envolvem a necessidade de planejamento e elaboração prévia obrigatória de projeto básico/termo de referência para a contratação daqueles serviços. Assim, considerando que se os serviços continuados já são certos e determinados, não poderia a sistemática do SRP ser utilizada para a contratação. Nesse sentido, encontra-se esculpido no inciso IV, art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013. Segue in verbis o inciso IV, art. 3º do Decreto nº 7.892/2013: Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: [...] IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. As hipóteses previstas pelo inciso IV se relacionam com o atendimento da imprevisibilidade do quantitativo ou do momento da contratação, condições estas não inerentes aos serviços do tipo continuado previstos no inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/1993, pois estes se tratam de serviços que não podem sofrer interrupções, e dessa forma não devem ser fundamentos para a contratação de serviços terceirizados. Ademais, considerando essa necessidade de planejamento para a contratação, como determinado pela IN SLTI nº 02/2008, fica comprometida a possibilidade de participação de “caronas” na respectiva ARP, pois aquela cotação muito provavelmente não abordará o atendimento, de modo a atender aos princípios da eficiência e da economicidade, da necessidade específica de cada órgão não participante. Portanto, nos casos de contratação de serviços continuados, deve-se lançar mão da modalidade pregão em sua forma ordinária, sem registro de preços, caso os bens a serem fornecidos sejam do tipo “comum”.

31. Apesar da divergência, não se observa óbice legal na adoção de SRP para a licitação de serviços continuados, pois alguns casos concretos podem ser amoldar nas hipóteses autorizadoras.

32. Com relação a aplicabilidade da SRP para licitação visando contratar serviço de engenharia, não se observa proibição legal, inclusive a Lei nº 12.462/2011, que trata sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, em seu bojo traz de forma expressa a possibilidade de utilização para obras e serviços de engenharia (art. 32 e art. 29, III).

33. Apesar de tal normativo não ser empregue ao caso concreto (art. 1º da Lei supracitada), verifica-se, por meio de uma interpretação sistemática, que a ata de registro de preços nesta situação está em consonância com a lei, basta para tanto o caso concreto preencher uma das hipóteses estabelecido no seu Decreto regulador.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34. Análogo é também a concepção do TCU. Reproduz-se abaixo excerto dos acórdãos proferidos por essa Corte, *in verbis*:

É admissível a contratação, mediante registro de preços, de serviços de reforma de pouca relevância material e que consistam em atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado, e possuam natureza padronizável e pouco complexa (Acórdão 3419/2013-Plenário, 4.12.2013).

É possível a contratação de serviços comuns de engenharia com base em registro de preços quando a finalidade é a manutenção e a conservação de instalações prediais, em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira. (Acórdão 3605/2014-Plenário, 9.12.2014) (sem negrito no original)

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NÃO COMUNS MEDIANTE PREGÃO OU SRP. IMPOSSIBILIDADE. DETERMINAÇÃO. Carece de amparo legal a utilização da modalidade licitatória denominada Pregão ou a utilização de SRP objetivando a contratação de empresa para execução de obras e serviços não comuns de engenharia. (Acórdão TCU nº 296/2007 – Segunda Câmara) (sem negrito no original)

35. Superados os temas acima explanados, passa-se a análise do SRP propriamente dito. A estudiosa Larissa Panko, na Seleção de Estudos e Instruções sobre licitações e Contratos da Editora Negócios Públicos, conceitua o referido sistema:

(...) representa um conjunto de procedimentos destinados ao registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens (ao invés da celebração de contratos/ instrumentos equivalente, como ocorre nas licitações ditas tradicionais – leia-se, não destinadas ao registro de preços), a serem dispostos em um documento específico denominado Ata de Registro de Preço (ARP), os quais serão utilizados para o atendimento de necessidades futuras da Administração, e acordo com a sua demanda efetiva; cujos respectivos fornecedores que terão os seus preços/ produtos registrados, serão selecionados após a realização dos competente processo licitatório.

Constitui-se, portanto, o SRP, em um banco de preços previamente selecionados, por parte do próprio Órgão/ Entidade Contratante.

36. Contudo, o SRP somente é utilizado elencados taxativamente no Decreto Federal nº 7.892/2013. Veja-se:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou,

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

37. Como visto, as justificativas registradas pela unidade solicitante no ITEM 8, subitem I e II do TR em comento (0594164) encontra correspondência com as hipóteses permissivas das regras do Decreto Federal. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo procedimento adequado para a aquisição pretendida, posto que melhor atenda ao interesse da Administração.

38. No que diz respeito a vigência da futura Ata de Registro de Preços, a Administração poderá utilizá-la por um período de até 12 meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares.

39. Ademais, para formação de registro de preços, não será exigida prévia indicação de dotação orçamentária, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**:

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

40. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU n. 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “*Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato*”. **REFERÊNCIAS:** arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

41. Registra-se que a unidade solicitante manifestou-se, no ITEM 8, subitem II, letra B do TR em comento, por não realizar o registro de IRP - **Intenção de Registro de Preços – IRP**, justificando sua dispensa. Tal escolha é perfeitamente plausível, tendo em vista que o **§ 1º do art. 4º do Decreto Federal n. 7.892/2013 prevê** a permissão para o afastamento da IRP quando houver motivação para tanto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

42. Por derradeiro, destaca-se no instrumento a possibilidade de utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes do certame (ITEM 8, subitem II, letra C do TR) no procedimento, para isso será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU**, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 - e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

43. Desta forma, é necessário a **inclusão do Decreto n. 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018, no rol de legislação presente na redação dos itens da LEGISLAÇÃO APLICADA.**

V – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

44. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

45. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda, por força do art. 48, inciso III, da LC 123/2006 e do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, deverá ser estabelecido cota de até 25% do objeto de natureza divisível para contratação de ME e EPP.

46. No caso em tela, o valor estimado ultrapassa, está acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e o objeto a ser licitado tem natureza indivisível. Portanto, esses benefícios legais não serão utilizados na futura disputa (ITEM 8, subitem II, letra D do TR).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI – DO TERMO DE REFERÊNCIA

47. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19.

48. Em vista do que regem os referidos artigos, nota-se que a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, nos termos do inciso II, do artigo 14 do Decreto nº 10.024/2019. Cabendo às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

49. Porém, no teor do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, de 30/10/2008, forçosa a análise do Termo de Referência 12 ([0594164](#)) por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise técnica da COMAP ([0596979](#)), unidade com atribuição regimental específica para, avaliar e processar os pedidos de contratação, os projetos básicos, termos de referência, podendo inclusive requerer e efetuar ajustes e complementações necessárias, na forma do inciso XXIV, art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/2008.

50. Pois bem, para a licitude da competição, impende que a definição do objeto, refletida no Termo de Referência, corresponda às reais necessidades do órgão, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame. Pelo contexto lógico da contratação ora em análise – **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL** - a justificativa apresentada no ITEM 4 do Termo de Referência explicita com clareza, não restando dúvidas quais sejam as reais necessidades do órgão.

51. O Termo de Referência traz em seu bojo os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo de custos, a definição dos métodos, a execução e recebimento do serviço, obrigação das partes, forma de pagamento, penalidades e rescisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual. Todos os requisitos citados foram demonstrados no instrumento técnico ora em análise.

52. Sobre sustentabilidade, no âmbito do Poder Judiciário, esta temática é abordada pela Resolução n. 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ que determina a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

53. O normativo citado reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

54. No caso em comento, o TR nº 12 menciona apenas a Instrução Normativa nº 001/2010-SLTI/MPOG, de observância não obrigatória por este Regional e utilizada em alguns casos como de boa prática administrativa. Contudo, os parâmetros adotados (Item 5, subitem II) não ferem os normativos aplicados a esta Justiça Especializada. Pelo contrário, eles vão ao encontro da finalidade buscada, promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública.

55. Desta forma, faz necessário a inclusão da Resolução CNJ nº 201/2015 e Resolução TSE nº 23.474/2016 no rol de legislação presente na redação dos itens da LEGISLAÇÃO APLICADA e DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

56. Registrou a unidade técnica, no ITEM 6 do TR ([0594164](#)), que a composição do preço global de referência foi obtido por meio da estimativa de manutenções preventiva e corretivas nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia para um período de 12 (doze) meses, demonstrado no Anexo II – Planilha Orçamentária ([0544850](#)).

57. Com relação ao critério de julgamento escolhido, MAIOR DESCONTO ofertado sobre as tabelas do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SINAPI DESONERADA referente ao Estado de Rondônia, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO, nenhum reparo a fazer, haja vista sua previsão no §1º, art. 9 do Decreto nº 7.892/2013, bem como a admissão deste tipo desconto específico de pelo TCU. Veja-se:

SUMÁRIO: ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E EDITAIS (ALICE). PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA. ANULAÇÃO DO CERTAME. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA MEDIANTE PREGÃO.

1. A contratação de serviços comuns de engenharia pode ser realizada mediante **pregão para registro de preços quando padrões de desempenho e qualidade** são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e a contratação tenha por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

2. **A utilização do critério de julgamento menor preço auferido pela oferta de desconto sobre os preços da tabela Sinapi tem amparo no artigo 9º, § 1º, do Decreto 7.892/2013, desde que os pagamentos dos serviços, durante a validade da ata de registro de preços, ocorram com base nos valores da tabela Sinapi da data da licitação**, tendo em vista o disposto na Lei 8.666/1993 sobre reajustes anuais.

3. O instrumento convocatório de pregões para registro de preços de serviços comuns de engenharia deve demonstrar que tais serviços serão empregados em atividades de manutenção predial, observados os conceitos do artigo 6º da Lei 8.666/1993 e das normas técnicas relacionadas à matéria, de forma que não haja margem de interpretação para a realização de obras mediante a contratação. (negritou-se)

58. Destaque para a possibilidade de subcontratação parcial do objeto prevista no item 12 do Termo de Referência 12. A jurisprudência do TCU orienta no sentido de exigir prévia e expressa autorização da Administração, veiculada por previsão em edital e em contrato, para que o contratado possa subcontratar parte do objeto contratual. Tal entendimento decorre de interpretação conjunta dada aos artigos 72 e 78, VI, todos da Lei 8.666/93.

59. À luz das prescrições legislativas citadas, a Corte de Contas vem considerando ilegal a subcontratação **não prevista no instrumento convocatório e contratual**. Nesse sentido, veja-se, exemplificativamente, o Acórdão nº 1014, proferido ainda do ano de 2005:

Nos ensinamentos de Jessé Torres Pereira Junior (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renova, 2002, p. 694.) “(...) poderá subcontratar se for em parte e desde que tal possibilidade houvesse sido prevista no ato convocatório e no contrato,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vedada a inclusão, em regulamento, de autorização genérica para subcontratar, uma vez que a subcontratação terá de ser expressamente admitida em cada contrato, inclusive com a fixação de limite condizente com o objeto deste.” (grifei) Assim, deve-se observar a previsão de subcontratação no instrumento convocatório do certame licitatório e no contrato celebrado com a empresa, nos termos dos arts. 78, IV, combinado com o art. 72, todos da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 1014/2005, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 20.07.2005.)

60. Todavia, e a despeito da subcontratação consentida, até os limites previstos, a empresa contratada permanece com total responsabilidade legal e contratual.

61. Relativamente à **garantia de execução do contrato, insta frisar que o artigo 56 da Lei nº 8.666/93** permiti a autoridade competente, **a seu critério, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia** nas contratações de obras, serviços e compras.

62. Conforme ITEM 10 do Termo de Referência 12, a unidade técnica aponta a adoção da garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Ademais, a eventual contratada deve apresentá-la no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma e em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

63. O Termo de Referência prevê que no item 9, subitem VII, que a futura contratada reserve cota para trabalhadores oriundos ou egressos do sistema prisional (art. 40, § 5º, da Lei 8.666/93 c/c art. 5º do Decreto 9.450/18), cuja aplicação foi delineada nos seguintes termos (item 10, letras “d”, “e” e “f” do TR 12):

10. Assim, ante o exposto e alinhado com o § 4º do art. 5. do Decreto, a aplicação do mesmo ficará então subordinada ao previsto no subitem d. (abaixo) deste item 10.

4. *A Gestão das Contratações derivadas desta ATA deverá:*
 1. *Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, para determinado município, ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), exigir da CONTRATADA o cumprimento do Decreto;*
 2. *Fiscalizar a CONTRATADA na forma prevista pelo DECRETO;*
 3. *Fazer constar no conteúdo do Cronograma Físico de*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*cada demanda/OS o quantitativo estimado de postos necessários para a execução da atividade em cada demanda/OS que servirá como base de cálculo para verificação do cumprimento da alínea e. (abaixo) deste subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL.***

5. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos do Decreto bem como da Resolução:

1. Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); e
 2. A proporção mínima de vagas a serem observadas é de 4% (quatro por cento) quando os serviços de todas as demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município, requererem até 50 profissionais;
 3. Outras proporcionalidades em casos de demandas com mais profissionais devem observar os percentuais previstos na Resolução.
6. Compete à contratada comprovar, quando for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, que no município no qual executará os serviços que exijam a contratação de egressos do sistema prisional, não há sistema organizado pelo Poder Judiciário ou entidades constituídas para esse fim que possibilitem a contratação dessa mão de obra.

64. Sem reparos a aplicação da regra delineada pela unidade demandante/solicitante da contratação no termo de referência 12.

65. No entanto, do ponto de vista jurídico, a não aplicação da contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional encontra legitimidade prevista no § 4º do art. 5º do mesmo Decreto, o qual excepciona de seu âmbito de incidência os casos, devidamente justificados, em que a utilização da mão de obra de presos ou egressos do Sistema Prisional se mostre inviável para a administração.

66. Nesse contexto, o **PARECER** N.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

00002/2018/CPLCA/CGU/AGU, que aborda amplamente o assunto, tem como uma de suas conclusões que *“não há condições normativas, por ora, particularmente pela falta de parâmetros objetivos, para a efetivação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat pela reserva de vagas nas contratações públicas federais, motivo pelo qual os gestores poderão invocar o disposto no § 4º do art. 5º do Decreto 9.450, de 2018, para justificar a inviabilidade da contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional”*.

67. Por seu turno, o **Termo de Referência** em comento ([0594164](#)) juntamente com seus anexos, parece possuir os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19, podendo ser **aprovado** pela autoridade competente, em atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento, **seguidas as orientações exaradas nos tópicos 43 e 55 deste opinativo.**

VII – CONCLUSÃO

68. Diante ao exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade na formação de **registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013 e adotado no âmbito deste Tribunal pela Resolução TRE n. 01/2006, para contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de manutenção predial em questão, por meio de procedimento licitatório, na **modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento na Lei n. 10.520/02 c/c art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.024/19, que, à margem de qualquer dúvida foi incorporado no procedimento deste Regional mediante **Portaria nº 143/2005/TRE, salvo se comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 1º, Decreto n. 10.024/2019).**

69. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior do órgão, deve estabelecer o tipo de licitação **menor preço global estimado, obtido pelo maior desconto ofertado pela licitante, sobre o valor global estimado obtido pelas tabelas desonerada do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (SINAPI) da unidade**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

federativa do estado de Rondônia, vigente na data da licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993.

70. Destaca-se que a SEMAP optou pelo para a seleção da proposta mais vantajosa, o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

71. No futuro certame, é **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado ultrapassa os limites delineados pelo **art. 6º do Decreto supramencionado**, o qual regulamentou a **LC n. 123/06**.

72. Em relação a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, tratando-se de critério de julgamento pelo maior desconto, **ocorrerá a divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **§ 3º, do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

73. A minuta de contrato, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 15 do Decreto nº 7.892/2013, não foi juntada aos autos, como é parte integrante do instrumento convocatório, receberá sua análise quando da análise do Edital de Pregão Eletrônico.

74. Reprise-se, por fim, que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, não incumbe a esta unidade avaliar as especificações utilizadas, dado o seu caráter eminentemente técnico.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 20/10/2020, às 19:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0608739** e o código CRC **7A82388B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO -

www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP/COSEG/SAOFC

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais.

DESPACHO Nº 1739 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo inaugurado para a formação de registro de preços para eventual contratação, sob demanda, de serviços comuns de engenharia de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nos dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0544786](#)).

A unidade solicitante juntou o Termo de Referência nº 12/2020 - SEMAP ([0594164](#)), complementado por seus anexos (eventos [0544849](#), [0544850](#), [0544852](#), [0544853](#), [0594156](#), [0544857](#), [0594159](#), [0544859](#), [0594161](#) e [0594163](#)), contendo os termos gerais dos serviços com detalhamento do objeto, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, requisitos específicos de habilitação técnica e econômico-financeira, proposta, contrato, gestão e fiscalização do contrato, preço, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, cronograma, obrigações das partes, pagamento, penalidade e rescisão, reajustes, prorrogações, aditivos, esclarecimentos, dentre outras informações. Para fins de manutenção predial, o valor a ser registrado é de R\$ 818.989,94



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(oitocentos e dezoito mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), e para reforma o valor registrado é de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais), conforme item 7 do referido TR.

Após detida análise, a COMAP concluiu que o Termo de Referência n. 12/2020 - SEMAP, complementado por seus Anexos I a X e demais elementos contidos no processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, com as disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0596979](#)).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral - AJDG, mediante Parecer Jurídico nº 227/2020 ([0608739](#)), opinou pela formação de registro de preços, para contratação pretendida, por via de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, sendo inaplicável o regime de exclusividade às ME/EPP's, nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015; tipo de licitação por menor preço global estimado, obtido pelo maior desconto ofertado pela licitante, sobre o valor global estimado obtido pelas tabelas desoneradas do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (SINAPI) da unidade federativa do estado de Rondônia, vigente na data da licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993; pela apresentação do Termo de Referência ([0583513](#)) à autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento, **seguidas as orientações exaradas nos tópicos 43 e 55 deste opinativo**; e, na busca da proposta mais vantajosa o modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019; pela divulgação dos preços estimados para a contratação, por se tratar de critério de julgamento pelo maior desconto, conforme disciplinado no §3º do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019. Por fim, ressalta que, embora a minuta de contrato não esteja juntada aos autos, por ser parte integrante do instrumento convocatório, receberá sua análise quando da análise do Edital de Pregão Eletrônico.

De igual modo, a SAOFC manifestou-se ([0608815](#)), em síntese, pela: a) aprovação do termo de referência; b)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço” global estimado obtido pelas tabelas desoneradas do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (SINAPI) da unidade federativa do estado de Rondônia, vigente na data da licitação; c) utilização do Sistema de Registro de Preços, sendo dispensado o registro de IRP; d) inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental; e f) pela divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no [art. 15, § 3º, do Decreto Federal nº 10.024/19](#).

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de serviços definidos como comuns pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado a este Tribunal pela Portaria nº 143/2005/TRE.

Consoante bem asseverou a Assessoria Jurídica, a Lei nº 10.520/2002 não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

O regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte é **inaplicável ao futuro certame, tendo em vista o valor estimado exceder** o limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** fixados no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06.

Quanto à opção pela formação de registro de preços feita pela unidade solicitante, observa-se que o Decreto n. 7.892/2013, que disciplina o art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, não faz distinção sobre a natureza dos serviços a serem contratados por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ARP. O Tribunal de Contas da União - TCU já decidiu que é lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas na norma regulamentadora e com expressa justificativa da circunstância ensejadora (Acórdão 3.092/14 e 1.737/12, ambos do Plenário do TCU). Portanto, devem ser preenchidos os requisitos previstos no Decreto n. 7.892/2013 para realizar licitação mediante formação de registro de preços de serviço continuado.

Com efeito, pelas justificativas apresentadas no item 8, subitem I e II do Termo de Referência ([0594164](#)), percebe-se que a formação de registro de preços é o procedimento adequado para a pretendida aquisição, posto que melhor atende o interesse da Administração.

Tem-se em relevo, ainda, que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por até 12 meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também **permite desencadeá-lo independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações**, como bem salientado nos itens 38 e 39 do Parecer Jurídico nº 227/2020.

Dos autos extrai a comprovada justificativa para a contratação pleiteada, decorrente da real e demasiada necessidade de intervenções de Serviços de Engenharia nos imóveis do Tribunal, conforme demonstrado na Planilha Orçamentária ([0544850](#)), originada no Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)) e as Reformas para manutenções prediais apontadas no Plano de Obra 2021/2022 ([0532904](#)).

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal nas eleições 2020, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretora-geral:

1 - Aprova o Termo de Referência nº 12/2020 - SEMAP ([0594164](#)), complementado por seus Anexos I a X, porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#); condicionado a sua adequação nos termos dos itens 43 e 55 do Parecer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurídico 227/2020;

2 - Autoriza a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço global estimado, obtido pelo maior desconto ofertado pela licitante, sobre o valor global estimado obtido pelas tabelas desoneradas do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil (SINAPI) da unidade federativa do estado de Rondônia, vigente na data da licitação, com baseo § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993;

3 - Autoriza a utilização do Sistema de Registro de Preços, com fundamento no art. [art. 15, II, da Lei nº 8.666/93](#), regulamentado pelo [Decreto Federal nº 7.892/2013](#) e [Decreto n. 8.250/2014](#), **sendo dispensada a divulgação da IRP**, uma vez que o aludido procedimento obstaculizará a celeridade necessária para a realização do certame e da contratação pretendidos, com fundamento no § 1º do art. 4º do [Decreto Federal n. 7.892/2013](#);

4 - Declara inaplicável o regime de exclusividade às ME/EPP's, porquanto seu valor estimado excede o limite de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) com fulcro no art. 6º do [Decreto n. 8.538/2015](#), o qual regulamentou a [LC n. 123/06](#);

5 - Determina a divulgação dos preços estimados para a contratação, tratando-se de critério de julgamento pelo maior desconto, com fulcro no [§3º do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#); e

6 - Determina a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante item 5, II, do Termo de Referência em questão, com fundamento na [Resolução n. 201/2015 do CNJ](#) e [Resolução n. 23.474/2016 do TSE](#);

À SAOFC para prosseguimento do feito.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/10/2020, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0609772** e o código CRC **A6814799**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019; Decreto n. 7.892/2013 (Sistema de RP e suas atualizações) e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a Seção de Manutenção Predial elabora o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja formado um Registro de Preços para a eventual contratação de fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia no âmbito dos Prédios da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

2. DO OBJETO E SEUS DETALHAMENTOS

I. DO OBJETO

a. Formação de registro de preços, para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações deste TR e seus anexos, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. Os principais edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia encontram-se descritos na tabela abaixo:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA

01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA -
----	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL Av. Rogério Weber, 1024, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-832
03	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO, Av. Jaci-Paraná s/n, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS/PATRIMÔNIO Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
05	EDIFÍCIO ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE Av. Rogério Weber S/N, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO
06	FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM Rua Cândido Rondon, 784, Bairro Tamandaré - Guajará- Mirim/RO, CEP 76.850-000
07	FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional - Ariquemes/RO, CEP 76.872-856
08	FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS Av. Porto Velho S/N, Bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 - Buritis/RO, CEP 76.880-000
09	FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE Av. Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro - Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
10	FÓRUM ELEITORAL DE JARU Rua Princesa Isabel, 028, Bairro Setor 02 - Jaru/RO, CEP 76890000
11	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União - Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000
12	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro - Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
13	POSTO ELEITORAL DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, 1763, Bairro Ernandes Gonçalves - Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE SPIGÃO DO OESTE Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro - Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
15	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro - Cacoal/RO, CEP 76963804



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros - Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000
17	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA Rua 545, Bairro Jardim América - Vilhena/RO, 76.980-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro - Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000
19	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, 4637, Bairro Centro - Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
20	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro - Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro - Santa Luzia/RO, CEP 76.950-000
22	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA AV. Brasil, 3068, Bairro Princesa Izabel - Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
23	POSTO ELEITORAL DE NOVA BRASILÂNDIA AV. 13 de Maio, esquina com a Av. Tancredo de Almeida Neves, 1858, Bairro Setor 13 - Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ AV. Cacoal, 965 Esq/Rua, Rui Rodrigues de Almeida, Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro - Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
26	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, 1159, Bairro Centro - Costa Marques/RO, CEP 76.937-000

b.

II.DETALHAMENTO DO OBJETO

A. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

i.**Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019** (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.)
- iii. **Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013** (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.)
- iv. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
- v. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
- vi. **Decreto n. 2.271/97** (Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.);
- vii. **Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018** (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- viii. **Resolução 6, de 7 de abril de 2015**: Cria o novo Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- ix. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;
- x. **Resolução CNJ nº 201/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
- xi. **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE).

- xii. Este termo de referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

B. DAS NORMAS TÉCNICAS

Os materiais empregados e os serviços executados, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas;

I. Deverá observar, não exaustivamente mas, em especial:

- a. Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Termo de Referência e seus Anexos;
- b. ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);
- c. Recomendações do "Manual de Obras Públicas - Edificações - Construções" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- d. Recomendações do manual "Obras Públicas - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" do Tribunal de Contas da União;
- e. Orientações Técnicas sobre "Obra e Serviço de Engenharia" do IBRAOP;
- f. Recomendações e instruções dos fabricantes;
- g. Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
- h. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Regulamento do [Corpo de Bombeiros](#) do Estado de Rondônia;
- j. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

II.A CONTRATADA deverá, regularmente, verificar, e adotar, se for o caso, as atualizações da legislação vigente, dos normativos da ABNT, orientações de organismos técnicos e eventuais novas regulamentações.

II.DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br, devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 18h00 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas.
- b. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- c. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- d. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante.
- e. Como comprovação da visita aos locais onde serão executados os serviços, a licitante deverá apresentar a declaração de visita emitida pela Administração conforme modelo contido no Anexo IV deste TR ([0544853](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. OBJETIVO DA CONSTRATAÇÃO

- i. Atender a solicitações de mudanças espaciais necessárias ao desenvolvimento das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia, com a dinâmica peculiar do TRE-RO, mediante fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia.

2. JUSTIFICATIVA

I. DA JUSTIFICATIVA

a. Justifica-se o presente:

1. Em virtude da necessidade de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de materiais e ferramentários, para atendimento do TRE-RO em seus imóveis em todo o estado de Rondônia, sob demanda, haja vista a real e demasiada necessidade de intervenções de Serviços de Engenharia nos imóveis do Tribunal, conforme demonstrado na Planilha Orçamentária ([0544850](#)), originada no Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)) e as Reformas para manutenções prediais apontadas no Plano de Obra 2021/2022 ([0532904](#)).

2. Da grande quantidade de pedidos de adequações nos espaços físicos dos prédios que atendem a Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia encaminhados à Seção de Manutenção Predial, torna-se necessária a apresentação deste Termo de Referência para atendimento das demandas citadas;

3. Das demandas oriundas das unidades do interior do Estado, constantes do PSEI [0000409-16.2020.6.22.8000](#);

4. Da execução do Plano de Manutenção Predial Preventiva ([0544849](#)) em todas as edificações da Justiça Eleitoral, ou de seu uso, no Estado de Rondônia.

b. A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição serviçal pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, o entendimento é claro, in verbis: A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição serviçal pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, o entendimento é claro, in verbis:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"4. DEFINIÇÕES DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66 tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento."

c. Municípios do entendimento supra, complementa-se a justificativa, ainda, com a necessidade de constantes realizações de intervenções as quais estão subconceituadas pelo diploma suso mencionado: adaptar, conservar, consertar, demolir, instalar, manter, montar, operar, reparar e transportar. Vejamos:

- i. Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar alterar visando adaptar obras, este será designado reforma.
- ii. Consertar: Promover um bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado: corrigir defeito ou falha.
- iii. Conservar: Conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previstas no projeto.
- iv. Demolir: Ato de pôr abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou sua parte.
- v. Instalar: Atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.
- vi. Manter: Preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.
- vii. Montar: Arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

viii. Operar: Fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.

ix. Reparar: Fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se como serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.

x. Transportar: Conduzir de um ponto a outras cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia.

b. Destaca-se que os serviços de manutenção preditiva total, os quais também se enquadram na espécie de serviços de engenharia, serão objeto da contratação pretendida. No entanto, não serão contemplados na contratação os seguintes serviços de engenharia: elaboração de projetos, consultoria técnica envolvendo elaboração de laudos, pareceres e avaliações, bem como assistência técnica à fiscalização de obra.

II. DA COMPETÊNCIA

a. De acordo com a Resolução TRE-RO n. 006/2015 - Regulamento da Secretária deste Tribunal, são atribuições da SEMAP. Veja-se:

Da Seção de Manutenção Predial
Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:

.....

III - inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

.....

VIII - elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;

.....

XXII - exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico.

III. PESSOAL PARA EXECUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Em seu quadro efetivo, a SEMAP não dispõe de servidores para executar diretamente esse trabalho. Os analistas e técnicos judiciários da Secretaria não possuem especialização ou atribuição funcional para executar diretamente serviços braçais de engenharia.
- b. Os Contratos vigentes no âmbito do TRE-RO que têm como objeto a manutenção preventiva e corretiva dos diversos prédios do Tribunal estão com seu limite financeiro praticamente esgotado, o que representa riscos às atividades da Justiça Eleitoral por eventual indisponibilidade de contratação para realizar uma manutenção.
- c. Por essas razões, opta-se pela execução indireta, considerando a necessidade de contratação de empresa de engenharia, coordenada por Engenheiro ou Arquiteto, para atender à demanda de serviços comuns de engenharia nas intervenções a serem realizadas nas edificações do TRE-RO.

IV. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SERVIÇOS COMUNS

- a. Os serviços de engenharia previstos para serem realizados nos prédios do TRE-RO são atividades padronizáveis, perfeitamente mensuráveis, especificáveis, objetivamente definidos e de amplo domínio do mercado de engenharia de todo o país. Portanto, são classificáveis como serviços comuns.
- b. No que se refere à definição do objeto, cada unidade tem arranjos diferentes, que atendem a formas de organização peculiares, não sendo possível a previsão exata do que será demandado.
- c. Pela natureza do objeto, onde não há possibilidade de prever com precisão os quantitativos de serviços e insumos a serem demandados pelo TRE-RO, propõe-se que este Termo de Referência adote o sistema de Registro de Preços.
- d. Vale ressaltar que a adoção do sistema de Registro de Preços para o objeto está de acordo com o Acórdão do TCU nº 3419/2013-Plenário, TC 015.212/2013-0, relator Ministro José Múcio Monteiro, 4.12.2013. Tal acórdão informa que é admissível a contratação, mediante Registro de Preços, de serviços de reforma de pouca relevância material e que consistam em atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado, e possuam natureza padronizável e pouco complexa. O relator do processo concluiu não haver óbice ao emprego do sistema de Registro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Preços uma vez que "os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenções isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa".

e. Conforme já explicitado, tratam-se de intervenções padronizáveis, com o objetivo de prover serviços de engenharia nos em Fóruns Eleitores da Interior do Estado e na Capital. Fica clara, para o caso em tela, que a motivação para a contratação é a conservação, reparação e adaptação das áreas descritas acima, para que as atividades regimentais do TRE-RO possam ser executadas de maneira eficiente. Tal objetivo está de acordo com o que a Lei 8666/1993 classifica como serviço em seu Art. 6º, inciso II.

V.JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

a. A solução apontada, contratação dos serviços com terceiros especializados, com fornecimento de material e mão-de-obra, vem sendo utilizada por este órgão, sendo a única tida como viável quando comparada com outras possíveis soluções. Permite a execução dos serviços de acordo com o surgimento das demandas e a disponibilidade orçamentária, utilizando-se da estrutura empresarial das empresas especializadas. Contrário senso, a Administração teria que realizar a aquisição de materiais e, em certame distinto, terceirizar a execução dos serviços por meio de postos de trabalho, medida não recomendada pelos órgãos de controle.

b. A decisão pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS** fundamenta-se nas seguintes justificativas:

i. **Aspectos técnicos:** Todos os serviços se referem a um plano uniforme, composto pelo conjunto de edificações da Justiça eleitoral no Estado de Rondônia. Esta unidade técnica entende que não é recomendável contratar serviços descentralizados de manutenção predial, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" onde um fornecedor sinaliza como sendo responsabilidade de outro e vice e versa. Além deste, há ainda a necessidade de compatibilização simultânea entre eles quanto aos prazos e intercorrências de partes de uma ação de manutenção sobre outra. Some-se a esse fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situação que poderia resultar em maiores custos para o erário e eventualmente até na interrupção de uma manutenção por fatores externos.

ii. **Gestão (coordenação centralizada):** O objeto que se pretende, genericamente pode ser descrito como "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução dos serviços em todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia". Por experiências já vivenciadas na realização de manutenções prediais, o papel do coordenador, profissional da empresa que vier a ser contratada, é de fundamental relevância na rotina das atividades e na correta conclusão das manutenções. Por outro lado, a existência de múltiplos coordenadores, de empresas distintas, em um mesmo processo sistêmico de manutenções contribui negativamente com o bom andamento das atividades, interesses distintos que poderiam também impactar nos prazos de execução dos serviços, além dos aspectos técnicos já citados.

iii. **Ecomicidade:** A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução por uma única empresa. Quando realizada por mais de uma empresa abrem-se possibilidade de conflitos, principalmente, no relacionamento técnico entre elas e a Administração e na execução dos serviços. esse fator expõe a risco a celeridade nas execuções, como já explicitado. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização dos serviços e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.

c. Em razão disso, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**.

2. A CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

a. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do **art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal**, este Termo de Referência leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, de acordo com as justificativas descritas neste Termo de Referência, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:

i. **Do Planejamento:** Este Termo de Referência está sendo elaborado com as justificativas técnicas que permitem à Administração conhecer as necessidades e identificar o objeto a ser licitado dimensionado nos limites de sua realidade orçamentária.

ii. **Da Objetividade:** Os serviços pretendidos visam dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de condições de atender adequadamente suas demandas na área de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e investigativa, ante a insuficiência no quadro do TRE-RO de profissionais para exercer a função de responsável técnico, bem como para a execução e o acompanhamento das diversas atividades que demandam especialidades diversas.

b. Esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020) e o PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS para o Exercício 2020, documentos publicados e disponíveis na página da intranet deste Tribunal e está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" - Ação: **Priorizar investimentos em obras/reformas.**

II. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

a. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

b. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido que tem como produto final a prestação de serviço de manutenção



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

predial preditiva, preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6º da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; [...]

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; [...]

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

c. Na execução desta futura contratação, a contratada **deverá utilizar**, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA, conforme disciplinado no Termo de Referência respectivo.

d. Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016 (0307011), estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.

e. Dessa forma, será exigido da futura CONTRATADA que os resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá observar a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente nos Municípios de Porto Velho como também nos demais municípios onde serão executados serviços, caso estes já tenham aprovado leis/atos normativos com essa finalidade.

f. Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da **Resolução TSE nº 23.474/2016**, também NO QUE APLICÁVEL, a **Resolução CNJ n. 201/2015** - Dispõe sobre a criação competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

3. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA - OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL N. 7.983/2013:

i.O valor global **estimado** do registro de preços é de R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), referente aos itens abaixo:

a. Valor estimado de reformas para manutenções prediais R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais):

1.Este valor foi extraído do Plano de Obras Biênio 2021/2022 - Resolução TRE-RO 13/2020 ([0532904](#));

2.Incluído na proposta de orçamento de 2021, conforme Decisão 149 ([0578152](#)) e PLOA 2021 Discricionárias - Orçamento Ordinário [0575146](#).

b. Valor estimado de manutenções preditivas, preventivas e corretivas é de R\$ 5.742.352,20 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos):

1.Este valor foi obtido através de estimativa de serviços a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia para um período de 12 (doze) meses, conforme demonstrado nos **ANEXO II** - Planilha Orçamentária ([0544850](#)) e Anexo III - Custos Sintéticos Semanal e Anual ([0544852](#)), totalizando R\$ 4.612.331,09 (quatro milhões, seiscentos e doze mil trezentos e trinta e um reais e nove centavos);

2.Os quantitativos das demandas previstas para o período decorrem da necessidade de manter-se regular a infraestrutura física do Tribunal, conforme Anexo I - Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)), com serviços corriqueiros e contínuos necessários para manter a capacidade funcional do respectivo prédio e que foram estabelecidas por exigência da Administração, além das demandas emergenciais informadas na justificativa da contratação do objeto

c. Na apuração do preço estimado de referência foi observado o **Decreto Federal n. 7.983/2013**, que estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

União e elegeu o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, como referencial de preços. Veja-se:

***Art. 3º** O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.*

d. Dessa forma, a composição dos custos unitários e globais dos serviços e insumos diversos foram obtidos nas TABELAS DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em MAIO/2020, sobre os quais foi aplicando o O BDI de 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), adotado na média definida pelo Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00.

2. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

i. Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade da reserva orçamentária, entendendo não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessário a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

ii. Para fins de Manutenção Predial, foi incluído no orçamento de 2020 ([0571890](#)), que será demandado conforme o caso:

Categoria	Orçamento Ordinário
Agregador	Manutenção Geral
Despesa agregada	Manutenção Predial
Plano interno	IEF MANPRE
Valor registrado	R\$ 818.989,94

iii. Para fins de reforma para manutenções prediais:

Categoria	Orçamento Ordinário
Agregador	Obras



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Despesa agregada	Reformas de Pequeno Vulto - Limite Setorial
Plano interno	RO ACARESP / RO ACAROURO / RO RCARCERE
Valor registrado	R\$ 1.230.000,00

iv. Deve ser registrado que a vedação do inciso III, §2º, art. 7º, da Lei n. 8.666/1993 tem aplicação apenas para o exercício corrente, regra que será observada quando da efetivação das contratações derivadas da ARP que será celebrada ao final do certame. Como o eventual contrato celebrado terá sua duração estimada para 12 (doze) meses, para os exercícios subsequentes (2021 e 2022) a despesa será suportada com os recursos específicos incluídos nas propostas orçamentárias da Justiça Eleitoral para esses exercícios.

v. Por fim, ressalta-se que a determinação legal para que os contratos tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários admite algumas exceções dispostas nos incisos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ao qual se incluem as **prestações de serviços a serem executados de forma contínua**.

3. DO CERTAME LICITATÓRIO

1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

a. No entendimento desta unidade deverá ser adotada para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pela oferta do maior desconto ofertado sobre as tabelas do SINAPI DESONERADA** referente à unidade da federação do Estado de Rondônia, **VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO**.

b. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviços que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do **pregão para contratação de serviços comuns de engenharia**: "*O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002*". A citada Súmula foi aprovada pelo **Acórdão nº 841/2010 - Plenário**, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. O mesmo entendimento foi adotado recentemente pelo TCU, conforme se extrai do **Acórdão n. 1381/2018-Plenário, julgado em 20/06/2018, verbis:**

SUMÁRIO: ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E EDITAIS (ALICE). PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA. ANULAÇÃO DO CERTAME. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA MEDIANTE PREGÃO.

1. A contratação de serviços comuns de engenharia pode ser realizada mediante pregão para registro de preços quando padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e a contratação tenha por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

2. A utilização do critério de julgamento menor preço auferido pela oferta de desconto sobre os preços da tabela Sinapi tem amparo no artigo 9º, § 1º, do Decreto 7.892/2013, desde que os pagamentos dos serviços, durante a validade da ata de registro de preços, ocorram com base nos valores da tabela Sinapi da data da licitação, tendo em vista o disposto na Lei 8.666/1993 sobre reajustes anuais.

3. O instrumento convocatório de pregões para registro de preços de serviços comuns de engenharia deve demonstrar que tais serviços serão empregados em atividades de manutenção predial, observados os conceitos do artigo 6º da Lei 8.666/1993 e das normas técnicas relacionadas à matéria, de forma que não haja margem de interpretação para a realização de obras mediante a contratação.

II.DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

A. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

i.A formação de registro de preços é o instrumento mais adequado para atender os interesses da Administração porque os serviços demandados devem ser contratados de forma parcelada pelas razões adiantes expostas:

ii.Pela natureza dos serviços não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pelas diversas unidades prediais. Assim, com o registro de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preços, os serviços serão contratados sob demanda, de acordo com as necessidades efetivas dos referidos serviços. Tal situação fática preenche a hipótese prevista no **Art. 3, inciso IV, do Decreto 7.892/2013**.

- iii. Além do mais, a previsão de serviços emergenciais fortalecem, em tese, o argumento de impossibilidade de definir previamente o quantitativo de serviços a serem realizados.
- iv. Pela continuidade constante de serviços de engenharia, há necessidade de **contratações frequentes (Art. 3, inciso I, do Decreto 7.892/2013)**. Assim, não seria razoável a Administração deixar de lançar mão do registro de preços e, do contrário, patrocinar inúmeros certames licitatórios para atingir o mesmo objetivo que pode ser atingido por uma único certame. Assim, materializa-se também o **Princípio da Economicidade**.
- v. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (**art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892/2013**). Isso implica dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja dotação orçamentária, resultando em **eficiência nas atividades administrativas**.

B. DA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP:

- i. O **Art. 4º do Decreto 7.892/2013** estabelece a possibilidade do procedimento de registro de IRP por meio do qual outros órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG podem atuar no certame como PARTICIPANTES, indicando suas demandas que serão consolidadas àquelas do ORGÃO GERENCIADOR. Ocorre que, no entedimento desta unidade demandante, o referido procedimento não pode ser aplicado ao presente certame porque o **referencial de precificação** está restrito às **tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia**. Além disso - e principalmente - a celeridade que deve ser imprimida ao certame recomenda a supressão dessa fase, com duração sempre prolongada em razão do tempo que deve ser reservado aos eventuais órgãos ininteressados para produzirem e aprovarem os atos necessários à participação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

i. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

ii. JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018

- **TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de utilização por outros órgãos por tratar-se de serviço comum de engenharia, especificamente para realização de manutenções prediais. Tais manutenções, sejam preditivas, preventivas, corretivas ou detectivas, são necessárias a todas as edificações da administração pública, sendo de grande valia para outro órgão ou entidade da administração pública. Por ser a contratação do tipo ARP, reduz os custos de outras entidades na realização do certame e é de fácil adequação às disponibilidades orçamentárias de cada entidade. Além disso, cada entidade pode facilmente adequar a demanda à realidade de suas edificações porque as demandas não estão previamente definidas e sim um rol de materiais e serviços dos quais a administração pode fazer uso para atender as variáveis de manutenções prediais existentes.

iii. De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

iv. De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v.No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU**, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 - e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

D. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

i.O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

ii.Por sua vez, tratando-se de empreitada por preço global, também **não** é aplicável a regra do art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou da estipulação de cota de até 25% para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

E. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

i.Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT - do profissional, expedida(s) pelo CREA ou CAU, **que comprovem que a licitante tenha executado serviços de engenharia com fornecimento de material em edificações, totalizando 6.000 m2 (equivalente a 40% da área total das edificações do TRE-RO de 15.225m2).**

ii.Somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, por no mínimo 06 (seis) meses.

iii.O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) conjuntamente com a(s) **ART**, devidamente baixada(s), referente(s) ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional. Justifica-se tal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, "Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)" (grifo nosso).

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente" (grifo nosso).

Art. 14 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função" (grifo nosso).

iv. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços de manutenção predial com fornecimento de material, expedido pelo CREA ou CAU, através da Certidão de Acervo Técnico - CAT;

v. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao **quadro permanente**:

1. O Empregado;
2. O Sócio;
3. O detentor de contrato de prestação de serviço.

vi. Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame**, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário);
- vii. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
- viii. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- ix. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CONTRATADA.
- x. Declaração, da própria licitante, nos termos do **ANEXO IV deste TR (0544853)**, de que efetuou vistoria nos locais dos serviços e que conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos locais e dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas em função da renúncia tácita de realizar a visita técnica.
- xi. **Declaração** que terá, até a data da assinatura dos contratos originadas nesta contratação, sede, filial ou, no mínimo, preposto constituído pela empresa no **Estado de Rondônia** e que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços (**conforme modelo contido Anexo V - 0594156**), sendo que, a critério da CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica.

F. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- i. A proposta deverá ser apresentada nos moldes do exemplo constante no **Anexo VII - Modelo de Proposta**, evento **0594159**;
- ii. Por tratar-se de MODELO, a Licitante poderá adequar o Modelo de Proposta (**Anexo VII**) para atender suas necessidades, desde que mantidos **TODOS OS ELEMENTOS** constantes no modelo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Na proposta apresentada a licitante deverá informar o valor global estimado que é **FIXO** para toda as propostas. De acordo com sua proposta informará o percentual do BDI, o desconto que está ofertando e o **SEU** valor global estimado após a aplicação do percentual do DBI e do desconto ofertado.
- ii. Juntamente com a proposta, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a. Detalhamento do BDI conforme **ANEXO VIII - Detalhamento do BDI** ([0544859](#)), obrigatoriamente ofertados dentro dos percentuais máximos definidos no **item 6, i, "d" deste TR.**
 - b. Declaração de Visita, se realizada, conforme **Anexo IV** ([0544853](#)) deste TR.
- iii. Não serão aceitas propostas com percentual de desconto de valor igual a zero ou negativo ou, ainda, percentuais de BDI superiores aos tetos estabelecidos neste TR.

B. DO INTERVALO MÍNIMO DOS LANCES ABERTOS

- i. Para a seleção da proposta mais vantajosa, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

C. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- i. O critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL ESTIMADO, APURADO PELO MAIOR DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE SOBRE O VALOR GLOBAL ESTIMADO OBTIDO PELAS TABELAS DESONERADA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) DA UNIDADE FEDERATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii.O BDI **máximo** considerado na aceitação das propostas de **24,50%** (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), foi obtido pela aplicação do **Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011**, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00. O licitante **deverá detalhar o BDI ofertado** com o preenchimento do **Anexo VIII** (Detalhamento do BDI) evento [0544859](#).

iii.**IMPORTANTE: Sob pena de desclassificação da proposta**, o licitante também deverá detalhar, conforme modelo **ANEXO VIII - Detalhamento do BDI** ([0544859](#)), o percentual de BDI para eventuais fornecimentos excepcionais apenas de materiais, obtido pela aplicação do mesmo acórdão do TCU. O BDI máximo admitido para o fornecimento de materiais será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento).

D. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

i.Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

ii.A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI;

iii.Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

iv.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.
- vi. Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.
- vii. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).
- viii. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- ix. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

2. DO CONTRATO

I. O regime de contratação será de empreitada por preço unitário, onde o pagamento será realizado por unidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

II. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

b. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

c. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-RO.

d. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

e. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

f. A CONTRATADA deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, podendo este não executar suas tarefas nas dependências da CONTRATANTE.

g. O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos neste item



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

h. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

i. A relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou aterá-la; a Lei n. 5.194/66 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

j. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

k. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

II.DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

a. O prazo de **vigência e execução** do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

b. Tratando-se de **serviços continuados**, os contratos decorrentes do certame licitatório poderão ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

c. Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático.

d. O prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas respectivas Ordens de Serviços, conforme modelo contido no **ANEXO VIII (0544857)**, tendo como referência os prazos da composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

III.DO EVENTUAL REAJUSTE DOS PREÇOS DO CONTRATO

a. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;

b. Em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;

c. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;

d. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;

e. Nos casos em que o reajuste forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

IV.DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

a. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

V.DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

- b. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

VI. DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

- a. Hora em diante, nos subitens deste item, os textos serão usados da seguinte forma:

1. Para se referir ao **Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018** será utilizado apenas Decreto;
2. Para se referir à **Portaria Interministerial 3 de 11 de setembro de 2018** será utilizado apenas PI3;
3. Para se referir à **Resolução 307 do CNJ de 17 de dezembro de 2019** será utilizado apenas Resolução.

- b. Das Exigências Legais

1. O art. 5º do Decreto prevê:

Art. 5º Na contratação de serviços, inclusive os de engenharia (sublinhamos), com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.O § 2º do art. 5. do Decreto prevê:

§ 2º Na hipótese de ser admitido o emprego de mão de obra de pessoa presa em regime fechado, o edital e a minuta do contrato deverão prever as seguintes cautelas a serem observadas pela contratada, em atendimento ao disposto nos art. 35 e art. 36 da Lei nº 7.210, de 1984 :

I - apresentação de prévia autorização do Juízo da Execução;

II - comprovação de aptidão, disciplina e responsabilidade da pessoa presa;

III - comprovação do cumprimento mínimo de um sexto da pena; e

IV - observância do limite máximo de dez por cento do número de presos na prestação do serviço.

3.O § 4º do art. 5. do Decreto prevê:

§ 4º A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável.

4.O art. 6º do Decreto prevê:

Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

I - três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;

...

5.O § 1º do art. 6º do Decreto prevê:

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a IV do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

6.O art 2º da PI3 prevê:

Art. 2º A previsão de emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional é requisito de habilitação jurídica, devendo constar do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

edital e da minuta de contrato, acompanhada de declarações do licitante de que contratará pessoas presas ou egressos nos termos do Decreto nº 9.450, de 2018, bem como do órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo.

7.O art 3º da PI3 prevê:

Art. 3º A efetiva contratação do percentual indicado no art. 6º, incisos I a IV, do Decreto nº 9.450, de 2018, será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato, ...

8.O art 8. da PI3 prevê:

Art. 8º Será responsabilizado, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o agente público que não observar o disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 9.450, de 2018

9.O Art. 11 da Resolução e o Inciso I prevêm:

Art. 11. Na contratação de serviços, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada, na seguinte proporção:

I - quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

c. Da Aplicação Prática do Decreto:

1.A presente contratação tem valor estimado de R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), o que supera em muito os R\$ 330.000,00 previsto no art. 5º do Decreto 9.450;

2.No entanto, há que se observar que a presente licitação prevê a realização de serviços por demanda, como bem se pode extrair do OBJETO da presente contratação, e de forma detalhada no item DAS DEMANDAS, abaixo;

3.Na prática, não obstante possa haver um contrato com valor superior ao previsto no art. 5º do Decreto, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA eventualmente poderá ser demandada para atividades de valores inferiores aos R\$ 330.000,00;

4. Há que se considerar ainda o percentual mínimo exigido pelo Decreto, de 3% de trabalhadores quando a atividade demandar até 200 funcionários;

5. Considere-se ainda que, quando o legislador prevê três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários, temos uma a cada 33 (trinta e três) vagas a serem destinadas ao cumprimento do Decreto;

6. A Resolução do CNJ aumenta este número de vagas para duas a cada 50 trabalhadores;

7. Ainda dentro do mesmo tema, ressalta-se a dificuldade em precisar quantos trabalhadores são necessários para o cumprimento da demanda/OS;

8. No mesmo tema, estima-se com base na experiência dos fiscais das contratações que as demandas desta Justiça Especializada em raros casos demanda mais do que 20 (vinte) trabalhadores;

9. Outro aspecto fundamental no contexto da aplicação do Decreto é que não há previsão no mesmo de contratos que eventualmente abranjam mais de um município da Unidade Federativa, o que cria uma dificuldade em sua aplicação visto que a contratação ou não de trabalhadores que atendam às premissas do Decreto em cada município depende da disponibilidade de profissionais;

10. Assim, ante o exposto e alinhado com o § 4º do art. 5.º do Decreto, a aplicação do mesmo ficará então subordinada ao previsto no subitem d. (abaixo) deste item 10.

d. A Gestão das Contratações derivadas desta ATA deverá:

1. Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, para determinado município, ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), exigir da CONTRATADA o cumprimento do Decreto;

2. Fiscalizar a CONTRATADA na forma prevista pelo DECRETO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.Fazer constar no conteúdo do Cronograma Físico de cada demanda/OS o quantitativo estimado de postos necessários para a execução da atividade em cada demanda/OS que servirá como base de cálculo para verificação do cumprimento da alínea e. (abaixo) deste subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**.

e. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos do Decreto bem como da Resolução:

1.Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); e

2.A proporção mínima de vagas a serem observadas é de 4% (quatro por cento) quando os serviços de todas as demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município, requererem até 50 profissionais;

3.Outras proporcionalidades em casos de demandas com mais profissionais devem observar os percentuais previstos na Resolução.

f. Compete à contratada comprovar, quando for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, que no município no qual executará os serviços que exijam a contratação de egressos do sistema prisional, não há sistema organizado pelo Poder Judiciário ou entidades constituídas para esse fim que possibilitem a contratação dessa mão de obra.

2. DA GARANTIA CONTRATUAL

i.Segundo

Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.
- iii. Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:
 - a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - b. Seguro-garantia;
 - c. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 - TCU - Plenário)**
- iv. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.

2. DAS DEMANDAS

A. DAS ORDENS DE SERVIÇOS

- i. As DEMANDAS para fins de reforma para manutenções prediais e/ou manutenções prediais serão autorizadas através de **ORDENS DE SERVIÇOS**, conforme ANEXO VI ([0544857](#)), que serão emitidas pelo CONTRATANTE, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade;
- ii. As ORDENS DE SERVIÇOS de MANUTENÇÃO PREDITIVA E/OU PREVENTIVA devem ser baseadas em Plano de Manutenção ANEXO I ([0544849](#)), ou outro revisado pela unidade técnica do TRE-RO, a fim de garantir sua execução na periodicidade adequada;
- iii. As ORDENS DE SERVIÇOS de MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA e/ou CORRETIVA devem ser separadas das ORDENS DE SERVIÇO de REFORMA PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS em razão de tratar-se de **Contas de Plano interno Contabil** e ações orçamentárias diferentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. As ORDENS DE SERVIÇO de REFORMA PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS deverão observar a definição de **reforma** contida na [OIT-IBR-002/2009-IBRAOP](#), ou posterior, *verbis*: Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.
- v. Deverão ser elaborados pelo CONTRATANTE, previamente à emissão de cada uma das ordens de serviço, conforme modelo constante no ANEXO VI ([0544857](#)), oriundas deste Termo de Referência, os seguintes documentos:
- a. Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos;
 - b. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na tabela do SINAPI, de acordo com a Tabela aplicável ao contrato;
 - c. Planilha com as composições analíticas de fontes não SINAPI, quando for o caso;
 - d. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro.
- vi. Os principais tipos de serviços que serão demandados constam no Anexo II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ([0544850](#)) podendo ser incluídos outros, se necessário, que sejam da mesma natureza do objeto deste Termo de Referência:
- a. A relação constante do **Anexo II** não tem a pretensão de ser exaustiva, podendo sofrer alterações no caso de adoção de novos materiais e instalação de novos sistemas congêneres.
- vii. **A definição do preço global e unitário dos serviços e/ou fornecimentos que integrarem as ordens de serviço**, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e/ou insumos diversos descritos nas TABELAS DO SINAPI **DESONERADA** REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, **vigente na data da Abertura do Pregão (apresentação das propostas)**. Adoção da tabela desonerada até 31 de dezembro de 2020, com fundamento no art. 7º, IV da Lei n. 12. 546/2011, para as atividades enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0.
- a. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI** indicada no **item acima oferecer custos unitários de insumos com a Origem de Preço** indicada com a sigla **AS** *(para preço atribuído com base no preço do insumo para a*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

localidade de São Paulo), a critério do orçamentista, alinhado com as orientações do próprio [Sistema SINAPI](#), verbis: "A utilização de referências com legenda (AS) é decisão do orçamentista, que deve verificar se o preço é adequado para a localidade a que se destina o orçamento, considerando inclusive a relevância do insumo no custo total do orçamento." (italizamos);

OU

b. Nos casos em que a Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer composições e/ou custos unitários de insumos ou serviços;

1. Deverá ser utilizada, preferencialmente, composição existente na Tabela do SINAPI, adaptado-se, conforme o caso, índices e valores de insumos e mão de obra;
2. Na impossibilidade de adaptação de composição existente, deverão então ser verificadas as Tabelas do SINAPI emitidas após a data de apresentação das propostas;
3. Na inexistência de composição para o serviço desejado, deverá ser utilizada composição de outros sistemas, a exemplo do SICRO;

c. Nos casos em que a Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer custos unitários de insumos ou serviços deverá ser utilizada outra fonte de precificação, nesta ordem de prioridade:

1. Outra tabela do SINAPI DESONERADA PARA O ESTADO DE RONDÔNIA;
2. Sistema de Banco de Preços;
3. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço, previamente realizada, desde que dentro do prazo de validade, devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações;
4. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Pesquisa de mercado fora do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações.

viii. Todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não a tabela do SINAPI indicada no item **11. A, vii, "c"** acima deverão ser reajustados com base no Índice Nacional da Construção Civil - INCC, até o mês da Abertura do Pregão (apresentação das propostas) ou ;

B.DO MEMORIAL DESCRITIVO / CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

i. MEMORIAL DESCRITIVO é o documento que estabelece as formas e condições de execução dos serviços e entrega ao CONTRATANTE de insumos e equipamentos contidos na Ordem de Serviços correspondente;

ii. Caberá ao CONTRATANTE estabelecer as condições de execução dos serviços e de entrega dos insumos;

iii. As condições deverão ser informadas à CONTRATADA com o máximo de antecedência em relação à emissão da Ordem de Serviços;

iv. É fortemente recomendada a participação da CONTRATADA na elaboração do memorial descritivo, a fim de minimizar o tempo de análise da OS e seus anexos;

v. SEMPRE, em caso de dúvidas de execução, conflito do memorial com normas e orientações de fabricantes ou outra situação detectada pela CONTRATADA, a mesma deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE para manifestação.

C.DO CRONOGRAMA FÍSICO

i. O cronograma físico deverá ser elaborado com base no tempo estimado para execução das atividades conforme o previsto nas composições da Tabela do SINAPI dos serviços demandados na OS;

ii. O período para execução dos serviços de manutenção predial será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii.O prazo estipulado para a execução das atividades, uma vez recebida a Ordem de Serviço e entregue a ART/RRT pela CONTRATADA, passará a ser considerado como prazo máximo de execução das demandas e/ou fornecimentos previstos na OS;
- iv.O cronograma de execução deve ser estabelecido no estilo D+N onde:
 - a.D é a data da entrega da ART/RRT mais um dia para o início das atividades;
 - b.N é o número de dias necessários para realizar a(s) atividade(s).
- v.Em caso de não cumprimento do prazo de execução dos serviços e/ou entrega de materiais/equipamentos, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades prevista neste Termo de Referência;
- vi.Em caso de necessidade de aditivo de prazo, a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, devidamente justificado, com antecedência, o prazo considerado necessário para a conclusão das atividades;
- vii.Caberá à gestão do Contrato, com apoio do Fiscal da Demanda, a manifestação quanto à solicitação da CONTRATADA;
- viii.É fortemente recomendada a participação da CONTRATADA na elaboração do cronograma físico, a fim de minimizar o tempo de análise da OS e seus anexos;
- ix.Com base nos dados das tabelas do SINAPI, constará no cronograma físico, como item OBRIGATÓRIO, o quantitativo total de postos de serviço necessários para execução da demanda/OS, a fim de dar base para cumprimento ao previsto no Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018 e na Resolução CNJ 307 de 17 de dezembro de 2019.

D.DO VALOR TOTAL DA DEMANDA / ORDEM DE SERVIÇOS

- i.**A definição dos preços unitários de serviços, materiais, equipamentos e ferramentas, que integrarem as demandas/Ordens de Serviços, e dos seus valores globais,** dar-se-ão por meio das composições dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos conforme item **11.A,vii** acima, somandos individualmente e globalmente, acrescidos dos valores referentes aos respectivos percentuais de BDI conforme o caso e, subtraindo-se do VALOR TOTAL da demanda o valor correspondente ao PERCENTUAL DE DESCONTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

OFERTADO PELA LICITANTE VENCEDORA no ato da apresentação da proposta.

a.As composições deverão ser organizadas de forma estarem agrupadas por serviço a serem executados;

b.O BDI **máximo** admitido para eventuais fornecimentos de materiais, equipamentos e ferramentas com valores expressivos em relação ao valor total da Ordem de Serviço e daqueles fornecidos sem insumos de mão de obra, será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento), na forma da **Súmula TCU n. 253/2010** e dos **Acórdãos TCU n. n. 1425/2007, 1347/2010 e n. 2369/2011, todos do Plenário.**

c.**VALORES EXPRESSIVOS:** Para fins deste termo de referência, considera-se valores expressivos ou relevantes os fornecimentos de materiais e equipamentos e ferramentas analisados na curva ABC, de no mínimo 15% (quinze por cento) do valor da ordem de serviço.

E.DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

i.Após ser informada sobre a disponibilidade da Ordem de Serviços a CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para revisar a a OS, seus anexos, e realizar recebimento/aceite:

a.Caso a CONTRATADA considere insuficiente o prazo de dois dias para análise da OS, esta deverá, imediatamente, solicitar dilação de prazo, devidamente justificada, indicando o prazo necessário à realização da análise;

b.Caberá ao Gestor do Contrato aceitar ou não a solicitação da CONTRATADA, justificando seu entendimento;

c.Em caso de não aceitação das justificativas da CONTRATADA pelo Gestor do Contrato, a Ordem de Serviços deverá ser recebida e aceita **IMEDIATAMENTE** pela CONTRATADA;

d.Caso a CONTRATADA não receba/aceite a Ordem de Serviço, preservados os direitos de ampla defesa e contraditório, estará sujeita às penalidades prevista neste Termo de Referência;

ii.O recebimento da Ordem de Serviços por parte da CONTRATADA, seja através de assinatura da referida Ordem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Serviços de forma eletrônica (recomendado), no Sistema SEI, seja em forma de aceite protocolar em documento físico, implica na aceitação de todas as partes integrantes da OS, incluindo:

- a. Cronograma físico e físico-financeiro;
 - b. Valor do Orçamento/OS, valores unitários e composições;
 - c. Condições de execução;
 - d. Prazo de execução.
- iii. Após o recebimento/aceite da Ordem de Serviços, conforme item ii. acima, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar, conforme o caso, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, devidamente registra(o) junto ao respectivo conselho:
- a. A não apresentação de ART ou RRT no prazo estipulado sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.
- iv. Os serviços de manutenção somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS), **conforme o modelo do ANEXO VI (0544857)** e, apresentação pela contratada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

F.DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- i. A coordenação da execução de cada Ordem de Serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa dos serviços prestados;
- ii. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por video conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;
- iii. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto das Ordens de Serviços;
- iv. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego;

G.DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E ADICIONAIS SOBRE MÃO DE OBRA

I.Das Horas Extraordinárias:

a.Somente será permitido pagamento de horas extraordinárias, além das previstas nas composições das Tabelas do SINAPI ou das demandas pela Ordem de Serviços quando:

1. O prazo de execução obtido para atendimento do item **DO CRONOGRAMA FÍSICO** acima for incompatível com algum outro cronograma do CONTRATANTE, demandando aceleração na execução. *A título de exemplo, citamos atividades com prazo definido pelo calendário eleitoral e não puder ser prorrogado;*

2. O prazo de execução for impactado por decisão do CONTRATANTE e não puder ser prorrogado, ainda que após emissão de Ordem de Serviços, mediante manifestação do Gestor do Contrato; ou

3. O prazo de execução for impactado por motivos externos às partes e não puder ser prorrogado;

b.Todo e qualquer pagamento de horas extraordinárias deverá ser devidamente justificado pelo Gestor do Contrato com auxílio da unidade técnica.

II.Dos Adicionais:

a.Deverão ser incluídos nas Ordens de Serviços valores adicionais sobre a Mão de Obra sempre que a OS emitida pelo CONTRATANTE der causa às seguintes situações:

1. Adicional de Insalubridade: quando a atividade profissional exponha o trabalhador a agentes nocivos a sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do efeito, de acordo com os art. 189, art. 190, art. 191 e art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Adicional de periculosidade: quando o trabalhador, no exercício de suas atividades, estejam em exposição permanente com inflamáveis, eletricidade ou explosivos **em condições de risco acentuado**, de acordo com o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a Lei 12.740 de 8 de dezembro de 2012.

3. Adicional noturno: quando as execuções dos serviços forem desenvolvida horário compreendido entre as 22:00 e as 05:00 da manhã do outro dia de acordo com *Art. 7º, IX, da Constituição Federal* e o *Art. 73, da CLT* (Consolidação das Leis do Trabalho).

b. Todo e qualquer pagamento de adicionais deverá ser devidamente justificado pelo Gestor do Contrato com auxílio da unidade técnica.

B.DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DEFINITIVO E GARANTIA DAS ORDENS DE SERVIÇOS

i. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por um ou mais profissional(is) designado(s) pelo CONTRATANTE para a fiscalização;

ii. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor da demanda.

iii. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

a. **PROVISORIAMENTE:** em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO IX (0594161)**, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pelo fiscal da demanda;

b. **DEFINITIVAMENTE:** em até 20 (vinte) dias contados do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO X (0594163)** através de termo emitido pelos fiscal da demanda e gestor do contrato;

c. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

- iv.O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço;
- v.Independentemente da vigência da Ordem de Serviço, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 5 (cinco) anos, contados do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, conforme disposto no Art. 618 do Código Civil (Lei n. 10.406/2002);
- vi.Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o contratante.

B.DOS PAGAMENTOS

- i.Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
- ii.No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;
- iii.A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
- iv.Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
- v.A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;
- vi.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
- vii.O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

- viii.A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;
- ix.Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos, para as Ordens de Serviço com prazo de execução superior a 60 (sessenta) dias. Nas demais Ordens de Serviço será realizado apenas um pagamento ao final da execução total dos serviços;
- x.Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas. Apenas a título de exemplo cita: se o serviço refere-se a manutenção na rede elétrica com substituição de 20 metros de cabos e somente foram substituídos 10 metros, mesmo que ultrapassado o período de 30 (trinta) dias, o serviço não será considerado concluído;
- xi.O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;
- xii.Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
- xiii.Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais;**
- xiv.Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$M = I \times N \\ \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>

xv.A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

xvi.Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

xvii.Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário.

2. DA SUBCONTRATAÇÃO

i.Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto dos contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:

ii.A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

a.Razão Social;

b.CNPJ;

c.Nome e CPF do(s) sócio(s);

d.Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

e.Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;

f.Justificativa para subcontratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação;
- iv. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais;
- v. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE;
- vi. As subcontratadas também devem cumprir as obrigações previstas no subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL** do item **DO CONTRATO**.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- i. Indicar, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS;
- ii. Apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, conforme o caso, para cada Ordem de Serviços recebida;
- iii. Juntamente com a ART/RRT, apresentar cronograma atualizado considerando a data de entrega;
- iv. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- v. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
- vi. Coordenar a execução dos serviços e a entrega de materiais e equipamentos;
- vii. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;
- viii. Designar **Preposto**, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
 - a. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
 - b. A Carta de Preposição deverá conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) e telefax para contato com a CONTRATADA e com o PREPOSTO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c.O preposto deverá atender às ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado.
- ix.Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE;
- x.Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;
- xi.Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;
- xii.Cumprir e fazer cumprir o(s) cronograma(s) das ordens de serviços aceitas;
- xiii.Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;
- xiv.Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- xv.Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
- xvi.Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;
- xvii.Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- xviii.Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xix. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços de manutenção predial nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- xx. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.
- xxi. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;
- xxii. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- xxiii. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;
- xxiv. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
- xxv. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- xxvi. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - a. Descrição dos serviços realizados;
 - b. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- xxvii. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;
- xxviii. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;

- xxix. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
- xxx. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual - EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;
- xxxi. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual - EPI;
- xxxii. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;
- xxxiii. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;
- xxxiv. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;
- xxxv. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
- xxxvi. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;
- xxxvii. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

- xxxviii. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis**. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de pára-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxxix.Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;
- xl.Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas para manutenções prediais;
- xli.Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ordem de Serviço e/ou seus anexos;
- xlii.Empregar de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- xlili.Na hipótese de demissão de funcionários relacionados à Pnat, a contratada deverá:
 - 1. Entrega mensalmente relação nominal dos empregados
 - 2. Em até 5 dias: comunicar o fato ao fiscal do contrato ou responsável indicado; e
 - 3. Em até 60 dias: providenciar o preenchimento da vaga em aberto em decorrência de demissão ou de outro fato que impeça o comparecimento da mão de obra.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- i.Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- ii.Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- iii.Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- iv.Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa elaborar os documentos necessários e executar os serviços dentro das especificações;
- v.Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;
- vi.Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
- vii.Quando for o caso, informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legislação penal; e aplicar sanções à contratada, na hipótese de verificar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450/2018 e/ou Resolução CNJ 307/2019.

4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- i.A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008;
- ii.A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço;
- iii.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993;
- iv.O fiscal da Ordem de Serviço anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- v.Poderá ainda ser designado para cada Ordem de Serviço, conforme o caso, servidor responsável pelo local onde o serviço será prestado, para atuar como FISCAL LOCAL, acompanhando os trabalhos e reportando ao FISCAL as ocorrências pertinentes e dúvidas oriundas da CONTRATADA.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- i.Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:
 - a. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
 - b. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
 - d. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
 - e. Não manter a proposta, injustificadamente;
 - f. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
 - g. Comportar-se de modo inidôneo;
 - h. Cometer fraude fiscal;
 - i. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.
- ii. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
- a. Atraso injustificado na **entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**:
 - 1. Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços, contados da data do recebimento da OS, até o limite de 5 (cinco) dias;
 - 2. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
 - b. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços**:
 - 1. **prazo de até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo serviço/demanda, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
 - 2. **prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.
 - c. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
 - 1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

3. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

d. Não observância do subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL** do item **DO CONTRATO** deste Termo de Referência:

1. Na primeira ocorrência, advertência;

2. Na segunda ocorrência, multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;

3. Na terceira ocorrência, multa de 5% (cinco por cento) apurados sobre o valor total do contrato;

4. Sem prejuízo de aplicação das multas, a quarta ocorrência poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

iii. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

b. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

c. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

iv. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.

- v. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
- vi. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).
- vii. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- viii. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- ix. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- x. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in->



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[no-004-2008](#). A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

2. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

i.As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

3. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

i.As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, foram fornecidas pelo servidores Antônio Roberto dos Santos Ferreira e André Pimentel;

ii.As especificações administrativas foram fornecidas pelo servidor Frank Cesar Busatto;

iii.A elaboração do TR foi realizada pelos servidores Leisson de Sousa Castro e Frank Cesar Busatto;

iv.A revisão final do TR foi realizada pelo servidor Leisson de Sousa Castro.

4. ANEXOS:

i.PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL ([0544849](#));

ii.PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ([0544850](#));

iii.CUSTOS SINTÉTICOS SEMANAL E ANUAL ([0544852](#));

iv.DECLARAÇÃO DE VISITA ([0544853](#));

v.DECLARAÇÕES ([0594156](#));

vi.MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO ([0544857](#));

vii.MODELO DE PROPOSTA ([0594159](#));

viii.DETALHAMENTO DO BDI ([0544859](#));

ix.MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ([0594161](#));

x.MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO ([0594163](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 26/10/2020, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0612063** e o código CRC **8D6D1003**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019; Decreto n. 7.892/2013 (Sistema de RP e suas atualizações) e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, a Seção de Manutenção Predial elabora o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja formado um Registro de Preços para a eventual contratação de fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia no âmbito dos Prédios da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.

2. DO OBJETO E SEUS DETALHAMENTOS

1. DO OBJETO

a. Formação de registro de preços, para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações deste TR e seus anexos, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. Os principais edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia encontram-se descritos na tabela abaixo:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Av. Rogério Weber, 1024, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-832
03	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO, Av. Jaci-Paraná s/n, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS/PATRIMÔNIO Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
05	EDIFÍCIO ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE Av. Rogério Weber S/N, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO
06	FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM Rua Cândido Rondon, 784, Bairro Tamandaré - Guajará-Mirim/RO, CEP 76.850-000
07	FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional - Ariquemes/RO, CEP 76.872-856
08	FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS Av. Porto Velho S/N, Bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 - Buritis/RO, CEP 76.880-000
09	FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE Av. Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro - Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
10	FÓRUM ELEITORAL DE JARU Rua Princesa Isabel, 028, Bairro Setor 02 - Jaru/RO, CEP 76.890-000
11	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União - Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000
12	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro - Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
13	POSTO ELEITORAL DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, 1763, Bairro Ernandes Gonçalves - Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro - Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
15	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro - Cacoal/RO, CEP 76.963-804
16	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros - Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000
17	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA Rua 545, Bairro Jardim América - Vilhena/RO, CEP 76.980-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Av. das Nações, 1847, Bairro Centro - Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000
19	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, 4637, Bairro Centro - Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
20	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro - Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro - Santa Luzia/RO, CEP 76.950-000
22	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA AV. Brasil, 3068, Bairro Princesa Izabel - Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
23	POSTO ELEITORAL DE NOVA BRASILÂNDIA AV. 13 de Maio, esquina com a Av. Tancredo de Almeida Neves, 1858, Bairro Setor 13 - Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ AV. Cacoal, 965 Esq/Rua, Rui Rodrigues de Almeida, Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro - Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
26	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, 1159, Bairro Centro - Costa Marques/RO, CEP 76.937-000

b.

II.DETALHAMENTO DO OBJETO

A. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

i.**Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);

ii.**Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019** (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iii. **Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013** (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.)
- iv. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
- v. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
- vi. **Decreto n. 2.271/97** (Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.);
- vii. **Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018** (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- viii. **Resolução 6, de 7 de abril de 2015**: Cria o novo Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- ix. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;
- x. **Resolução CNJ nº 201/2015**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
- xi. **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE).
- xii. Este termo de referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se **SUBSIDIARIAMENTE**, também NO QUE APLICÁVEL, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

B. DAS NORMAS TÉCNICAS

Os materiais empregados e os serviços executados, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas;

I. Deverá observar, não exaustivamente mas, em especial:

- a. Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Termo de Referência e seus Anexos;
- b. ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);
- c. Recomendações do "Manual de Obras Públicas - Edificações - Construções" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- d. Recomendações do manual "Obras Públicas - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" do Tribunal de Contas da União;
- e. Orientações Técnicas sobre "Obra e Serviço de Engenharia" do IBRAOP;
- f. Recomendações e instruções dos fabricantes;
- g. Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
- h. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;
- i. Regulamento do [Corpo de Bombeiros](#) do Estado de Rondônia;
- j. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

II.A CONTRATADA deverá, regularmente, verificar, e adotar, se for o caso, as atualizações da legislação vigente, dos normativos da ABNT, orientações de organismos técnicos e eventuais novas regulamentações.

II.DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br, devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 18h00 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas.
- b. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- c. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- d. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante.
- e. Como comprovação da visita aos locais onde serão executados os serviços, a licitante deverá apresentar a declaração de visita emitida pela Administração conforme modelo contido no Anexo IV deste TR ([0544853](#)).

2. OBJETIVO DA CONSTRATAÇÃO

- i. Atender a solicitações de mudanças espaciais necessárias ao desenvolvimento das atividades da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia, com a dinâmica peculiar do TRE-RO, mediante fornecimento de insumos e serviços comuns de engenharia.

2. JUSTIFICATIVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I.DA JUSTIFICATIVA

a. Justifica-se o presente:

1.Em virtude da necessidade de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de materiais e ferramentários, para atendimento do TRE-RO em seus imóveis em todo o estado de Rondônia, sob demanda, haja vista a real e demasiada necessidade de intervenções de Serviços de Engenharia nos imóveis do Tribunal, conforme demonstrado na Planilha Orçamentária ([0544850](#)), originada no Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)) e as Reformas para manutenções prediais apontadas no Plano de Obra 2021/2022 ([0532904](#)).

2.Da grande quantidade de pedidos de adequações nos espaços físicos dos prédios que atendem a Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia encaminhados à Seção de Manutenção Predial, torna-se necessária a apresentação deste Termo de Referência para atendimento das demandas citadas;

3.Das demandas oriundas das unidades do interior do Estado, constantes do PSEI [0000409-16.2020.6.22.8000](#);

4.Da execução do Plano de Manutenção Predial Preventiva ([0544849](#)) em todas as edificações da Justiça Eleitoral, ou de seu uso, no Estado de Rondônia.

b. A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição serviçal pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, o entendimento é claro, in verbis: A definição da estratégia a ser aplicada a presente contratação, depende do marco inicial de verificação da definição serviçal pretendida. Ora, pelo comando explícito contido na Orientação Técnica 02/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, o entendimento é claro, in verbis:

"4. DEFINIÇÕES DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66 tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento."

c. Municípios do entendimento supra, complementa-se a justificativa, ainda, com a necessidade de constantes realizações de intervenções as quais estão subconceituadas pelo diploma suso mencionado: adaptar, conservar, consertar, demolir, instalar, manter, montar, operar, reparar e transportar. Vejamos:

- i. Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar de alterar visando adaptar obras, este será designado reforma.
- ii. Consertar: Promover um bom estado de uso ou funcionamento do objeto danificado: corrigir defeito ou falha.
- iii. Conservar: Conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previstas no projeto.
- iv. Demolir: Ato de pôr abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou sua parte.
- v. Instalar: Atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.
- vi. Manter: Preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.
- vii. Montar: Arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.
- viii. Operar: Fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.
- ix. Reparar: Fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se como serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

x. Transportar: Conduzir de um ponto a outras cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia.

b. Destaca-se que os serviços de manutenção preditiva total, os quais também se enquadram na espécie de serviços de engenharia, serão objeto da contratação pretendida. No entanto, não serão contemplados na contratação os seguintes serviços de engenharia: elaboração de projetos, consultoria técnica envolvendo elaboração de laudos, pareceres e avaliações, bem como assistência técnica à fiscalização de obra.

II. DA COMPETÊNCIA

a. De acordo com a Resolução TRE-RO n. 006/2015 - Regulamento da Secretária deste Tribunal, são atribuições da SEMAP. Veja-se:

Da Seção de Manutenção Predial
Art. 75. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:

.....

III - inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

.....

VIII - elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;

.....

XXII - exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico.

III. PESSOAL PARA EXECUÇÃO

a. Em seu quadro efetivo, a SEMAP não dispõe de servidores para executar diretamente esse trabalho. Os analistas e técnicos judiciários da Secretaria não possuem especialização ou atribuição funcional para executar diretamente serviços braçais de engenharia.

b. Os Contratos vigentes no âmbito do TRE-RO que têm como objeto a manutenção preventiva e corretiva dos diversos prédios do Tribunal estão com seu limite financeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

praticamente esgotado, o que representa riscos às atividades da Justiça Eleitoral por eventual indisponibilidade de contratação para realizar uma manutenção.

c. Por essas razões, opta-se pela execução indireta, considerando a necessidade de contratação de empresa de engenharia, coordenada por Engenheiro ou Arquiteto, para atender à demanda de serviços comuns de engenharia nas intervenções a serem realizadas nas edificações do TRE-RO.

IV.SISTEMA RE REGISTRO DE PREÇOS E SERVIÇOS COMUNS

a. Os serviços de engenharia previstos para serem realizados nos prédios do TRE-RO são atividades padronizáveis, perfeitamente mensuráveis, especificáveis, objetivamente definidos e de amplo domínio do mercado de engenharia de todo o país. Portanto, são classificáveis como serviços comuns.

b. No que se refere à definição do objeto, cada unidade tem arranjos diferentes, que atendem a formas de organização peculiares, não sendo possível a previsão exata do que será demandado.

c. Pela natureza do objeto, onde não há possibilidade de prever com precisão os quantitativos de serviços e insumos a serem demandados pelo TRE-RO, propõe-se que este Termo de Referência adote o sistema de Registro de Preços.

d. Vale ressaltar que a adoção do sistema de Registro de Preços para o objeto está de acordo com o Acórdão do TCU nº 3419/2013-Plenário, TC 015.212/2013-0, relator Ministro José Múcio Monteiro, 4.12.2013. Tal acórdão informa que é admissível a contratação, mediante Registro de Preços, de serviços de reforma de pouca relevância material e que consistam em atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado, e possuam natureza padronizável e pouco complexa. O relator do processo concluiu não haver óbice ao emprego do sistema de Registro de Preços uma vez que "os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenções isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa".

e. Conforme já explicitado, tratam-se de intervenções padronizáveis, com o objetivo de prover serviços de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

engenharia nos em Fóruns Eleitores da Interior do Estado e na Capital. Fica clara, para o caso em tela, que a motivação para a contratação é a conservação, reparação e adaptação das áreas descritas acima, para que as atividades regimentais do TRE-RO possam ser executadas de maneira eficiente. Tal objetivo está de acordo com o que a Lei 8666/1993 classifica como serviço em seu Art. 6º, inciso II.

V.JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

a. A solução apontada, contratação dos serviços com terceiros especializados, com fornecimento de material e mão-de-obra, vem sendo utilizada por este órgão, sendo a única tida como viável quando comparada com outras possíveis soluções. Permite a execução dos serviços de acordo com o surgimento das demandas e a disponibilidade orçamentária, utilizando-se da estrutura empresarial das empresas especializadas. Contrário senso, a Administração teria que realizar a aquisição de materiais e, em certame distinto, terceirizar a execução dos serviços por meio de postos de trabalho, medida não recomendada pelos órgãos de controle.

b. A decisão pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS** fundamenta-se nas seguintes justificativas:

i. **Aspectos técnicos:** Todos os serviços se referem a um plano uniforme, composto pelo conjunto de edificações da Justiça eleitoral no Estado de Rondônia. Esta unidade técnica entende que não é recomendável contratar serviços descentralizados de manutenção predial, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" onde um fornecedor sinaliza como sendo responsabilidade de outro e vice e versa. Além deste, há ainda a necessidade de compatibilização simultânea entre eles quanto aos prazos e intercorrências de partes de uma ação de manutenção sobre outra. Some-se a esse fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, situação que poderia resultar em maiores custos para o erário e eventualmente até na interrupção de uma manutenção por fatores externos.

ii. **Gestão (coordenação centralizada):** O objeto que se pretende, genericamente pode ser descrito como "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução dos serviços em todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por experiências já vivenciadas na realização de manutenções prediais, o papel do coordenador, profissional da empresa que vier a ser contratada, é de fundamental relevância na rotina das atividades e na correta conclusão das manutenções. Por outro lado, a existência de múltiplos coordenadores, de empresas distintas, em um mesmo processo sistêmico de manutenções contribui negativamente com o bom andamento das atividades, interesses distintos que poderiam também impactar nos prazos de execução dos serviços, além dos aspectos técnicos já citados.

iii. **Ecomicidade:** A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução por uma única empresa. Quando realizada por mais de uma empresa abrem-se possibilidade de conflitos, principalmente, no relacionamento técnico entre elas e a Administração e na execução dos serviços. esse fator expõe a risco a celeridade nas execuções, como já explicitado. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização dos serviços e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.

c. Em razão disso, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**.

2. A CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

I. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

a. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do **art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal**, este Termo de Referência leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, de acordo com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativas descritas neste Termo de Referência, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:

i.**Do Planejamento:** Este Termo de Referência está sendo elaborado com as justificativas técnicas que permitem à Administração conhecer as necessidades e identificar o objeto a ser licitado dimensionado nos limites de sua realidade orçamentária.

ii.**Da Objetividade:** Os serviços pretendidos visam dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de condições de atender adequadamente suas demandas na área de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e investigativa, ante a insuficiência no quadro do TRE-RO de profissionais para exercer a função de responsável técnico, bem como para a execução e o acompanhamento das diversas atividades que demandam especialidades diversas.

b. Esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020) e o PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS para o Exercício 2020, documentos publicados e disponíveis na página da intranet deste Tribunal e está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" - **Ação: Priorizar investimentos em obras/reformas.**

II.DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

a. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

b. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido que tem como produto final a prestação de serviço de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6º da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

*I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
[...]*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; [...]

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

c. Na execução desta futura contratação, a contratada **deverá utilizar**, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA, conforme disciplinado no Termo de Referência respectivo.

d. Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016 (0307011), estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.

e. Dessa forma, será exigido da futura CONTRATADA que os resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá observar a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente nos Municípios de Porto Velho como também nos demais municípios onde serão executados serviços, caso estes já tenham aprovado leis/atos normativos com essa finalidade.

f. Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.474/2016**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Resolução CNJ n. 201/2015** - Dispõe sobre a criação competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

3. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA - OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL N. 7.983/2013:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. O valor global **estimado** do registro de preços é de R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), referente aos itens abaixo:

a. Valor estimado de reformas para manutenções prediais R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais):

1. Este valor foi extraído do Plano de Obras Biênio 2021/2022 - Resolução TRE-RO 13/2020 ([0532904](#));

2. Incluído na proposta de orçamento de 2021, conforme Decisão 149 ([0578152](#)) e PLOA 2021 Discricionárias - Orçamento Ordinário [0575146](#).

b. Valor estimado de manutenções preditivas, preventivas e corretivas é de R\$ 5.742.352,20 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos):

1. Este valor foi obtido através de estimativa de serviços a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia para um período de 12 (doze) meses, conforme demonstrado nos **ANEXO II** - Planilha Orçamentária ([0544850](#)) e Anexo III - Custos Sintéticos Semanal e Anual ([0544852](#)), totalizando R\$ 4.612.331,09 (quatro milhões, seiscentos e doze mil trezentos e trinta e um reais e nove centavos);

2. Os quantitativos das demandas previstas para o período decorrem da necessidade de manter-se regular a infraestrutura física do Tribunal, conforme Anexo I - Plano de Manutenção Predial ([0544849](#)), com serviços corriqueiros e contínuos necessários para manter a capacidade funcional do respectivo prédio e que foram estabelecidas por exigência da Administração, além das demandas emergenciais informadas na justificativa da contratação do objeto

c. Na apuração do preço estimado de referência foi observado o **Decreto Federal n. 7.983/2013**, que estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da União e elegeu o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, como referencial de preços. Veja-se:

***Art. 3º** O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação,*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

d. Dessa forma, a composição dos custos unitários e globais dos serviços e insumos diversos foram obtidos nas TABELAS DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em MAIO/2020, sobre os quais foi aplicando o O BDI de 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), adotado na média definida pelo Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00.

2. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

i. Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade da reserva orçamentária, entendendo não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessário a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

ii. Para fins de Manutenção Predial, foi incluído no orçamento de 2020 ([0571890](#)), que será demandado conforme o caso:

Categoria	Orçamento Ordinário
Agregador	Manutenção Geral
Despesa agregada	Manutenção Predial
Plano interno	IEF MANPRE
Valor registrado	R\$ 818.989,94

iii. Para fins de reforma para manutenções prediais:

Categoria	Orçamento Ordinário
Agregador	Obras
Despesa agregada	Reformas de Pequeno Vulto - Limite Setorial
Plano interno	RO ACARESP / RO ACAROURO / RO RCARCERE
Valor registrado	R\$ 1.230.000,00

iv. Deve ser registrado que a vedação do inciso III, §2º, art. 7º, da Lei n. 8.666/1993 tem aplicação apenas para o exercício corrente, regra que será observada quando da efetivação das contratações derivadas da ARP que será celebrada ao final do certame. Como o eventual contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celebrado terá sua duração estimada para 12 (doze) meses, para os exercícios subsequentes (2021 e 2022) a despesa será suportada com os recursos específicos incluídos nas propostas orçamentárias da Justiça Eleitoral para esses exercícios.

v. Por fim, ressalta-se que a determinação legal para que os contratos tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários admite algumas exceções dispostas nos incisos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ao qual se incluem as **prestações de serviços a serem executados de forma contínua**.

3. DO CERTAME LICITATÓRIO

ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

a. No entendimento desta unidade deverá ser adotada para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pela oferta do maior desconto ofertado sobre as tabelas do SINAPI DESONERADA** referente à unidade da federação do Estado de Rondônia, **VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO**.

b. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviços que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do **pregão para contratação de serviços comuns de engenharia**: "*O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002*". A citada Súmula foi aprovada pelo **Acórdão nº 841/2010 - Plenário**, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.

c. O mesmo entendimento foi adotado recentemente pelo TCU, conforme se extrai do **Acórdão n. 1381/2018-Plenário, julgado em 20/06/2018, verbis**:

SUMÁRIO: ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E EDITAIS (ALICE). PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM POSSIBILIDADE DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA. ANULAÇÃO DO CERTAME. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA MEDIANTE PREGÃO.

1. A contratação de serviços comuns de engenharia pode ser realizada mediante pregão para registro de preços quando padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e a contratação tenha por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

2. A utilização do critério de julgamento menor preço auferido pela oferta de desconto sobre os preços da tabela Sinapi tem amparo no artigo 9º, § 1º, do Decreto 7.892/2013, desde que os pagamentos dos serviços, durante a validade da ata de registro de preços, ocorram com base nos valores da tabela Sinapi da data da licitação, tendo em vista o disposto na Lei 8.666/1993 sobre reajustes anuais.

3. O instrumento convocatório de pregões para registro de preços de serviços comuns de engenharia deve demonstrar que tais serviços serão empregados em atividades de manutenção predial, observados os conceitos do artigo 6º da Lei 8.666/1993 e das normas técnicas relacionadas à matéria, de forma que não haja margem de interpretação para a realização de obras mediante a contratação.

II.DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

A. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

- i.A formação de registro de preços é o instrumento mais adequado para atender os interesses da Administração porque os serviços demandados devem ser contratados de forma parcelada pelas razões adiantes expostas:
- ii.Pela natureza dos serviços não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pelas diversas unidades prediais. Assim, com o registro de preços, os serviços serão contratados sob demanda, de acordo com as necessidades efetivas dos referidos serviços. Tal situação fática preenche a hipótese prevista no **Art. 3, inciso IV, do Decreto 7.892/2013.**
- iii.Além do mais, a previsão de serviços emergenciais fortalecem, em tese, o argumento de impossibilidade de definir previamente o quantitativo de serviços a serem realizados.
- iv.Pela continuidade constante de serviços de engenharia, há necessidade de **contratações frequentes (Art. 3,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso I, do Decreto 7.892/2013). Assim, não seria razoável a Administração deixar de lançar mão do registro de preços e, do contrário, patrocinar inúmeros certames licitatórios para atingir o mesmo objetivo que pode ser atingido por um único certame. Assim, materializa-se também o **Princípio da Economicidade**.

v. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (**art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892/2013**). Isso implica dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja dotação orçamentária, resultando em **eficiência nas atividades administrativas**.

B. DA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP:

i. O **Art. 4º do Decreto 7.892/2013** estabelece a possibilidade do procedimento de registro de IRP por meio do qual outros órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG podem atuar no certame como PARTICIPANTES, indicando suas demandas que serão consolidadas àquelas do ORGÃO GERENCIADOR. Ocorre que, no entendimento desta unidade demandante, o referido procedimento não pode ser aplicado ao presente certame porque o **referencial de precificação** está restrito às **tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia**. Além disso - e principalmente - a celeridade que deve ser imprimida ao certame recomenda a supressão dessa fase, com duração sempre prolongada em razão do tempo que deve ser reservado aos eventuais órgãos interessados para produzirem e aprovarem os atos necessários à participação.

C. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

i. Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii. JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018

- TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de utilização por outros órgãos por tratar-se de serviço comum de engenharia, especificamente para realização de manutenções prediais. Tais manutenções, sejam preditivas, preventivas, corretivas ou detectivas, são necessárias a todas as edificações da administração pública, sendo de grande valia para outro órgão ou entidade da administração pública. Por ser a contratação do tipo ARP, reduz os custos de outras entidades na realização do certame e é de fácil adequação às disponibilidades orçamentárias de cada entidade. Além disso, cada entidade pode facilmente adequar a demanda à realidade de suas edificações porque as demandas não estão previamente definidas e sim um rol de materiais e serviços dos quais a administração pode fazer uso para atender as variáveis de manutenções prediais existentes.

iii. De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

iv. De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

v. No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU**, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 - e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

D. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i.O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

ii.Por sua vez, tratando-se de empreitada por preço global, também **não** é aplicável a regra do art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou da estipulação de cota de até 25% para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

E. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

i.TÉCNICO-OPERACIONAL

1. Certidão válida de registro/quitação da pessoa jurídica junto ao Conselho de Classe;

2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado **que comprovem que a licitante tenha executado serviços de engenharia com fornecimento de material em edificações, totalizando 6.000 m² (equivalente a 40% da área total das edificações do TRE-RO de 15.225m²).**

a. Somente será permitida a soma de atestados quando tratarem de execução de serviços de manutenção predial por no mínimo 06 (seis) meses, concomitantemente.

3. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) conjuntamente com a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - **ART**, devidamente baixada(s), ou Certidão(ões) de Acervo Técnico - **CAT**, referente(s) ao(s) serviço(s) constante(s) do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnico.

a. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977: *"Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)" (grifo nosso).*

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009: *"Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente" (grifo nosso).*

Art. 14 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009: *"O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função" (grifo nosso).*

4. Apresentação das seguintes Declarações:

- a. Declaração de Indicação em nome da CONTRATADA, indicando o profissional responsável;
- b. Declaração de Aceitação em nome de cada um dos profissionais indicados no subitem acima, aceitando a responsabilidade técnica sobre a elaboração ou análise dos projetos, conforme o caso;
- c. As declarações acima podem conter a indicação e o aceite conjuntamente, a critério da CONTRATADA.

ii. TÉCNICO-PROFISSIONAL

1. Comprovação de que o profissional indicado é detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT, por execução de serviços de manutenção predial em edificações **totalizando 6.000 m2 (equivalente a 40% da área total das edificações do TRE-RO de 15.225m2)**, expedido pelo respectivo Conselho de Classe:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Em atendimento ao Acórdão nº 3.070/2013 ? Plenário, que jurisdiciona que: *"...em futuras licitações, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame."*, justificamos o exigido no item acima:

- a. Diferentemente de uma construção nova, ou mesmo uma reforma, baseada em projetos a serem acompanhados pelo profissional, a manutenção predial tem características particulares que exigem constantes tomadas de decisão baseadas nas adversidades encontradas ao se executar uma demolição, adição ou subtração de sistemas elétricos e hidrossanitários, o que, quanto maior a área a ser mantida, requer maior experiência do profissional responsável;
- b. Assim, a necessidade de apresentação de CAT com metragem representativa da parcela de maior relevância da contratação torna-se primordial para avaliar a capacidade do profissional em administrar diversas frentes de trabalho realizando atividades que envolvem os variados sistemas de uma (ou mais) edificações, simultaneamente;
- c. Outro fator diferencial da atividade de manutenção predial implica em execução de serviços com a edificação em pleno funcionamento, com trânsito de pessoas e sistemas ativos (como os já citados elétricos e hidrossanitários). Este fator também exige do profissional maior capacidade em administrar diversos serviços técnicos diferentes;
- d. Neste sentido, CAT's com metragens inferiores à exigida ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mesmo o parcelamento das referidas Certidões, não necessariamente refletiria a Capacidade Técnico-profissional necessária à satisfatória execução dos serviços pretendidos nesta Contratação.

3. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao **quadro permanente**:

- a. O Empregado;
- b. O Sócio;
- c. O detentor de contrato de prestação de serviço.

4. Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame**, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário);

5. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;

6. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

7. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii.DA VISTORIA

1. Declaração, da própria licitante, nos termos do **ANEXO IV deste TR (0544853)**, de que efetuou vistoria nos locais dos serviços e que conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos locais e dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas em função da renúncia tácita de realizar a visita técnica.

iv.DA SEDE EM RONDÔNIA

1. **Declaração** que terá, até a data da assinatura dos contratos originadas nesta contratação, sede, filial ou, no mínimo, preposto constituído pela empresa no **Estado de Rondônia** e que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços (**conforme modelo contido Anexo V - 0594156**), sendo que, a critério da CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica.

F. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

i.A proposta deverá ser apresentada nos moldes do exemplo constante no **Anexo VII - Modelo de Proposta**, evento **0594159**;

ii.Por tratar-se de MODELO, a Licitante poderá adequar o Modelo de Proposta (**Anexo VII**) para atender suas necessidades, desde que mantidos **TODOS OS ELEMENTOS** constantes no modelo.

a. Na proposta apresentada a licitante deverá informar o valor global estimado que é **FIXO** para toda as propostas. De acordo com sua proposta informará o percentual do BDI, o desconto que está ofertando e o **SEU** valor global estimado após a aplicação do percentual do DBI e do desconto ofertado.

ii.Juntamente com a proposta, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a. Detalhamento do BDI conforme **ANEXO VIII - Detalhamento do BDI (0544859)**, obrigatoriamente ofertados dentro dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

percentuais máximos definidos no **item 6, i, "d"** deste TR.

b. Declaração de Visita, se realizada, conforme **Anexo IV** ([0544853](#)) deste TR.

iii. Não serão aceitas propostas com percentual de desconto de valor igual a zero ou negativo ou, ainda, percentuais de BDI superiores aos tetos estabelecidos neste TR.

B. DO INTERVALO MÍNIMO DOS LANCES ABERTOS

i. Para a seleção da proposta mais vantajosa, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS**, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do **Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019**.

C. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

i. O critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL ESTIMADO, APURADO PELO MAIOR DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE SOBRE O VALOR GLOBAL ESTIMADO OBTIDO PELAS TABELAS DESONERADA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) DA UNIDADE FEDERATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO**.

ii. O BDI **máximo** considerado na aceitação das propostas de **24,50%** (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), foi obtido pela aplicação do **Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011**, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00. O licitante **deverá detalhar o BDI ofertado** com o preenchimento do **Anexo VIII** (Detalhamento do BDI) evento [0544859](#).

iii. **IMPORTANTE: Sob pena de desclassificação da proposta**, o licitante também deverá detalhar, conforme modelo **ANEXO VIII** - Detalhamento do BDI ([0544859](#)), o percentual de BDI para eventuais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecimentos excepcionais apenas de materiais, obtido pela aplicação do mesmo acórdão do TCU. O BDI máximo admitido para o fornecimento de materiais será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento).

- a. Entenda-se por *fornecimentos excepcionais* aqueles que não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO.

D. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

- i. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.
- ii. A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI;
- iii. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;
- iv. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- v. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- vi. Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.
- vii. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).
- viii. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- ix. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

2. DO CONTRATO

I. O regime de contratação será de empreitada por preço unitário, onde o pagamento será realizado por unidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

II. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.
- b. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

c. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-RO.

d. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

e. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

f. A CONTRATADA deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, podendo este não executar suas tarefas nas dependências da CONTRATANTE.

g. O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

h. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

i. A relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou aterá-la; a Lei n. 5.194/66 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

j. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

k. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

II.DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

a. O prazo de **vigência e execução** do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

b. Tratando-se de **serviços continuados**, os contratos decorrentes do certame licitatório poderão ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

c. Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático.

d. O prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas respectivas Ordens de Serviços,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme modelo contido no **ANEXO VIII** ([0544857](#)), tendo como referência os prazos da composição do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

III.DO EVENTUAL REAJUSTE DOS PREÇOS DO CONTRATO

- a. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos oriundos do certame;
- b. Em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;
- c. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;
- d. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;
- e. Nos casos em que o reajuste forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

IV.DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- a. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

V.DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- a. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

b. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

VI. DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

a. Hora em diante, nos subitens deste item, os textos serão usados da seguinte forma:

1. Para se referir ao **Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018** será utilizado apenas Decreto;
2. Para se referir à **Portaria Interministerial 3 de 11 de setembro de 2018** será utilizado apenas PI3;
3. Para se referir à **Resolução 307 do CNJ de 17 de dezembro de 2019** será utilizado apenas Resolução.

b. Das Exigências Legais

1. O art. 5º do Decreto prevê:

Art. 5º Na contratação de serviços, inclusive os de engenharia (sublinhamos), com valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. O § 2º do art. 5. do Decreto prevê:

§ 2º Na hipótese de ser admitido o emprego de mão de obra de pessoa presa em regime fechado, o edital e a minuta do contrato deverão prever as seguintes cautelas a serem observadas pela contratada, em atendimento ao disposto nos art. 35 e art. 36 da Lei nº 7.210, de 1984 :



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - apresentação de prévia autorização do Juízo da Execução;

II - comprovação de aptidão, disciplina e responsabilidade da pessoa presa;

III - comprovação do cumprimento mínimo de um sexto da pena; e

IV - observância do limite máximo de dez por cento do número de presos na prestação do serviço.

3.O § 4º do art. 5. do Decreto prevê:

§ 4º A administração pública poderá deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional se mostrar inviável.

4.O art. 6º do Decreto prevê:

Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

I - três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;

...

5.O § 1º do art. 6º do Decreto prevê:

§ 1º A efetiva contratação do percentual indicado nos incisos I a IV do caput será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato.

6.O art 2º da PI3 prevê:

Art. 2º A previsão de emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional é requisito de habilitação jurídica, devendo constar do edital e da minuta de contrato, acompanhada de declarações do licitante de que contratará pessoas presas ou egressos nos termos do Decreto nº 9.450, de 2018, bem como do órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo.

7.O art 3º da PI3 prevê:

Art. 3º A efetiva contratação do percentual indicado no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

art. 6º, incisos I a IV, do Decreto nº 9.450, de 2018, será exigida da proponente vencedora quando da assinatura do contrato, ...

8.O art 8. da PI3 prevê:

Art. 8º Será responsabilizado, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o agente público que não observar o disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto nº 9.450, de 2018

9.O Art. 11 da Resolução e o Inciso I prevêem:

Art. 11. Na contratação de serviços, os órgãos do Poder Judiciário deverão observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada, na seguinte proporção:

I - quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

c. Da Aplicação Prática do Decreto:

- 1.A presente contratação tem valor estimado de R\$ 6.972.352,20 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), o que supera em muito os R\$ 330.000,00 previsto no art. 5º do Decreto 9.450;
- 2.No entanto, há que se observar que a presente licitação prevê a realização de serviços por demanda, como bem se pode extrair do OBJETO da presente contratação, e de forma detalhada no item DAS DEMANDAS, abaixo;
- 3.Na prática, não obstante possa haver um contrato com valor superior ao previsto no art. 5º do Decreto, a CONTRATADA eventualmente poderá ser demandada para atividades de valores inferiores aos R\$ 330.000,00;
- 4.Há que se considerar ainda o percentual mínimo exigido pelo Decreto, de 3% de trabalhadores quando a atividade demandar até 200 funcionários;
- 5.Considere-se ainda que, quando o legislador prevê três por cento das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários, temos uma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a cada 33 (trinta e três) vagas a serem destinadas ao cumprimento do Decreto;
- 6.A Resolução do CNJ aumenta este número de vagas para duas a cada 50 trabalhadores;
- 7.Ainda dentro do mesmo tema, ressalta-se a dificuldade em precisar quantos trabalhadores são necessários para o cumprimento da demanda/OS;
- 8.No mesmo tema, estima-se com base na experiência dos fiscais das contratações que as demandas desta Justiça Especializada em raros casos demanda mais do que 20 (vinte) trabalhadores;
- 9.Outro aspecto fundamental no contexto da aplicação do Decreto é que não há previsão no mesmo de contratos que eventualmente abranjam mais de um município da Unidade Federativa, o que cria uma dificuldade em sua aplicação visto que a contratação ou não de trabalhadores que atendam às premissas do Decreto em cada município depende da disponibilidade de profissionais;
- 10.Assim, ante o exposto e alinhado com o § 4º do art. 5.º do Decreto, a aplicação do mesmo ficará então subordinada ao previsto no subitem d. (abaixo) deste item 10.
- d. A Gestão das Contratações derivadas desta ATA deverá:
- 1.Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, para determinado município, ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), exigir da CONTRATADA o cumprimento do Decreto;
- 2.Fiscalizar a CONTRATADA na forma prevista pelo DECRETO;
- 3.Fazer constar no conteúdo do Cronograma Físico de cada demanda/OS o quantitativo estimado de postos necessários para a execução da atividade em cada demanda/OS que servirá como base de cálculo para verificação do cumprimento da alínea e. (abaixo) deste subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**.
- e. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos do Decreto bem como da Resolução:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Sempre que o valor total de demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); e
2. A proporção mínima de vagas a serem observadas é de 4% (quatro por cento) quando os serviços de todas as demandas/OSs em execução, de um CONTRATO, em determinado município, requererem até 50 profissionais;
3. Outras proporcionalidades em casos de demandas com mais profissionais devem observar os percentuais previstos na Resolução.

f. Compete à contratada comprovar, quando for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, que no município no qual executará os serviços que exijam a contratação de egressos do sistema prisional, não há sistema organizado pelo Poder Judiciário ou entidades constituídas para esse fim que possibilitem a contratação dessa mão de obra.

2. DA GARANTIA CONTRATUAL

i. Segundo

Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).

- ii. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.
- iii. Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b. Seguro-garantia;
- c. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 - TCU - Plenário)**

iv.A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.

2. DAS DEMANDAS

A.DAS ORDENS DE SERVIÇOS

- i.As DEMANDAS para fins de reforma para manutenções prediais e/ou manutenções prediais serão autorizadas através de **ORDENS DE SERVIÇOS**, conforme ANEXO VI ([0544857](#)), que serão emitidas pelo CONTRATANTE, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade;
- ii.As ORDENS DE SERVIÇOS de MANUTENÇÃO PREDITIVA E/OU PREVENTIVA devem ser baseadas em Plano de Manutenção ANEXO I ([0544849](#)), ou outro revisado pela unidade técnica do TRE-RO, a fim de garantir sua execução na periodicidade adequada;
- iii.As ORDENS DE SERVIÇOS de MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA e/ou CORRETIVA devem ser separadas das ORDENS DE SERVIÇO de REFORMA PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS em razão de tratar-se de **Contas de Plano interno Contabil** e ações orçamentárias diferentes;
- iv.As ORDENS DE SERVIÇO de REFORMA PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS deverão observar a definição de **reforma** contida na [OIT-IBR-002/2009-IBRAOP](#), ou posterior, *verbis*: Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

v. Deverão ser elaborados pelo CONTRATANTE, previamente à emissão de cada uma das ordens de serviço, conforme modelo constante no ANEXO VI ([0544857](#)), oriundas deste Termo de Referência, os seguintes documentos:

- a. Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos;
- b. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na tabela do SINAPI, de acordo com a Tabela aplicável ao contrato;
- c. Planilha com as composições analíticas de fontes não SINAPI, quando for o caso;
- d. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro.

vi. Os principais tipos de serviços que serão demandados constam no Anexo II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ([0544850](#)) podendo ser incluídos outros, se necessário, que sejam da mesma natureza do objeto deste Termo de Referência:

- a. A relação constante do **Anexo II** não tem a pretensão de ser exaustiva, podendo sofrer alterações no caso de adoção de novos materiais e instalação de novos sistemas congêneres.

vii. **A definição do preço global e unitário dos serviços e/ou fornecimentos que integrarem as ordens de serviço**, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e/ou insumos diversos descritos nas **TABELAS DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, vigente na data da Abertura do Pregão (apresentação das propostas)**. Adoção da tabela desonerada até 31 de dezembro de 2020, com fundamento no art. 7º, IV da Lei n. 12. 546/2011, para as atividades enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0.

- a. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima oferecer custos unitários de insumos com a Origem de Preço indicada com a sigla AS (para preço atribuído com base no preço do insumo para a localidade de São Paulo)**, a critério do orçamentista, alinhado com as orientações do próprio [Sistema SINAPI](#), verbis: "A utilização de referências com legenda (AS) é decisão do orçamentista, que deve verificar se o preço é adequado para a localidade a que se destina o orçamento, considerando inclusive a relevância do insumo no custo total do orçamento." (italizamos);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

OU

b. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer composições e/ou custos unitários de insumos ou serviços;**

1. Deverá ser utilizada, preferencialmente, composição existente na Tabela do SINAPI, adaptado-se, conforme o caso, índices e valores de insumos e mão de Obra;
2. Na impossibilidade de adaptação de composição existente, deverão então ser verificadas as Tabelas do SINAPI emitidas após a data de apresentação das propostas;
3. Na inexistência de composição para o serviço desejado, deverá ser utilizada composição de outros sistemas, a exemplo do SICRO;

c. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer custos unitários de insumos ou serviços** deverá ser utilizada outra fonte de precificação, nesta ordem de prioridade:

1. Outra tabela do SINAPI DESONERADA PARA O ESTADO DE RONDÔNIA;
2. Sistema de Banco de Preços;
3. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço, previamente realizada, desde que dentro do prazo de validade, devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações;
4. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações;
5. Pesquisa de mercado fora do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações.

viii. Todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não a tabela do SINAPI indicada no item **11. A, vii, "c"** acima deverão ser reajustados com base no Índice



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nacional da Construção Civil - INCC, até o mês da Abertura do Pregão (apresentação das propostas) ou ;

B.DO MEMORIAL DESCRITIVO / CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- i.MEMORIAL DESCRITIVO é o documento que estabelece as formas e condições de execução dos serviços e entrega ao CONTRATANTE de insumos e equipamentos contidos na Ordem de Serviços correspondente;
- ii.Caberá ao CONTRATANTE estabelecer as condições de execução dos serviços e de entrega dos insumos;
- iii.As condições deverão ser informadas à CONTRATADA com o máximo de antecedência em relação à emissão da Ordem de Serviços;
- iv.É fortemente recomendada a participação da CONTRATADA na elaboração do memorial descritivo, a fim de minimizar o tempo de análise da OS e seus anexos;
- v.SEMPRE, em caso de dúvidas de execução, conflito do memorial com normas e orientações de fabricantes ou outra situação detectada pela CONTRATADA, a mesma deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE para manifestação.

C.DO CRONOGRAMA FÍSICO

- i.O cronograma físico deverá ser elaborado com base no tempo estimado para execução das atividades conforme o previsto nas composições da Tabela do SINAPI dos serviços demandados na OS;
- ii.O período para execução dos serviços de manutenção predial será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno;
- iii.O prazo estipulado para a execução das atividades, uma vez recebida a Ordem de Serviço e entregue a ART/RRT pela CONTRATADA, passará a ser considerado como prazo máximo de execução das demandas e/ou fornecimentos previstos na OS;
- iv.O cronograma de execução deve ser estabelecido no estilo D+N onde:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a.D é a data da entrega da ART/RRT mais um dia para o início das atividades;
- b.N é o número de dias necessários para realizar a(s) atividade(s).
- v.Em caso de não cumprimento do prazo de execução dos serviços e/ou entrega de materiais/equipamentos, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades prevista neste Termo de Referência;
- vi.Em caso de necessidade de aditivo de prazo, a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, devidamente justificado, com antecedência, o prazo considerado necessário para a conclusão das atividades;
- vii.Caberá à gestão do Contrato, com apoio do Fiscal da Demanda, a manifestação quanto à solicitação da CONTRATADA;
- viii.É fortemente recomendada a participação da CONTRATADA na elaboração do cronograma físico, a fim de minimizar o tempo de análise da OS e seus anexos;
- ix.Com base nos dados das tabelas do SINAPI, constará no cronograma físico, como item OBRIGATÓRIO, o quantitativo total de postos de serviço necessários para execução da demanda/OS, a fim de dar base para cumprimento ao previsto no Decreto 9.450 de 24 de julho de 2018 e na Resolução CNJ 307 de 17 de dezembro de 2019.

D.DO VALOR TOTAL DA DEMANDA / ORDEM DE SERVIÇOS

- i.**A definição dos preços unitários de serviços, materiais, equipamentos e ferramentas, que integrarem as demandas/Ordens de Serviços, e dos seus valores globais,** dar-se-ão por meio das composições dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos conforme item **11.A,vii** acima, somandos individualmente e globalmente, acrescidos dos valores referentes aos respectivos percentuais de BDI conforme o caso e, subtraindo-se do VALOR TOTAL da demanda o valor correspondente ao PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE VENCEDORA no ato da apresentação da proposta.
 - a.As composições deverão ser organizadas de forma estarem agrupadas por serviço a serem executados;
 - b.O BDI **máximo** admitido para eventuais fornecimentos de materiais, equipamentos e ferramentas com valores expressivos em relação ao valor total da Ordem de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serviço e daqueles fornecidos sem insumos de mão de obra, será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento), na forma da **Súmula TCU n. 253/2010** e dos **Acórdãos TCU n. n. 1425/2007, 1347/2010 e n. 2369/2011, todos do Plenário.**

c. **VALORES EXPRESSIVOS:** Para fins deste termo de referência, considera-se valores expressivos ou relevantes os fornecimentos de materiais e equipamentos e ferramentas analisados na curva ABC, de no mínimo 15% (quinze por cento) do valor da ordem de serviço.

E.DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

i. Após ser informada sobre a disponibilidade da Ordem de Serviços a CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para revisar a OS, seus anexos, e realizar recebimento/aceite:

a. Caso a CONTRATADA considere insuficiente o prazo de dois dias para análise da OS, esta deverá, imediatamente, solicitar dilação de prazo, devidamente justificada, indicando o prazo necessário à realização da análise;

b. Caberá ao Gestor do Contrato aceitar ou não a solicitação da CONTRATADA, justificando seu entendimento;

c. Em caso de não aceitação das justificativas da CONTRATADA pelo Gestor do Contrato, a Ordem de Serviços deverá ser recebida e aceita **IMEDIATAMENTE** pela CONTRATADA;

d. Caso a CONTRATADA não receba/aceite a Ordem de Serviço, preservados os direitos de ampla defesa e contraditório, estará sujeita às penalidades prevista neste Termo de Referência;

ii. O recebimento da Ordem de Serviços por parte da CONTRATADA, seja através de assinatura da referida Ordem de Serviços de forma eletrônica (recomendado), no Sistema SEI, seja em forma de aceite protocolar em documento físico, implica na aceitação de todas as partes integrantes da OS, incluindo:

a. Cronograma físico e físico-financeiro;

b. Valor do Orçamento/OS, valores unitários e composições;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Condições de execução;

d. Prazo de execução.

iii. Após o recebimento/aceite da Ordem de Serviços, conforme item ii. acima, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar, conforme o caso, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, devidamente registra(o) junto ao respectivo conselho:

a. A não apresentação de ART ou RRT no prazo estipulado sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

iv. Os serviços de manutenção somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS), **conforme o modelo do ANEXO VI (0544857)** e, apresentação pela contratada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

F. DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

i. A coordenação da execução de cada Ordem de Serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa dos serviços prestados;

ii. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por video conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;

iii. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto das Ordens de Serviços;

iv. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego;

G. DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E ADICIONAIS SOBRE MÃO DE OBRA

I. Das Horas Extraordinárias:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a. Somente será permitido pagamento de horas extraordinárias, além das previstas nas composições das Tabelas do SINAPI ou das demandas pela Ordem de Serviços quando:

1. O prazo de execução obtido para atendimento do item **DO CRONOGRAMA FÍSICO** acima for incompatível com algum outro cronograma do CONTRATANTE, demandando aceleração na execução. *A título de exemplo, citamos atividades com prazo definido pelo calendário eleitoral e não puder ser prorrogado;*

2. O prazo de execução for impactado por decisão do CONTRATANTE e não puder ser prorrogado, ainda que após emissão de Ordem de Serviços, mediante manifestação do Gestor do Contrato; ou

3. O prazo de execução for impactado por motivos externos às partes e não puder ser prorrogado;

b. Todo e qualquer pagamento de horas extraordinárias deverá ser devidamente justificado pelo Gestor do Contrato com auxílio da unidade técnica.

II. Dos Adicionais:

a. Deverão ser incluídos nas Ordens de Serviços valores adicionais sobre a Mão de Obra sempre que a OS emitida pelo CONTRATANTE der causa às seguintes situações:

1. Adicional de Insalubridade: quando a atividade profissional exponha o trabalhador a agentes nocivos a sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do efeito, de acordo com os art. 189, art. 190, art. 191 e art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

2. Adicional de periculosidade: quando o trabalhador, no exercício de suas atividades, estejam em exposição permanente com inflamáveis, eletricidade ou explosivos **em condições de risco acentuado**, de acordo com o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a Lei 12.740 de 8 de dezembro de 2012.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Adicional noturno: quando as execuções dos serviços forem desenvolvida horário compreendido entre as 22:00 e as 05:00 da manhã do outro dia de acordo com *Art. 7º, IX, da Constituição Federal* e o *Art. 73, da CLT* (Consolidação das Leis do Trabalho).

b. Todo e qualquer pagamento de adicionais deverá ser devidamente justificado pelo Gestor do Contrato com auxílio da unidade técnica.

B.DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO, DEFINITIVO E GARANTIA DAS ORDENS DE SERVIÇOS

i. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por um ou mais profissional(is) designado(s) pelo CONTRATANTE para a fiscalização;

ii. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor da demanda.

iii. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

a. **PROVISORIAMENTE:** em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO IX (0594161)**, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pelo fiscal da demanda;

b. **DEFINITIVAMENTE:** em até 20 (vinte) dias contados do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO X (0594163)** através de termo emitido pelos fiscal da demanda e gestor do contrato;

c. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

iv. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço;

v. Independentemente da vigência da Ordem de Serviço, os serviços executados deverão ter garantia mínima de 5 (cinco)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anos, contados do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, conforme disposto no Art. 618 do Código Civil (Lei n. 10.406/2002);

vi. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o contratante.

B. DOS PAGAMENTOS

i. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

ii. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ;

iii. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;

iv. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

v. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;

vi. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

vii. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

viii. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;

ix. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos, para as Ordens de Serviço com prazo de execução superior a 60 (sessenta) dias. Nas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demaís Ordens de Serviço será realizado apenas um pagamento ao final da execução total dos serviços;

- x. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas. Apenas a título de exemplo cita: se o serviço refere-se a manutenção na rede elétrica com substituição de 20 metros de cabos e somente foram substituídos 10 metros, mesmo que ultrapassado o período de 30 (trinta) dias, o serviço não será considerado concluído;
- xi. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;
- xii. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
- xiii. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais;**
- xiv. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>$I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

- xv. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

xvi. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

xvii. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário.

2. DA SUBCONTRATAÇÃO

i. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto dos contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:

ii. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

a. Razão Social;

b. CNPJ;

c. Nome e CPF do(s) sócio(s);

d. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

e. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;

f. Justificativa para subcontratação.

iii. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação;

iv. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais;

v. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conduta dos prestadores de serviço da subcontrada quando nas dependências do CONTRATANTE;

- vi. As subcontratadas também devem cumprir as obrigações previstas no subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL** do item **DO CONTRATO**.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- i. Indicar, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS;
- ii. Apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, conforme o caso, para cada Ordem de Serviços recebida;
- iii. Juntamente com a ART/RRT, apresentar cronograma atualizado considerando a data de entrega;
- iv. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- v. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
- vi. Coordenar a execução dos serviços e a entrega de materiais e equipamentos;
- vii. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;
- viii. Designar **Preposto**, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
 - a. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
 - b. A Carta de Preposição deverá conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) e telefax para contato com a CONTRATADA e com o PREPOSTO;
 - c. O preposto deverá atender às ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado.
- ix. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRANTE;
- x. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;

- xi. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;
- xii. Cumprir e fazer cumprir o(s) cronograma(s) das ordens de serviços aceitas;
- xiii. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;
- xiv. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- xv. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
- xvi. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;
- xvii. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- xviii. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;
- xix. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços de manutenção predial nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- xx. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxi. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;
- xxii. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- xxiii. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;
- xxiv. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;
- xxv. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- xxvi. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - a. Descrição dos serviços realizados;
 - b. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- xxvii. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;
- xxviii. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;
- xxix. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
- xxx. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual - EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxxi. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual - EPI;
- xxxii. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;
- xxxiii. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;
- xxxiv. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;
- xxxv. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
- xxxvi. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;
- xxxvii. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

- xxxviii. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis**. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de pára-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;
- xxxix. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;
- xl. Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas para manutenções prediais;
- xli. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ordem de Serviço e/ou seus anexos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

xlii. Empregar de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

xliii. Na hipótese de demissão de funcionários relacionados à Pnat, a contratada deverá:

1. Entregar mensalmente relação nominal dos empregados
2. Em até 5 dias: comunicar o fato ao fiscal do contrato ou responsável indicado; e
3. Em até 60 dias: providenciar o preenchimento da vaga em aberto em decorrência de demissão ou de outro fato que impeça o comparecimento da mão de obra.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- i. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- ii. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- iii. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- iv. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa elaborar os documentos necessários e executar os serviços dentro das especificações;
- v. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;
- vi. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.
- vii. Quando for o caso, informar à contratada e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal; e aplicar sanções à contratada, na hipótese de verificar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450/2018 e/ou Resolução CNJ 307/2019.

4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- i. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço;
- iii. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993;
- iv. O fiscal da Ordem de Serviço anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- v. Poderá ainda ser designado para cada Ordem de Serviço, conforme o caso, servidor responsável pelo local onde o serviço será prestado, para atuar como FISCAL LOCAL, acompanhando os trabalhos e reportando ao FISCAL as ocorrências pertinentes e dúvidas oriundas da CONTRATADA.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- i. Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:
 - a. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
 - b. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
 - c. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
 - d. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
 - e. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - f. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
 - g. Comportar-se de modo inidôneo;
 - h. Cometer fraude fiscal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.
- ii. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
 - a. Atraso injustificado na **entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**:
 1. Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços, contados da data do recebimento da OS, até o limite de 5 (cinco) dias;
 2. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
 - b. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços**:
 1. **prazo de até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo serviço/demanda, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
 2. **prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.
 - c. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
 1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
 2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
 3. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
 - d. Não observância do subitem **DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL** do item **DO CONTRATO** deste Termo de Referência:
 1. Na primeira ocorrência, advertência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Na segunda ocorrência, multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
 3. Na terceira ocorrência, multa de 5% (cinco por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
 4. Sem prejuízo de aplicação das multas, a quarta ocorrência poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- iii. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:
- a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
 - b. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
 - c. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
- iv. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.
- v. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- vi. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).
- vii. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- viii. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- ix. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- x. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.
2. **ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**
- i. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.
3. **RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, foram fornecidas pelo servidores Antônio Roberto dos Santos Ferreira e André Pimentel;
 - ii. As especificações administrativas foram fornecidas pelo servidor Frank Cesar Busatto;
 - iii. A elaboração do TR foi realizada pelos servidores Leisson de Sousa Castro e Frank Cesar Busatto;
 - iv. A revisão final do TR foi realizada pelo servidor Leisson de Sousa Castro.
4. **ANEXOS:**
- i. PLANO DE MANUTENÇÃO PREDIAL ([0544849](#));
 - ii. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ([0544850](#));
 - iii. CUSTOS SINTÉTICOS SEMANAL E ANUAL ([0544852](#));
 - iv. DECLARAÇÃO DE VISITA ([0544853](#));
 - v. DECLARAÇÕES ([0594156](#));
 - vi. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO ([0544857](#));
 - vii. MODELO DE PROPOSTA ([0594159](#));
 - viii. DETALHAMENTO DO BDI ([0544859](#));
 - ix. MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ([0594161](#));
 - x. MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO ([0594163](#)).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Roberto dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 17/11/2020, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 17/11/2020, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0623557** e o código CRC **69D2752C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Nova Minuta de Edital de Pregão Eletrônico - Formação de Registro de Preços – **Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais** – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 265 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para a formação de registro de preços **para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS**, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nos dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0544786](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do **Parecer Jurídico nº 227/2020 – PRES/DG/AJDG** ([0608739](#)), oportunidade na qual opinou pela formação de **Registro de Preços, sem a divulgação da IRP**, por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei nº 10.520/2002** e no **art. 1º, § 1º do Decreto Federal nº 10.024/19**, sendo **inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado ultrapassa o limite balizado pelo **art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015**, o qual regulamentou a **LC nº 123/06**.

03. Após a Manifestação 431 da SAOFC ([0608815](#)), o TR12/2020 ([0594164](#)) foi aprovado e a aquisição foi autorizada pelo Despacho 1739 lavra da Diretora Geral deste TRE/RO ([0609772](#)), oportunidade na qual foi determinada, dentre outros comandos, a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o item, bem como a determinação da divulgação dos preços estimados para a contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Remetidos os autos a Seção de Licitação e Contratos – SLC (Despacho nº 1924/2020 - [0611356](#)), juntou-se a minuta do instrumento contratual ([0611362](#)) e o Termo de Referência 13 ([0612063](#)) com as adequações recomendadas no Parecer Jurídico AJDG mencionado ([0612083](#)), a minuta do instrumento convocatório e seus anexos ([0612502](#)). Recebido os autos pela Assessoria Jurídica, as minutas citadas logram aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 248/2020 - PRES/DG/AJDG ([0619067](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0619412](#)).

05. Iniciada a fase externa da licitação, por meio da publicação referido instrumento convocatório em 10/11/2020, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0619468](#) e [0620105](#)), foi protocolado pela empresa A. C. L. Furtado EIRELI, alegando que a o item 9.3, alínea “a” do Edital solicita documentação habilitatória sem previsão legal.

06. Por sua vez, na Decisão – Impugnação 01 – ACL FURTADO EIRELI – EPP ([0623541](#)), o pregoeiro, embasado na manifestação da unidade técnica (Manifestação nº 44/2020 – PRES/SAOFC/COSEG/SEMAP – [0622534](#)), deu provimento ao pedido e considerando que esta decisão altera as cláusulas do Edital, suspendeu a sessão do referido PE ([0623544](#)).

07. Diante disso, o TR nº 14/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEMAP ([0623557](#)), contendo as alterações do necessárias, foi elaborado pela SEMAP e o titular da SAOFC dispensou novo parecer jurídico e nova aprovação pela DG, uma vez que o aludido documento técnico modificou apenas a capacidade técnica, não havendo alteração no objeto, consoante Despacho nº 2160/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0624622](#)).

08. Por fim, o pregoeiro procedeu os ajustes na minuta edital de acordo com o novo TR ([0624852](#)), que alterou a qualificação técnica exigida, e remeteu os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0624854](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

09. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

10. Observa-se que a nova minuta do edital ([0624852](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

11. Como se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia, para MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com fornecimento de insumos, as propostas e os lances serão ofertados considerando o preço GLOBAL, correspondente ao **VALOR GLOBAL OFERTADO COM BDI E COM DESCONTO**, obtido mediante o adequado preenchimento do Anexo VII (Modelo de Proposta). Não serão aceitas propostas com percentual de desconto de valor igual a zero ou negativo ou, ainda, percentuais de BDI superiores aos tetos estabelecidos (itens 5.2., 5.2.2.2.1, 7.1.1).

12. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista (item 9), inclusive ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, incluída no subitem 9.6, letra “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

13. Tratando-se do tipo de contratação em análise, digno de nota é a inserção da exigência de apresentação pelas licitantes de documentos comprobatório de sua qualificação técnica elencados no subitem 9.3 da minuta do Edital *sub examine* (art. 30, § 1º da Lei nº 8.666/93), dentre eles: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica perante o conselho de Classe comprovando exercer atividade semelhante ao objeto do certame em questão, Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, com as devidas alterações ocasionada pela impugnação relatada, e Certidão de Acervo Técnico-CAT.

14. Cabe destacar que será permitido o somatório de atestado para demonstração da aptidão técnico-profissional no desenvolvimento do objeto licitado, somente quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, por no mínimo 06 (seis) meses (subitem 9.3, a1).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no subitem 10.3, o registro de prazo razoável de 02 (duas) horas a partir da solicitação pelo Pregoeiro para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos da Instrução Normativa MPOG nº 1, de 26 de março de 2014.

16. Ainda, constata-se o acatamento da recomendação contida no § 3º, do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, quanto a divulgação dos preços estimados para a contratação, constantes nos anexos da minuta de edital ora em análise, devidamente autorizada pela Diretora Geral do TRE/RO ([0609772](#)).

17. Por fim, sugere esta unidade jurídica a revisão do texto do instrumento convocatório antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

III – DA CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos ([0624852](#)), estando os instrumentos aptos a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 25/11/2020, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 25/11/2020, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0629699** e o código CRC **EB1FED79**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 38/2020 - Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. **Análise recursal** – Empresa Recorrente: **T F ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ nº 23.972.729/0001-25.

PARECER JURÍDICO Nº 299 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para a formação de registro de preços **para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS**, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0544786](#)).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos juntados ao evento [0612502](#), foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 248/2020-PRES/DG/AJDG ([0619067](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital do Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0619412](#)).

03. Iniciada a fase externa do certame, o citado Edital de Pregão Eletrônico teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nos sítios eletrônicos deste Tribunal. Todas as publicações mencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme eventos [0619468](#) e [0620105](#).

04. Foi protocolado pedido de impugnação ao edital pela empresa A. C. L. Furtado EIRELI, alegando que a o item 9.3, alínea “a” do Edital solicita documentação habilitatória sem previsão legal.

05. Por sua vez, na Decisão – Impugnação 01 – ACL FURTADO EIRELI – EPP ([0623541](#)), o pregoeiro, embasado na manifestação da unidade técnica (Manifestação nº 44/2020 – PRES/SAOFC/COSEG/SEMAP – [0622534](#)), deu provimento ao pedido e considerando que esta decisão altera as cláusulas do Edital, suspendeu a sessão do referido PE ([0623544](#)).

06. Diante disso, o TR nº 14/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEMAP ([0623557](#)), contendo as alterações do necessárias, foi elaborado pela SEMAP e o titular da SAOFC dispensou novo parecer jurídico e nova aprovação pela DG, uma vez que o aludido documento técnico modificou apenas a capacidade técnica, não havendo alteração no objeto, consoante Despacho nº 2160/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0624622](#)).

07. A comprovação de publicação da suspensão do certame foi juntada no evento [0630042](#). O Edital de Pregão Eletrônico nº 38/2020 foi REPUBLICADO conforme eventos [0630096](#) e [0631259](#).

08. Houve um pedido de esclarecimento por parte da empresa MULTCOM ENGENHARIA ([0631391](#)) a respeito das informações que a proposta deve conter, de algumas regras sobre o preenchimento do formulário/proposta e dos anexos ligados diretamente à proposta, que serão analisados na fase de julgamento de proposta, o que foi devidamente respondido pelo pregoeiro ([0631412](#)). Não houve impugnação ao Edital.

09. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0639520](#));

b) proposta inicial de todos itens da empresa participante do certame – **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 21.366.809/0001-01 ([0639543](#)), e proposta ajustada ([0639588](#));

c) respectivos documentos de habilitação – qualificação técnica da empresa **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** ([0639707](#), [0639715](#), [0639718](#), [0639719](#), [0639721](#) e [0640291](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) E-mail com informação da empresa TF Engenharia de que a empresa primeira colocada (CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.) participou da elaboração do projeto base (Anexos II e III) e, com base no art.; 9º da Lei nº 8.666/93, não podia ter participado do certame ([0639746](#)).

e) Solicitação nº 176/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0639749](#)), o Pregoeiro solicita análise da unidade demandante (SEMAP) sobre os documentos de qualificação técnica apresentados pela empresa primeira colocada CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. e, manifestação a respeito do apontamento no e-mail encaminhado pela empresa **TF Engenharia**, evento [0639746](#), de que a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA participou da elaboração do projeto base e que, portanto, não poderia estar participando deste do certame.

f) Manifestação da unidade técnica – SEMAP ([0639953](#) e [0640195](#)) informando que a proposta da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. está de acordo com o exigido no procedimento licitatório e que a documentação apresentada pela empresa **ATENDEU** quanto aos requisitos de qualificação técnica, seja TÉCNICO-OPERACIONAL seja TÉCNICO-PROFISSIONAL, conforme análise da SEMAP, e pela manifestação da improcedência porquanto se trata de levantamento de valores conforme o disposto no Decreto 7.983/2013;

g) Razões de Recurso interposto pela licitante **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-EPP** ([0647297](#));

h) Contrarrazões ao recurso apresentada pela licitante vencedora **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** ([0647298](#));

i) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente o recurso citado ([0647300](#)) e,

j) Ata do Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0644879](#)) .

10. O pregoeiro apresenta seu Relatório nº 71/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação do item e homologação do certame ([0644861](#)).

11. Assim instruídos, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame (Remessa 1- [0647303](#)). **É o relatório.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE JURÍDICA

12. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

13. Na republicação do aviso ([0630096](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

14. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Houve um pedido de esclarecimento devidamente respondido pelo pregoeiro ([0631412](#)). Houve um pedido de impugnação ao edital o qual foi julgado procedente, como resultado o TR foi ajustado e o edital do certame foi republicado ([0623541](#)).

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0639520](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 38/2020 ([0542632](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Fase de negociação/ aceitação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do pregoeiro ([0644861](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório. Destaca-se a atuação do responsável técnico da unidade (SEMAP), o qual respondeu aos questionamentos de ordem técnica levantados pelas empresas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recorrentes e opinou na classificação e na aceitação do item, conforme Manifestação nº 47/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0639953](#)).

g) Fase de Habilitação: A empresa: **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0639707](#), [0639715](#), [0639718](#), [0639719](#) e [0639721](#)). A unidade técnica manifestou-se pela regularidade da documentação ([0639953](#)), dessa forma a citada licitante foi considerada habilitada (item 5.4 Fase de habilitação – Relatório 71([0644861](#))).

h) Recurso: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito o pregoeiro manteve a decisão atacada, mediante os fatos e fundamentos expostos na sua manifestação ([0647300](#)). Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto do único item caberá a autoridade superior.

15. De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

16. Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

17. Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

18. Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

19. Em análise ao mérito o pregoeiro entendeu por **desconsiderar as razões recursais apresentadas pela empresa T F Engenharia e Representações Ltda. - EPP, entendeu como insuficientes e infrutíferas** as alegações apresentadas ([0647297](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. Em suas razões de recurso, noticia em síntese a recorrente que:

I – O fato da Planilha Orçamentária apresentada ter sido elaborada mediante a conjugação de esforços com a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, seria suficiente para impedir sua participação no presente certame, com fundamento no art. 9º, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

II – Embora reconheça-se que parte da doutrina administrativa diverge ao conferir sentido uniforme às expressões Termo de Referência (próprio da legislação aplicável à licitação na modalidade de pregão) e Projeto Básico (próprio da Lei 8.666/93), é certo que a participação, na condição de licitante, daquele que participou na elaboração do documento deve ser rechaçada, por suspeição e quadro de assimetria de informações entre concorrentes.

Ao final pede a reforma da decisão que declarou vencedora a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., por afronta ao princípio da moralidade, da isonomia e da impessoalidade.

21. Por sua vez a empresa **contrarrazoante e vencedora do certame** (Circuitos Engenharia e Representações Ltda.) se defende dizendo em síntese o seguinte ([0647298](#)):

I - O TR deve contemplar, ao menos, (i) o objeto do certame; (ii) quantitativo; (iii) Especificação do objeto; (iv) valor estimado da licitação; (v) justificativa; (vi) cronograma; (vii) classificação orçamentária etc.

II - No caso concreto, o TR foi elaborado pela Seção de Manutenção Predial (preâmbulo do Anexo XIII) e assinado pelo engenheiro Antônio Roberto dos Santos Ferreira. Estes servidores, direta ou indiretamente, é que, pela norma, estão, por questões óbvias, impedidos de participar do certame, porque são autores do projeto.

III - o orçamento detalhado [-questionado-] serve apenas para garantir que o preço final da contratação seja condizente com os valores praticados no mercado, evitando-se superfaturamento e outros prejuízos à Administração. (fl. 45. AMORIM, Victor Aguiar. Licitações e Contratos administrativos: teoria e jurisprudência. Senado Federal).

Finaliza requerendo seja negado provimento ao recurso, e a manutenção da decisão do pregoeiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Primeiramente, destaca-se que houve a manifestação da unidade técnica demandante, oportunidade em que analisou o ponto alegado pela recorrente, em sua Manifestação 47 ([0639953](#)).

23. O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, contudo manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0647300](#)).

24. Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente. A empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. não teve nenhuma responsabilidade na elaboração do projeto, sua participação no certame se restringiu a fase externa, como a de qualquer empresa do ramo de atividade interessada em participar e ao final sagrar-se vencedora do certame.

25. Não se pode aplicar o teor do artigo 9º da Lei 8.666/93 as empresas que colaboram na fase da formação de preços para um certame. Nessa questão andou bem o pregoeiro em suas colocações ([0647300](#)), vejamos:

11. Ora, quando se trata de vedação de participação, deve o Pregoeiro restringir-se ao previsto na lei e no edital. Ausente cláusula editalícia ou legal que expressamente restrinja a participação de empresa que tenha atuado na fase de levantamento de preços, não pode o Pregoeiro criar tal restrição.

12. Se assim fosse, inaugurar-se-ia nova interpretação no sentido de que empresas que participem na formação de preços estariam impedidas de participar da licitação. Tal situação é deveras grave e traria, em tese, a negativa das empresas do ramo em informar seus preços na fase de cotações, visto que, com isso, estariam impedidas de participar do futuro certame. Assim, o órgão demandante jamais teria uma cotação de preços de empresas especializadas. Além disso, essa nova interpretação deveria estar expressa, tanto na cotação quanto no edital e na lei, anteriores à abertura do certame, o que não se verifica no presente caso.

13. Outrossim, o fato da licitante vencedora haver informado a composição de preços na fase de cotação não a torna privilegiada em relação às demais empresas. Até porque todas as interessadas podem ter acesso aos autos, que são de caráter público, bem como efetuar visitas nos locais de execução para terem plena ciência de todas condições necessária à adequada elaboração de suas propostas. Se a recorrente não efetuou tais diligências, o deixou de fazer por opção.

26. Rechaçando os argumentos da empresa recorrente, vamos citar aqui a inteligência da Corte Nacional de Contas em seus acórdãos, onde defende que a formação de preços deve levar em consideração as contratações específicas com fornecedores, contratos anteriores e vigentes do próprio órgão e de outros órgãos, dentre outras formas.

- **Acórdão nº0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços. **9.1.** determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que: [...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (sem grifos no original)

• Acórdão nº 2637/2015 – Plenário

As estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em cota de preços aceitáveis, tais como os oriundos de pesquisas diretas com fornecedores ou em seus catálogos, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, sistemas de compras (Comprasnet), valores registrados em atas de SRP, avaliação de contratos recentes ou vigentes, compras e contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes. (sem grifos no original)

27. Portanto, o fato de na elaboração da formação de preços ter sido utilizada planilha de um contrato do próprio órgão, independentemente qual seja a empresa contratante, isso não fere a lisura do certame, o procedimento é de praxe nas contratações públicas e se encontra amplamente amparado pelo Tribunal de Contas da União.

28. Sem reparos a decisão do pregoeiro, que não utilizou seu juízo de retratação, pautado na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso (0647300 e 0648392), com suporte em normas pertinentes ao assunto.

29. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco na ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

30. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou ótima vantagem, conforme registrado na ata do certame ([0644879](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

31. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

32. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

33. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela:

a) adjudicação do objeto em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

b) pela homologação do certame pela autoridade competente, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

34. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 12/01/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0649283** e o código CRC **B889AC3C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-
ro.jus.br

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia. Apreciação do recurso interposto pela licitante TF ENGENHARIA. Homologação do Pregão Eletrônico nº 38/2020.

DESPACHO Nº 35 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), para a formação de registro de preços **para eventual contratação, SOB DEMANDA, de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS**, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações do TR e seus anexos, nas dependências dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Termo de Abertura SEMAP (evento [0544786](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº. **38/2020** ([0630044](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

Houve um pedido de esclarecimento, o qual foi devidamente respondido e publicado ([0631412](#)), e também uma impugnação ao edital, que foi julgada procedente, resultando na modificação o Termo de Referência e a consequente republicação do certame ([0623541](#)).

Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, dentre eles a Ata do Pregão Eletrônico ([0644879](#)) e o Relatório do Pregoeiro ([0644861](#)), nos quais consta o registro de todo o procedimento licitatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0639520](#)) e todos os lances na ata do pregão ([0644879](#)).

A melhor proposta, ajustada, foi ofertada pela empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., cuja negociação reduziu o preço ofertado por meio de aumento no percentual de desconto, de 17,81% para 20%. A Unidade Técnica manifestou pela regularidade da proposta ([0640195](#)), motivo pelo qual foi aceita ao preço negociado.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 21.366.809/0001-01, conforme evento [0639543](#) e proposta ajustada ([0639588](#)). Valor total do certame R\$ 5.577.881,76 (desconto de 20%).

Na fase recursal, a licitante TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-EPP registrou intenção de recurso ([0647295](#)) e apresentou suas razões recursais ([0647297](#)), alegando, em síntese, que: **I** – o fato de a Planilha Orçamentária apresentada ter sido elaborada mediante a conjugação de esforços com a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA, seria suficiente para impedir sua participação no presente certame, com fundamento no art. 9º, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; **II** – embora reconheça-se que parte da doutrina administrativa diverge ao conferir sentido uniforme às expressões Termo de Referência (próprio da legislação aplicável à licitação na modalidade de pregão) e Projeto Básico (próprio da Lei 8.666/93), é certo que a participação, na condição de licitante, daquele que participou na elaboração do documento deve ser rechaçada, por suspeição e quadro de assimetria de informações entre concorrentes.

Ao final, requer a reforma da decisão que declarou vencedora a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., por afronta ao princípio da moralidade, da isonomia e da impessoalidade.

Em contrarrazões ([0647298](#)), a licitante CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. aduz que: **I** - o TR deve contemplar, ao menos, (i) o objeto do certame; (ii) quantitativo; (iii) Especificação do objeto; (iv) valor estimado da licitação; (v) justificativa; (vi) cronograma; (vii) classificação orçamentária etc.; **II** - no caso concreto, o TR foi elaborado pela Seção de Manutenção Predial (preâmbulo do Anexo XIII) e assinado pelo engenheiro Antônio Roberto dos Santos Ferreira. Estes servidores, direta ou indiretamente, é que, pela norma, estão, por questões óbvias, impedidos de participar do certame, porque são autores do projeto; **III** - o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamento detalhado [-questionado-] serve apenas para garantir que o preço final da contratação seja condizente com os valores praticados no mercado, evitando-se superfaturamento e outros prejuízos à Administração. (fl. 45. AMORIM, Victor Aguiar. Licitações e Contratos administrativos: teoria e jurisprudência. Senado Federal). Finaliza requerendo seja negado provimento ao recurso, e a manutenção da decisão do pregoeiro.

Em sua manifestação ([0647300](#)), com base nas informações prestadas pela unidade técnica ([0639953](#)), o pregoeiro relatou que conheceu do recurso, posto que tempestivo e adequado. Contudo, no mérito, manteve a decisão atacada (participação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação.

Mediante o Parecer Jurídico nº 299/2021 ([0649283](#)), a Assessoria Jurídica concluiu que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório, bem assim que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso (objetivo alcançado) e transcorrido de forma regular, conforme registrado na ata do certame. Por fim, opinou pela adjudicação do objeto em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e homologação do certame pela autoridade competente. Após, devem retornar os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, com juntada do comprovante nos autos.

É o necessário relatório. Passo à análise do recurso.

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado tempestivamente e na forma prevista no edital. Assim, dele conheço.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas, tendo em vista que ela própria informa em sua peça recursal que a licitante vencedora não é autora do projeto básico, mas da planilha orçamentária, anexa ao termo de referência. Portanto, resta incontroverso que a licitante vencedora não é autora do projeto básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, destaca-se que a empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. não teve nenhuma responsabilidade na elaboração do projeto, sua participação no certame se restringiu a fase externa, como a de qualquer empresa do ramo de atividade interessada em participar e ao final sagrar-se vencedora do certame.

Logo, o fato de ter sido utilizada, na elaboração da formação de preços, planilha de um contrato do próprio órgão, independentemente qual seja a empresa contratante, não fere a lisura do certame, visto que é procedimento de praxe nas contratações públicas e se encontra amplamente amparado pelo Tribunal de Contas da União, conforme demonstrado pela AJDG ao citar excertos dos Acórdãos n. 0265-05/10 e 2637/2015, ambos do Plenário.

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro, pautada na manifestação da unidade técnica demandante dos serviços, avaliou todas as razões do recurso (0647300 e 0648392), com suporte em normas pertinentes ao assunto, seguiu fielmente as regras editalícias e não merece reforma.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0644879](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral:

- a) **Conhece** **do recurso** interposto pela empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-EPP e, **no mérito,** **nega-lhe provimento,** mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;
- b) **ADJUDICA o objeto do certame em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.,** CNPJ nº 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, XXI da Lei n. 10.520/02; e
- c) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 38/2020** ([0630044](#)), com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/01/2021, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0649360** e o código CRC **DDC4A240**.